



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Daniel Castiajo

**Contextos históricos que orientam mudanças curriculares no
PROERD do Rio de Janeiro:
Narrativas de instrutores pioneiros**

Duque de Caxias

2021

Daniel Castiajo

Contextos históricos que orientam mudanças curriculares no PROERD do Rio de Janeiro: Narrativas de instrutores pioneiros

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção ao título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado de Rio de Janeiro. Área de Concentração: Educação, cultura e comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Henrique de Barros Amoroso

Duque de Caxias

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/C

C352 Castiajo, Daniel
Tese Contextos históricos que orientam mudanças curriculares no PROERD do Rio de Janeiro: Narrativas de instrutores pioneiros / Daniel Castiajo - 2021.
179f.

Orientador: Mauro Henrique Barros Amoroso

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1.Drogas - Prevenção - Teses.2. Rio de Janeiro (Estado). Polícia Militar - Teses. I. Amoroso, Mauro Henrique Barros. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título.

CDU 614.28

Bibliotecária: Lucia Andrade – CRB7/5272

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.



Assinatura

17/05/2021

Data

Daniel Castiajo

Contextos históricos que orientam mudanças curriculares no PROERD do Rio de Janeiro: Narrativas de instrutores pioneiros

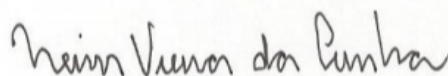
Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, cultura e comunicação

Aprovada em 15 de março de 2021.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Mauro Henrique de Barros Amoroso (Orientador)
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ



Prof.ª Dra. Neiva Vieira da Cunha
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ



Prof. Dr. Lênin dos Santos Pires
Universidade Federal Fluminense

Duque de Caxias

2021

AGRADECIMENTOS

Neste momento ímpar na minha vida, não poderia deixar de agradecer todo o apoio das pessoas que acreditaram em mim e torceram muito para que eu concluísse mais um degrau em minha carreira acadêmica.

Agradeço aos meus pais, Edson e Lúcia Cristina, por me concederem o dom da vida e que, a despeito das profundas divergências ideológicas, contribuíram para a minha formação.

À Kátia, esposa amiga, por suportar minhas tensões com serenidade e empatia.

Aos meus filhos, Miguel e João, por compreenderem minhas horas dedicadas aos estudos que interferiram de alguma forma em suas rotinas.

Agradeço aos meus comandantes, Ten. Cel. Carlos Eduardo Pimenta, Major Romeu, Major Antônio Lima e Cap. Fernando Quelho por me apoiarem nesta jornada acadêmica. Certamente, foram fundamentais para a conclusão desta dissertação.

Aos amigos Fabiano Francisco e Marcelo Lório, eternos instrutores do PROERD, ambos estiveram ao meu lado em diversos momentos na caserna. Gostaria, no entanto, que através desses nobres companheiros, os agradecimentos fossem retransmitidos a todos os instrutores do PROERD espalhados pelo Brasil.

Ao meu orientador Mauro Amoroso. Sempre solícito e compreensivo. Um ser humano fabuloso que sempre demonstrou confiar em mim.

Agradeço à banca que examina este trabalho. Ao professor Lênin Pires e à professora Neiva Vieira, suas considerações no exame de qualificação foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Agradeço aos colaboradores Tânia Loos, Claudio Coutinho e Ricardo Oggioni por dedicarem parte do seu tempo para responderem as indagações deste pesquisador.

Aos meus discentes nas mais variadas esferas de formação, sejam no Ensino Fundamental pelo PROERD, graduandos em Segurança Pública pelo Cederj, recrutas do CFSD e também sargentos do CAS.

Enfim, gostaria de agradecer a todos os familiares e amigos que contribuíram para a minha formação. Também não poderia esquecer-me de agradecer ao Prof.

Marcelo Abreu, meu psicólogo, e ao Dr. Bruno Cammarota, meu psiquiatra, ambos me acompanharam de forma impecável em um momento muito conturbado da minha vida.

O que sou? Uma substância que pensa. O que é uma substância que pensa? Uma coisa que duvida, que concebe, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina e que sente.

René Descartes

RESUMO

CASTIAJO, Daniel. *Contextos históricos que orientam mudanças curriculares no PROERD do Rio de Janeiro: Narrativas de instrutores pioneiros*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2021.

Esse trabalho versa sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), uma política pública de prevenção primária executada por agentes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) junto à comunidade escolar, visando à redução do consumo de álcool e outras drogas entre jovens escolares. O Programa foi criado em 1992, carregando a marca da gestão do coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, e de lá pra cá ocorreram algumas mudanças curriculares. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que indicou a carência de estudos sobre essa temática. Esta pesquisa tem cunho exploratório e descritivo e tem como objetivo analisar os contextos históricos que orientaram as abordagens curriculares do PROERD desde sua implantação até se consolidar como política pública de prevenção primária para o uso e abuso de drogas no estado do Rio de Janeiro. Como metodologia, utilizou-se uma abordagem qualitativa por meio de entrevista narrativa com pautas semiestruturadas, valendo-se da própria história oral, pesquisas em fontes primárias (documental e imagética) e bibliográfica, análise crítica do discurso e exposição do conteúdo curricular. Também possui um arranjo quantitativo por meio de tabelas e gráficos para ilustrar dados relevantes sobre o objeto de estudo dessa pesquisa. Os resultados encontrados revelam uma aparente tentativa de apagamento da memória do coronel Cerqueira, que se mostrou subterrânea nos relatos; indicam que o contexto de guerra às drogas próprio da política estadunidense interferiu diretamente na abordagem do PROERD; apontam que as mudanças nos conteúdos curriculares ocorreram em decorrência de fatores externos, como a ampliação do público alvo e adoção de competências socioemocionais; e, ainda, observou-se que o caráter tecnicista, bem como sua abordagem comportamental e abstencionista, permaneceu inalterado em todos os currículos. Por fim, identificou-se que o programa carece de estudos consistentes que possam aferir sua efetividade como ação preventiva.

Palavras-chave: PROERD. Currículo. Segurança Pública. Polícia Militar. Polícia Comunitária.

ABSTRACT

CASTIAJO, Daniel. *Historical contexts that drive curricular changes in the PROERD of Rio de Janeiro: narratives by pioneer instructors*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2021.

The present work deals with the Drug Resistance Educational Program - PROERD -, a public policy of primary prevention carried out by agents of the Military Police of the State of Rio de Janeiro - PMERJ - with the school community, aiming to reduce the consumption of alcohol and other drugs among schoolchildren. Thus, after a bibliographic review in the CAPES database, it was found that since its creation in 1992 to the present moment, there are few studies regarding the program in Rio de Janeiro that bears the mark of Colonel Carlos Magno Nazareth's management Cerqueira. It should be noted that curricular changes have occurred. To this end, this exploratory and descriptive research will focus on the historical contexts that have guided the program's curricular approaches since its implementation, which has consolidated itself as a public policy of primary prevention for the use and abuse of drugs in the State of Rio de Janeiro. January. Using a methodological arrangement mostly anchored in a qualitative approach by the narrative interview with semi-structured guidelines, using methodology specific to oral history, research in primary sources (documentary and imagery) and bibliography. A quantitative arrangement (tables and graphs) was also used to illustrate relevant data about the object. After the collection and systematization of the data, critical analyzes of the discourse, as well as the curricular content were made. As a result, the attempt to erase Colonel Cerqueira's memory was identified, perhaps for this reason it proved to be underground. It was identified that the context of the war on drugs typical of American politics did fully interfere with the PROERD approach. Even though, despite changes in curriculum content, targeting the target audience and the adoption of socio-emotional skills, it was observed that the technical nature, as well as its behavioral approach, remained unchanged in their curricula. Finally, it was also identified that the program lacks consistent studies that can assess its effectiveness as a preventive action.

Keywords: PROERD. Curriculum. Public security. Military Police. Community Police.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Quantitativo geral das produções bibliográficas sobre o PROERD entre 1992 e 2019	29
Figura 1 - Assinatura do documento de criação do PROERD RJ, agosto/1992.....	61
Figura 2 - Habilitação do PROERD como Centro de Capacitação – RJ/1993.....	65
Figura 3 - Capa do Livro do estudante do “PROERD: para dizer não às drogas (1992)”	73
Figura 4 - Capa da Cartilha de Divulgação do PROERD (1993)	74
Figura 5 - Cartaz 1 Currículo Séries Iniciais e Educação Infantil.....	101
Figura 6 - Cartaz 2 Currículo Séries Iniciais e Educação Infantil.....	102
Quadro 1 - Elementos-chave do PROERD (1).....	103
Quadro 2 - Elementos-chave do PROERD (2).....	104
Quadro 3 - Plano de Ensino do PROERD para o 5º ano.....	105
Tabela 2 -Tabela demonstrativa com os conteúdos da “Conversa em Família”	114
Gráfico 1 - Quantitativo de estudantes que participaram do PROERD no Estado do Rio de Janeiro entre 1992 e 2017	118
Gráfico 2 – Quantitativo de municípios, Batalhões e instrutores.....	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD:	Análise Crítica do Discurso
ALERJ:	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ATAE:	Assessoria Técnica de Assuntos Especiais
ATOD:	Álcool tabaco e outras drogas
ASD:	<i>Associatin for Supervision and Curriculum Development</i>
BPM:	Batalhão de Polícia Militar
CCPP:	Centro de Capacitação e Programas de Prevenção
CEBRID:	Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas
CFAP:	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praça
CPAC:	Conselho Consultivo de Prevenção da Criminalidade
CRAC:	Centro de Reabilitação para Adictos e Compulsivos
CNCG:	Conselho Nacional dos Comandantes Gerais
CPDOC:	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CIEP:	Centro Integrado de Educação Pública
CIPOC:	Centro Integrado de Policiamento Comunitário
DARE:	<i>Drug Abuse Resistance Education</i>
DEA:	Departamento de Justiça dos Estados Unidos
DGS:	Diretoria Geral de saúde
ECA:	Estatuto da Criança e Adolescente
FAETEC:	Fundação de Apoio à Escola Técnica
FIOCRUZ:	Fundação Oswaldo Cruz
FUNABEM:	Fundação do Bem-estar do Menor
GAPE:	Grupamento de Aplicação Prático Escolar
GPAE:	Grupo de Policiamento para Áreas Especiais
INPI:	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
JIFE:	Junta Internacional de Entorpecentes
LAPD:	Departamento de Polícia de Los Angeles
LAUSD:	Distrito Escolar Unificado de Los Angeles
LDBEN:	Lei das Diretrizes e Bases da Educação
MTDP:	Modelo de Tomada de Decisão PROERD

NFIA:	<i>Nacional Famile in Action</i>
NIDA:	<i>National Institute on Drug Abuse</i>
NUPID:	Núcleo de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas
OMS:	Organização Mundial da Saúde
ONU:	Organização das Nações Unidas
OPM:	Organização Policial Militar
PMERJ:	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PROERD:	Programa Educacional de Resistência às Drogas
PRONASCI:	Programa Nacional de Segurança com Cidadania
PIBID:	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica
PROTEJO:	Proteção de Jovens em Território Vulnerável
QG:	Quartel General
QPMP-6:	Quadro Policiais Militares Especialistas em Saúde
SEEDUC:	Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro
SEL:	<i>Socio-Emocional Learning Theory</i>
SENAD:	Secretaria Nacional Antidrogas
SUPERA:	Sistema para a detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas: encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento
UENF:	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UNODC:	<i>United Nations Office on Drug and Crime</i>
UPP:	Unidade de Polícia Pacificadora
UNB:	Universidade de Brasília
UNGASS:	Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Drogas
UFF:	Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 DARE À BRASILEIRA: CONTEXTOS HISTÓRICOS, POLÍTICAS E A CRIAÇÃO DO PROERD.....	45
1.1 Entre “just say no” e “A drug free world - we can do it”: o proibicionismo como bandeira.....	48
1.2 O Dare América.....	54
1.3 PROERD: o Dare à brasileira.....	56
2 OS CURRÍCULOS DO PROERD E SEUS CONTEXTOS	69
2.1 “PROERD: para dizer não às drogas” (1992).....	71
2.1.1 <u>A habilitação dos policiais militares para atuarem no PROERD (1993)</u>	83
2.2 PROERD: para resistir às drogas e violência (2003)	85
2.3 A “Caixinha de perguntas” do PROERD	90
2.4 PROERD Pais: Seu Filho Precisa de Você – 2004	93
2.5 “PROERD: uma visão de suas decisões” – 2010	94
2.5.1 <u>Séries iniciais e Educação Infantil: organização e utilização</u>	100
2.5.2 <u>Lições suplementares: possibilidade de atender às demandas locais</u>	107
2.6 “ <i>Keepin´It Real: caindo na REAL</i> ” (2014).....	108
2.6.1 <u>“Caindo na Real” para o 5º ano do Ensino Fundamental (2015)</u>	110
2.6.2 <u>“Caindo na Real” para o 7º ano do Ensino Fundamental (2015)</u>	115
2.6.3 <u>O PROERD e as UPP’s: reinvenção de experiências do passado?</u>	116
2.6.4 <u>“Caindo na Real” para as séries iniciais do Ensino Fundamental</u>	120
2.6.5 <u>Quadro atual, análise e algumas críticas</u>	125
3 ENTRE PORCOS, JACARÉS E LEÕES: NARRATIVAS DOS INSTRUTORES PIONEIROS	129
3.1 O primeiro contato com o Dare.....	129
3.2 A importância do coronel Nazareth Cerqueira para a criação do PROERD	134
3.3. A criação da marca e a autoria da canção do PROERD.....	136
3.4. A primeira difusão entre os municípios do Rio de Janeiro	139

3.5. A suspensão temporária das atividades	142
3.6. O retorno do PROERD fluminense e sua expansão pelo Brasil.....	145
3.7. A construção do Centro de Capacitação	150
3.8. O fim de um ciclo no Comando do PROERD e expectativas para o futuro do programa.....	156
3.9. A expansão do PROERD, o advento das UPP's e a iminente demolição do Centro	158
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 163
REFERÊNCIAS.....	168

INTRODUÇÃO

“Somos de certa era, contemporâneos de grandes homens, lá de fora ou cá de dentro, que com suas genialidades e besteiras modelam nossas vidas, determinam nossos destinos. Dentro dessas constrições todas, com elas e apesar delas, criamos nosso ser singularíssimo de seres únicos, cada qual fechado em si, estanque, diferente, irrepitível (...)”. (Darcy Ribeiro)¹.

A trajetória de um peixe piramboia: delimitação e relevância

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório e analítico, que versa sobre os contextos históricos que orientaram as abordagens curriculares do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) do Estado do Rio de Janeiro, no período compreendido desde a sua implantação pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), em agosto de 1992, até a mais recente alteração do currículo. Tal programa veio a se consolidar como política pública de prevenção primária para o “uso e abuso de drogas”² no Estado do Rio de Janeiro, executado pelos agentes policiais militares “instrutores”³ que desempenham suas funções em sala de aula, nas escolas da rede pública e privada sob a franquia do *Dare (Drug Abuse Resistance Education)* - que norteia o conteúdo a ser aplicado pelas Polícias Militares em todo o Brasil.

Sendo assim, delimito meu objeto para o programa implementado no Rio de Janeiro, com o objetivo principal de identificar e analisar as mudanças curriculares em

¹ Darcy Ribeiro foi um antropólogo, etnólogo, escritor, educador e político brasileiro. Idealizou e fundou diversas instituições como o Museu do Índio do Rio de Janeiro, o Parque Indígena do Xingu e a Universidade de Brasília (UnB). Foi exilado, mas não deixou de ser combativo, determinado e sonhador. Ao retornar ao Brasil, se deparou com uma realidade de privatizações e estado mínimo, assumindo uma postura radical. Ainda assim criou no Estado do Rio de Janeiro: a Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), 506 Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), o Sambódromo e tombou mais de 100 quilômetros de praias do litoral sul fluminense. Trecho do livro “Lembrando de mim” em que Darcy Ribeiro escreve sobre o destino (RIBEIRO, 2010, p. 92).

² Segundo estudos no campo da epidemiologia, cabe explicar alguns conceitos: uso frequente (6 ou mais vezes, nos últimos 30 dias); uso pesado (20 ou mais vezes, nos últimos 30 dias); uso abusivo (padrão de uso que tenha causado um dano real à saúde física ou mental do usuário, mas a pessoa ainda não preenche critérios para ser considerada dependente); dependência - conjunto de sinais e sintomas prejudiciais às relações sociais do usuário. (SUPERA, 2008, p. 1-9 apud OMS, 1993).

³ PINC, T; PRÖGLÖF, P.N.; BECSI, C.V., 2016, P. 186. Prevenção ao Uso de Drogas e Imagem da Polícia: Qual é o propósito do PROERD? *In*: Investigação Criminal e Avaliação de Políticas de Segurança Pública. Os autores definem basicamente como “policia professor na sala de aula”, mas ele será mais bem desenvolvido no decorrer do texto.

sua abordagem, que tem como principal público-alvo crianças e adolescentes em suas intervenções primárias de prevenção.

No mesmo momento em que inicio a escrita deste trabalho, me deparo com um breve texto que carrega a pretensão desafiadora de retratar o que somos. Assim como Darcy Ribeiro buscou retratar na epígrafe deste texto que demasiadas coisas aconteceram com poder de comando sobre ele, no meu caso, tais acontecimentos também me modelaram, tornando o que hoje sou e pretendo ao projetar minha caminhada acadêmica.

Posto que a criação desse ser singular esteja na predisposição de viver dois mundos feito um peixe “piramboia”⁴ respirando em dois ambientes distintos, ora na caserna (simbolizando a respiração aquática), ora na academia (simbolizando a respiração pulmonar). Uma metáfora que me define em uma identidade dual sob o aspecto da transformação, assim como a adaptação ao meio acadêmico que me dá “a licença que tive de me ser, com identidade própria”. Ainda mais em um cenário em que a Segurança Pública, bem como a Educação, vem ocupando na contemporaneidade e nas arenas políticas constantes disputas por espaço que se acirram nos debates públicos.

Meu tema tem como pano de fundo um cenário mundial em que podemos elencar recentes convenções internacionais sobre drogas da ONU – Organizações das Nações Unidas – que vem buscando meios para rever e redirecionar políticas nacionais e internacionais sobre drogas. A Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Drogas (UNGASS), ocorrida em 2016, se propôs a discutir tais políticas para garantir a segurança, os direitos humanos e o desenvolvimento, de modo que a saúde acaba unindo essas três aspirações. Além destas, também podemos destacar a Organização Mundial de Saúde (OMS), que vem desenvolvendo parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e a Junta Internacional de Entorpecentes (JIFE). Fato é que, em ambas as reuniões, destaca-se o caráter norteador de governos, propondo que devam estabelecer planos e prazos claros para removerem os obstáculos domésticos no que tange às políticas sobre drogas.

⁴ Conhecido como peixe pulmonado ou Dipnoi (originário do grego “dupla respiração”), a respiração é sua característica peculiar feita através de uma estrutura que funciona como um pulmão primitivo. Além disso, esses peixes possuem crânio maciço, dentes fundidos e musculatura potente na maxila inferior. A espécie americana (*Lepidosiren paradoxa*) é encontrada no Brasil e vive nas bacias Amazônica e do Prata. Tradicionalmente, esse peixe é conhecido por piramboia, um nome de origem tupi que significa “peixe-cobra” (SILVA, 2011, P. 5-6).

De acordo com o último relatório da *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC), é possível notar o crescimento do consumo de várias substâncias proibidas. Assim, em prol da reformulação do regime global de política de drogas, cabe destaque e fundamental referência ao caráter descentralizador que amplia as discussões para além das agências focadas em implementação de leis, trazendo para o debate as que atuam em saúde, segurança, direitos humanos e desenvolvimento. Tais medidas incluem novas ideias e recomendações baseadas em evidências científicas e de acordo com princípios de saúde pública, tais como mudanças políticas de redução de danos, fim da criminalização de pessoas consumidoras de drogas ilícitas, proporcionalidade das sentenças e alternativas ao encarceramento.

Com relação às iniciativas brasileiras em torno desta temática no “campo”⁵ da saúde pública, uma pesquisa nacional produzida pela FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz – assinala que:

O Brasil dispõe hoje de séries históricas de pesquisas domiciliares, inquéritos com escolares e estudos realizados em contextos clínicos (clínicas especializadas, ambulatórios de psiquiatria e/ou dependência química e similares), mas carece de inquéritos abrangente referentes a cenas de uso. Em relação a estas últimas, destacam-se estudos etnográficos e estudos com pequenas amostras de conveniência, invariavelmente realizados em determinadas localidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador [...] (BASTOS; BERTONI, 2014, p. 17).

Trazendo a discussão para o foco da minha pesquisa, percebi que o contexto exposto acima abriu espaço para algumas alternativas de aproximação já em meados dos anos 1980, como as que foram iniciadas na gestão do Coronel Nazareth Cerqueira a frente do comando geral da PMERJ, em um momento de redemocratização. Tais ações incluíam uma das mais cogitadas inicialmente, a realização de palestras em estabelecimentos de ensino ministradas por policiais, priorizando as juventudes e aproveitando a própria demanda existente, constatada por meio das solicitações realizadas por diretores de escolas à PMERJ.

⁵ Campo, neste caso, não está relacionado à um espaço geográfico ou um grupo de pessoas. Assim, tal como conceituado por Pierre Bourdieu, significa um conjunto de relações de força entre pessoas e instituições em luta por diferentes formas de poder, seja ele econômico político ou cultural. Tal conceito também pode ser entendido sob o aspecto do campo intelectual, que propicia a formação das elites intelectuais, bem como as percepções artísticas e as formas de consumo estético, até mesmo um campo de produção de bens simbólicos. C.f. BOURDIEU, Pierre. (1990), (1996) e (1997).

Assim, tais iniciativas se mostraram importantes “em torno da estratégia comunitária e da metodologia da solução de problemas”, reforçando a ideia de parceria e intervenção específica na construção da ordem pública fluminense (SILVA, 2016, p. 335).

É importante lembrar quem foi Carlos Magno Nazaré Cerqueira: o primeiro comandante de carreira policial militar a comandar a instituição, rompendo com 175 anos de história onde Generais e Coronéis do Exército exerciam o alto comando da Corporação. Cerqueira foi também o primeiro policial negro a assumir tal posto. Sua trajetória profissional chama atenção por seu amplo interesse em dialogar com o mundo acadêmico e com a sociedade civil organizada, rompendo barreiras e propondo um diálogo entre universos tradicionalmente distantes e antagônicos. Em sua gestão, a Polícia Militar publicou seus principais documentos de referência, utilizados até os dias atuais, mesmo datados de antes da promulgação da Constituição de 1988. Como exemplo, destaca-se o Manual Básico do Policial Militar, publicado em 1987 e até a presente data sem atualização (CARUSO; PATRÍCIO; ALBERNAZ, 2006, P. 110).

Durante a fase de organização dos pontos passíveis de discussão que pudessem servir de sustentação do tema e elaboração dos conteúdos, identifiquei “sob a ótica de um policial, que não quer dizer que seja necessariamente ‘policialesca’, mas procurando entender como as teses que consideram as questões urbanas relevantes para o entendimento da criminalidade”, que algumas práticas inovadoras “refletiram e ainda refletem nas concepções e práticas policiais” (CERQUEIRA, 2010, p. 228).

Cerqueira (2010), em seus escritos, reforçou a ideia de que visitas esporádicas do policial militar fardado às escolas levaria a um trabalho pontual, sem possibilidades de acompanhamento de médio a longo prazo. Todavia, não seria garantia de boa receptividade por parte da sociedade, visto que “particularmente no caso da polícia, observa-se que as imagens e representações populares sobre esta instituição ainda são muito negativas”, tanto que “a polícia é vista geralmente como instituição que humilha e reprime os trabalhadores pobres”, fatores que certamente impactaram na representação social dos agentes em seu cotidiano (ADORNO, 1993, p. 6).

Contudo, a despeito das imagens e representações negativas que foram se agravando em duas décadas de regime político ditatorial, tentando romper com a lógica repressiva de atuação policial, buscou-se por meio de uma parceria com o Consulado Americano/RJ uma oportunidade de conhecimento do Programa “*Dare*” (*Drug Abuse Resistance Education*), desenvolvido por policiais americanos

vislumbrando-se que tal programa poderia subsidiar o desenvolvimento do trabalho pretendido pela PMERJ.

Esse trabalho se concretizou com o comparecimento de uma equipe de policiais do *Dare* ao Rio de Janeiro para o treinamento de integrantes da PMERJ. Assim sendo, Tânia Loos (2005) aponta que a vinda dessa equipe composta por policiais de Los Angeles e San Diego, em agosto de 1992, foi um fato que marcou a história do PROERD. Cabe ressaltar aqui alguns estudos sobre o tema que corroboram com esta afirmação: Perovano (2006, 2011); Rateke (2006); Macedo (2008); Calazans (2009); Tiellet (2012); Tasca (2010).

Por se tratar de uma política pública, entende-se que o estudo deste tema seja relevante à medida que provoca reflexões em torno do “papel social”⁶ do policial militar, identificando limites e possibilidades da sua atuação no âmbito escolar, possibilitando e/ou provocando os gestores quanto à melhoria do atendimento ao “cidadão cliente”. Outra justificativa é a pouca produção acadêmica sobre o tema em teses e dissertações, constatada na revisão de literatura que foi realizada pela busca preliminar por trabalhos referentes ao meu objeto.

Outro fato instigante é que nenhum destes trabalhos delimita o PROERD do Rio de Janeiro, nem tampouco fazem alusão à atuação fundamental do coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira. Na época, ele era comandante da PMERJ (pioneira na implementação do PROERD), uma das principais difusoras do programa (credenciada pelo *Dare*) e que possui um Centro de Capacitação de Programas de Prevenção (CCPP) que carrega o seu nome. Ainda mais por ele ser, de fato, a figura central na modulação de ideias inovadoras comprometidas com os valores consagrados nos direitos humanos. Tanto foi assim “que se tornaria referência para uma importante inflexão que se daria nesse campo nas décadas seguintes, seja em âmbito estadual, seja em âmbito federal”, porque “a trajetória de Nazareth Cerqueira foi marcante [...] para as polícias militares de outros estados. Suas propostas passaram a ser vistas

⁶ GOFFMAN, E. (2002, p. 25) utilizou uma linguagem teatral para descrever como se dá a interação social, destacando que na vida cotidiana desempenhamos diversos papéis sociais de acordo com o que os outros esperam de nós, já que “um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles. Pede-lhes para acreditarem que o personagem que vêem no momento possui os atributos que aparenta possuir, que o papel que representa terá as consequências implicitamente pretendidas por ele e que, de um modo geral, as coisas são o que parecem ser [assim] o indivíduo faz sua representação e dá seu espetáculo [...]”.

como um ponto de partida para a construção de novos projetos na gestão da segurança pública.” (SILVA, 2016, p. 369 apud FREIRE, Op. cit., p. 270).

Curiosamente, convém destacar que a maioria das pesquisas tende a conceber a temática PROERD de forma laudatória (as exceções serão analisadas a parte⁷), apontando os possíveis resultados positivos com pouca carga de criticidade e buscando estabelecer argumentos que sustentem a sua eficácia, eficiência e efetividade. Nota-se, portanto, um discurso com o teor prescritivo e, por vezes, até romantizado. Em função disso, compreender as transformações curriculares do PROERD sob o aspecto histórico de forma crítica, valorizando a figura progressista do coronel Nazareth Cerqueira como sujeito histórico, nos dá a possibilidade de agregar valor considerável à história do PROERD fluminense. Assim também como servirá de apoio para futuras pesquisas que venham problematizar ou, até mesmo, propiciar possíveis adequações do conteúdo à realidade brasileira. Justificando, portanto, a relevância e originalidade desta pesquisa.

No sentido de esclarecer o contexto dessa época, Rocha (2010, p. 12) assinala que no decorrer dos anos 1980 e início dos 1990, o Brasil vivenciava um período “de passagem do processo autoritário (ditatorial) para a construção do processo democrático; e seu pressuposto, ou palavra de ordem, cidadania, como era sua convicção, não chega por decreto”. Sendo assim, no Rio de Janeiro, foram produzidas profundas reflexões em torno deste tema, visto que se tornava clara a concepção de cidadania de uma forma processual, ao qual demandava reciprocidade entre a sociedade e as políticas cidadãs. Tais expressões remetem a noções de “memória” cujo embasamento se sustenta em percepções pessoais da realidade; construída por pessoas, personagens e acontecimentos (POLLAK, 1992, p. 2).

Diante deste cenário de constantes debates em torno da cidadania, deu-se início uma nova forma de prestar o serviço de segurança por meio das ações públicas preocupadas com a questão de enfatizar o seu “cliente”, o cidadão. Foi nestes termos que Cerqueira (2010, p. 231), em uma palestra proferida no Fórum de Debates sobre “Violência nas Escolas” no ano de 1989, assinalou o seu pensamento afirmando que no “caso da polícia, o próprio relacionamento com a comunidade ganha uma nova

⁷ A revisão da bibliografia referente ao PROERD será abordada no item 1.5 desta pesquisa.

configuração quando visto dentro desse novo enfoque, que favorece a humanização em detrimento da impessoalidade/burocratização [...]”. Já naquele tempo, ele expressava que “os estudiosos da administração de justiça criminal têm ressaltado a importância do modelo comunitário na prevenção da criminalidade.

A título de explicação, optei por utilizar a palavra “cliente” me apropriando da entrevista concedida pelo Coronel Ubiratan de Oliveira Ângelo, Ex-Comandante Geral da PMERJ, realizada em 2009. Ele conta que foi designado para atuar na Baixada Fluminense e um dia foi “trabalhar na assessoria do Coronel Nazareth Cerqueira”, na Assessoria Técnica de Assuntos Especiais (ATAE). Para Ângelo (2009, p. 105), que passou a manter contato profissional com Nazareth Cerqueira, bem como o Coronel Celso Guimarães, vindo a se aprofundar:

[...] na questão da polícia comunitária, ou seja, de uma polícia preventiva, sem abrir mão do aspecto repressivo, que infelizmente é necessário para algumas coisas [...]. No momento em que ele falava, colocava-nos para pensar em quem é o cliente da polícia, quem é o seu foco. Porque não há firma ou empresa pública ou privada, não há serviço que você possa prestar se não focar no seu cliente. O grande problema que sempre existiu na polícia e muitas vezes se encontra no policial é não saber quem é o seu cliente.

Esse modelo reforça as relações primárias entre a população e a polícia. Não obstante, tal modelo obriga o policial a manter um contato próximo da população, o que também obriga a comunidade a ter maior participação na prevenção do delito. Exige ainda um intenso processo de formação continuada dos policiais, com vistas à formação e capacitação em torno das transformações sociais que incidem em mudança na forma de operar a polícia, influenciando no próprio “fazer policial” cotidiano que, grosso modo, reflete:

[...] o caráter "real" da polícia brasileira, tanto militar como civil: desde D. João VI, cuja coroa enfeita o brasão de nossa Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, até o *ethos* repressivo que permeia nossa Polícia Civil, está, sempre, a polícia, a serviço do Rei, do Estado, para conciliar forçadamente ou para reprimir conflitos e não para resolvê-los, garantindo a ordem estatal pública e não negociando e disciplinando, preventivamente, a ordem dos cidadãos (KANT DE LIMA, 1999, p. 35).

Neste sentido, Jacqueline Muniz (2018) ressalta que “a polícia moderna é produto de um projeto democrático de sociedade amparado num mundo de direitos” e, como tal, “resultante das exigências da cidadania que substituiu o uso arbitrário e deliberado da violência pelo recurso consentido e limitado de força para sustentar as regras do contrato social construído pela sociedade”. Tanto que para Muniz e Almeida (2018, p. 997):

Foi com a construção da polícia, um instrumento de controle social público administrado pelo Estado, uma resposta às demandas crescentes por direitos num mundo composto por indivíduos livres e plurais, que se pôde substituir os mecanismos particulares, desiguais, discriminatórios e excludentes de proteção por dispositivos públicos, igualitários e inclusivos de segurança pública.

Contudo, apesar de tal projeto democrático teoricamente legitimar o uso consentido em prol da garantia de direitos, algumas classes acabam sendo o foco das ações de controle social público. Neste caso, me refiro às comunidades urbanas pobres, que acabam recebendo tratamentos desiguais em função do comércio ilícito de drogas. Assim, sob uma perspectiva sociológica, Michel Misse (2006, p. 179-183) salienta que desde o final dos anos 1970 a droga ganha destaque. Além de uma questão social, passa a ser atrelada com “extrema visibilidade” como problema relacionado ao tráfico no Rio de Janeiro, trazendo um caráter “territorial-político-militar” do comércio de drogas “que praticamente se confunde com os limites de centenas de comunidades urbanas pobres da cidade”.

Isto faz com que este mercado ilícito e toda a sua carga potencial de violência estejam em convergência com a noção de “insegurança” e, assim, passa a ser o foco das políticas de criminalização. Desta forma, construiu-se uma identidade necessária que delimita as características que estabelecem uma lógica de inimizade, convencionando o tráfico de drogas como o “problema” por intensa influência política e midiática.

Por outro lado, não são poucos os pesquisadores no campo das ciências sociais que buscam entender o estado e suas práticas burocráticas com o olhar especial para a segurança pública. Convém destacar os estudos pioneiros do antropólogo Roberto Kant de Lima (2008), que assinala a existência de uma influência da tradição romanista inquisitorial⁸ vinculada ao ordenamento constitucional e processual penal, da colônia à república; objetivando a eliminação do conflito sem qualquer postura institucional que busquem administrá-los, tanto que é sob a

⁸Roberto Kant de Lima assinala que se trata da nossa tradição policial e judiciária. De modo que “religião e direito, nesse âmbito, convergem para uma definição de procedimentos morais, justificadores de práticas inquisitoriais – para o bem dos pecadores/criminosos – muito mais arraigadas em nossa tradição jurídico-política do que podemos imaginar ou, mesmo, suspeitar...”. Influenciando na prática policial, por exemplo, a ideia de suspeição e uma série de práticas punitivas (KANT DE LIMA, 2008, p. 156).

influência desta tradição que os operadores do direito vêm tratando as questões relacionadas às drogas (KANT DE LIMA, 2008, p. 255).

Todavia, o monopólio do uso da força pelo estado, ocupou um considerável “espaço nas preocupações dos cientistas sociais no período militar, mas persiste até hoje”, posto que “as práticas desenvolvidas nas polícias pouco se alteraram no país” (ZALUAR, 1999, p. 9). Dessa forma, pela ideia de que o fazer policial deva ser heroico e que o confronto incessante seja um modelo ideal do trabalho policial, deixamos de levar em consideração exatamente o que é “superioridade do Estado”⁹: a sua política de proteção à população de maneira geral, incluindo os agentes, transeuntes e o próprio transgressor.

Por conseguinte, nota-se que é comum o questionamento do desempenho policial, relacionando a uma desqualificação e atribuindo o despreparo à má formação. Não obstante, “em muitos casos a relação seja procedente, como no caso de mau uso da arma de fogo, é preciso indagar se realmente o mau desempenho em geral é resultado de despreparo ou se não decorre de fatores de outra ordem” (KANT DE LIMA, 1999, p. 254).

É conveniente comentar que – enquanto policial militar no desempenho das funções no campo educacional como instrutor – tenho percebido inúmeros questionamentos em torno do meu próprio fazer, seja pelo viés profissional (institucional) e, principalmente, pelos estudos acadêmicos que versam sobre este tema que é encarado como algo complexo. E no que tange às políticas públicas de prevenção primária que exploram estratégias educacionais com as bandeiras “diga não às drogas” e “drogas nem morto”, percebo que são fortemente criticadas por cientistas e intelectuais. Em uma delas, Gilberta Acselrad assinala que:

Essas duas frases são muito usadas pelas campanhas de prevenção às drogas ilícitas. Têm como objetivo adestrar os jovens a se manterem longe das drogas. O adestramento não pressupõe uma reflexão inteligente; é simples resposta automática, deixando a pessoa indefesa diante do acaso, dos imprevistos que são recorrentes. É preciso estar vivo, atento, bem-informado, refletir para poder fazer escolhas com consciência e que nos protejam de problemas (ACSELRAD, 2015, p. 17).

⁹Com a modernização da política que edificou um Estado como um projeto liberal. De modo que a representação política deixa de ser estruturada pela religião em um processo histórico. Entende-se, portanto, como uma perspectiva weberiana de Estado moderno, que nos remete ao argumento de dominação que apresenta um caráter institucional, no que tange à busca do monopólio do uso da violência legítima nos limites de um território (WEBER, 2008, p. 46).

Assim, ao fazermos uma análise do discurso acima tentamos fazê-lo sem um juízo de valor para não contaminar a pesquisa, de modo a propiciar o debate teórico e metodológico do discurso, ou seja, a linguagem como prática social. Nota-se que tal análise se dá através dos objetivos da frase “diga não às drogas”, entendido como uma ideia de prevenir a primeira experiência com determinadas substâncias. Essa é uma frase de impacto que “parte do princípio de que as pessoas precisam ser treinadas a recusar as drogas ilícitas para que consiga construir ‘um mundo sem drogas’. Mas uma sociedade sem drogas nunca existiu” (ACSELRAD, 2015, p.18).

Ainda que possa parecer estranho, o meu lugar é diferente da maioria dos estudos que versam sobre o meu objeto, já que como agente de uma instituição pública, é comum se alinhar com os discursos que prevalecem no imaginário de um grupo, como se só existisse um modo de pensar e perceber a sociedade. Assim, mesmo que existam “grandes fendas no que poderíamos denominar a apropriação social do discurso”, há uma relação de poder em jogo do que se deve ser dito e/ou produzido como conhecimento. Neste sentido, Michel Foucault (2014, p. 41), pronunciando sobre a ordem do discurso, nos esclarece que:

A educação, embora seja um direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade [...] pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, é bem sabido que segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.

Talvez esteja na condição de um estranhamento natural, porque são raros os estudos produzidos por um “nativo” no interior de uma instituição de segurança pública, que no meu caso é a PMERJ. Dessa maneira, já são sugeridas algumas complicações, pois “o que sempre encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas até certo ponto, conhecido. No entanto estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos [...]” (VELHO, 1978, p. 5).

Como podemos perceber acima, esta pesquisa foi realizada em um ambiente familiar para mim, visto que não só componho o quadro das “praças”¹⁰ da instituição,

¹⁰ De acordo com o Art. 14º da Lei nº 443, de 01 de julho de 1981, que cria o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. “Os círculos hierárquicos e a escala

como também de instrutor. Desta forma, assim como fora retratado pelo antropólogo Gilberto Velho (1978), tal abordagem expõe questões fundamentais para o exercício da pesquisa de campo em nossa própria sociedade. Isto porque em um ambiente familiar, que não nos é estranho, emerge desafios tão complexos quanto uma pesquisa em uma sociedade exótica e distante.

Assim, os métodos qualitativos que envolvem observação participante, entrevista aberta, contato direto, pessoal e prolongado com o universo investigado também garantem a distância necessária para a investigação científica. No entanto, gostaria de destacar o quanto foi difícil estabelecer a distância necessária para uma reflexão desapegada de valores e concepções que pudessem interferir em minhas análises científicas. O que me levou a pensar a distância em contextos nos quais o pesquisador não se submete a um deslocamento geográfico e se sente culturalmente familiarizado com os sujeitos e as relações.

Refletindo sobre o que se entende por distância, Gilberto Velho nos instrui que:

Há de haver um deslocamento no espaço, que requer a utilização de um determinado tempo, maior, em princípio, do que ir de Londres a Oxford ou de Cartum (capital do Sudão) ao Cairo. É possível que um ou outro indivíduo na tribo fale inglês, mas a grande maioria comunica-se exclusivamente por meio dos dialetos locais, o que evidentemente representa, em princípio, uma descontinuidade maior em termos de comunicação do que entre um scholar (estudioso) inglês e um operário conterrâneo [...]. Falar a mesma língua não é suficiente, já que existe grande diferenças no vocabulário, além de significados e interpretações diversos que podem ser dados a palavras, categorias ou expressões aparentemente idênticas (VELHO, 1978, p. 37-38).

Apesar da proximidade que se deve ao meu conhecimento do cotidiano em relação ao ambiente e aos sujeitos da pesquisa, tal fator não me garantiu a maior observância do objeto porque foi necessária essa postura de duvidar dos nossos conhecimentos, ou seja, do que é familiar para mim, de modo a possibilitar o meu distanciamento. Daí decorreu o tamanho desafio, já que:

O que vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido, e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas até certo ponto conhecido. No entanto, estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento respectivamente (VELHO, 1978, p. 39).

hierárquica na Polícia Militar [...] são dispostas em círculos de oficiais e praças” (RIO DE JANEIRO, 1981).

Tais indagações se mostraram profícuas para a construção das minhas reflexões. De maneira que foi se tornando cada vez mais evidente a principal motivação para a presente pesquisa, que se deve ao interesse pessoal pelo tema, manifestado durante a minha formação acadêmica em Segurança Pública e Social na Universidade Federal Fluminense (UFF) e durante os anos de 2014 e 2016, que potencializaram minha angústia suscitada anteriormente. Na licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde entre os anos de 2012 a 2014 submeti-me ao Projeto Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), atuei em Unidades Escolares localizadas no Município do Rio de Janeiro e Mesquita, no Estado do Rio de Janeiro.

Neste período, desenvolvi uma pesquisa sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a abordagem dos paradigmas emergentes em torno da educação como um direito humano por toda a vida. Esse processo compreendeu observações empíricas, análise documental, entrevistas e acompanhamento das práticas sociais nas escolas mencionadas, buscando um olhar para a questão das juventudes e suas demandas, cujos esforços culminaram em meu trabalho monográfico de conclusão de curso. Já naquele tempo, diante de uma atmosfera propícia aos diálogos entre os jovens de periferias, evidenciei *in loco* a enorme insatisfação dos jovens com a atuação da PMERJ, principalmente em torno das questões relacionadas às abordagens policiais frente ao consumo de álcool e outras drogas.

Foi assim que percebi a necessidade de um estudo no campo da Educação concomitante à minha vida profissional policial militar, que desempenho há quase duas décadas. Fiquei em meio a inúmeras reflexões, tentando uma busca pessoal, visando responder aos questionamentos em torno do meu próprio fazer policial e, sobretudo, propiciando a emergência de inquietações acerca da minha própria identidade profissional.

Mesmo diante de tamanho desafio, nos anos finais da minha graduação em Segurança Pública e Social, iniciei o curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública, novamente pela UFF, instituição pela qual desenvolvi uma pesquisa voltada para o impacto da formação superior na vida dos estudantes (profissionais da segurança pública), focando na análise do processo de

inserção acadêmica e na reprodução do “etos guerreiro”¹¹ no ambiente acadêmico por parte dos agentes da segurança pública. Destaco este momento como sendo uma iniciação nos estudos provenientes das Ciências Sociais, pelos quais me submeti a inúmeras influências e ressignificações.

Creio que o fato de estar envolto nas atividades educacionais, atuando como instrutor em um programa de prevenção primária durante dez anos, tenha me levado a refletir sobre o meu próprio fazer policial que é, também e ao mesmo tempo, um fazer de pedagogo atuante na coordenação de atividades, grupos de trabalho, cursos de formação de instrutores e ainda na organização e planejamento das intervenções pedagógicas no âmbito da formação continuada.

Assim, encontrei no Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação (PPGECC/UERJ) uma linha de pesquisa que acolheu minhas indagações científicas, que a priori, estavam ligadas à formação policial militar. Inobstante, fui percebendo que o novo arranjo nas instâncias do poder executivo estadual não estaria aberto à minha pesquisa. Estava ficando cada vez mais claro para mim que o pensamento político sob uma trajetória em “movimento pendular”¹² estaria, agora, ocupando um lado extremamente reacionário, com todo o seu perfil característico que já vivenciava na caserna.

Foi então que os estudos no grupo de pesquisa me permitiram lançar novos olhares sobre diferentes campos, aprendendo com diversas pesquisas desenvolvidas no campo de estudos sobre cultura urbana a partir de temas como: produção e uso

¹¹ A antropóloga Alba Zaluar, importante referencial para se estudar violência no Brasil, esclarece que após a segunda metade do século XX, especificamente nos anos finais de 1960, estava em curso “um retrocesso nos códigos de conduta e no autocontrole individual das emoções mais primitivas devido à aposta na repressão violenta de qualquer oposição e à militarização das funções administrativas, inclusive da polícia”. Gerando assim marcas de “autoritarismo nas relações entre policiais e cidadãos, principalmente os mais pobres, entre governantes e governados, a censura aos que se opunham ao regime” (ZALUAR, 2014, p. 42-43).

¹² Tal conceito fora cunhado pelo antropólogo e cientista político, Luiz Eduardo Soares, que foi Secretário Nacional de Segurança Pública. Segundo Soares (2003) as políticas públicas para a segurança pública são modeladas por uma dicotomia como um “movimento pendular”, provocando uma oscilação de um ponto ao outro, de modo constante. O que para o autor seria uma oposição entre políticas repressivas (arbitrárias) e passivas (de direitos humanos). Para ele a alternância histórica, desde a abertura política, nos mostra que há uma divisão clara entre elas, de um lado as práticas repressivas e do outro a defesa de direitos humanos através da “passividade” dos órgãos de segurança pública. Tais aspectos evidenciam práticas repressivas ou defensivas dos direitos, devendo ocorrer a mediação de ambos os fatores para a formulação de uma política pública de segurança construtiva, que ultrapasse a limitação dessa dicotomia.

político da memória, culturas jovens periféricas, produção e reflexão sobre rádio experimental, registro audiovisual e sua transmissão digital, cartografia de atividades socioculturais de regiões periféricas, entre outras. Com o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão, meu problema foi se constituindo e as reflexões em torno das periferias urbanas passaram a ser mais intensas nos diferentes aspectos.

Logo, meu objeto começou a se constituir e se tornou mais claro em uma gama de possibilidades de estudo. Especialmente a partir do momento em que identifiquei na figura do coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, enquanto Secretário de Estado da Polícia Militar e Comandante, uma pegada progressista numa gestão marcada pelo diálogo com a sociedade, bem como pelas ações voltadas à prevenção e o respeito aos direitos humanos¹³. Neste contexto, surge o PROERD como uma política pública de prevenção primária executada por agentes policiais militares “instrutores”¹⁴ que desempenham suas funções em sala de aula, sob uma centralidade metodológica e sistematizada pela franquía do Dare América, que norteia o conteúdo a ser aplicado pelas Polícias Militares em todo o Brasil.

Além disso, percebi que há nesta temática alguma relevância ao tentar dialogar com os estudos da linha de pesquisa pela qual estou vinculado, que carrega consigo um repertório referencial do campo da História, da Educação e ainda da Segurança Pública. Isto porque de certo modo Nazareth Cerqueira tentou:

Construir uma “nova identidade” para a instituição policial, além de uma concepção de atuação, não seria, obviamente, tarefa fácil. Cerqueira traria, nesses anos, um novo conceito para o Rio de Janeiro que, apesar de esbarrar em inúmeras resistências, semeou importante influência em projetos sobre segurança pública. Consonante com as novas demandas da sociedade civil, a polícia deveria, também, ser considerada um órgão prestador de serviços. Isso, por sua vez, em muito ampliava as esferas de atuação em detrimento

¹³ Três das principais obras do Coronel Nazareth Cerqueira: O Futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia. Rio de Janeiro; *In.:*. Bastos, F., 2001; Do patrulhamento ao Policiamento Comunitário. 2. ed. Rio de Janeiro. Bastos F., 2001; DORNELLES, J. R. W. A Polícia e os Direitos Humanos. 2. ed. Rio de Janeiro, Bastos. F., Rio de Janeiro, 2001. Podem ser elencadas como referências bibliográficas para o entendimento da atuação da PMERJ e conceituação de polícia de proximidade. c.f. Bol da PMERJ Nº 199 de 28 de outubro de 2015 a Instrução Normativa PMERJ/EMG Nº 047 que conceitua a estratégia de polícia de proximidade no âmbito das atividades desenvolvidas pela PMERJ.

¹⁴ Na PMERJ existem instrutores nas disciplinas que compõem a formação dos seus policiais. Neste caso, porém, faz-se necessário ressaltar que estou tratando de uma categoria específica de instrutor do PROERD que atua na prevenção em Unidades Escolares.

do propósito único de ser o braço do Estado de controle e manutenção da ordem (LEAL; PEREIRA; FILHO, 2010, p. 34).

Percebe-se uma relativa e evidente falta de discussão mais profunda no interior da instituição que possa ir além da observação do sistema de valores e/ou estudo da sua dimensão histórica, uma vez que as ações apenas ambicionam a sustentação da bandeira da polícia comunitária porque vai ao encontro dos propósitos dos direitos humanos como razão de ser do provimento da segurança pública, conforme apontam Jaqueline Muniz e Proença Júnior (2007).

Tal finalidade não se esgota e nem se cumpre pela enunciação de seus objetivos. Assim, podemos destacar que parte da produção brasileira sobre esta temática vem sendo realizada justamente nos cursos de pós-graduação do país, por pesquisadores que trabalham com formas de controle social, políticas públicas e administração de conflitos sociais. E é importante conhecer esses estudos para, enfim, entender como se dá o processo de criação do PROERD, de modo a oferecer um conteúdo que sirva de apoio para a própria instituição.

Neste sentido, ao revisitar a história com o propósito de entender os debates internacionais, com um enfoque para os EUA e Brasil, acredito que este trabalho possa servir de subsídio para compreendermos as transformações curriculares do PROERD, de modo a aprofundar suas abordagens no campo do currículo para propiciar uma possível indicação do conteúdo mais próximo da realidade brasileira; resgatar a memória dos acontecimentos sob os relatos de alguns instrutores pioneiros e, portanto, agregar novos saberes à minha própria prática profissional como pedagogo do programa.

Objetivos e questões de estudo

Esta pesquisa tem como objetivo principal identificar e analisar as mudanças curriculares do PROERD desde 1992 por meio das memórias de alguns instrutores policiais militares pioneiros e da descrição do contexto histórico em torno da criação do programa, para, então, buscar identificar e assinalar os acontecimentos que mais se mostraram relevantes na memória desses instrutores. Estabeleço, previamente, também a figura do coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira como um dos focos desta pesquisa. Sem qualquer pretensão de criar uma figura mítica de um ser humano, que não foi uma unanimidade na polícia. Assim sendo, gostaria de deixar claro que

esta dissertação não pretende relatar a saga de um “herói”, mas sim de assinalar suas ideias e, sobretudo, compreender sua tentativa de implantar o policiamento comunitário.

Deste modo, assentei-me nas seguintes questões centrais de estudo: Como se deu a criação do PROERD? O que se faz no PROERD? Quais foram as mudanças curriculares do PROERD desde sua criação em 1992? Em qual contexto social foi implementado e quais foram os atores envolvidos? Buscamos responder a essas perguntas de forma que seja possível identificar as possíveis influências e disputas discursivas presentes nas construções dos seus currículos, baseadas nos direcionamentos sob a chancela do Dare América. E, por fim, tentar entender qual é a importância do coronel Nazareth Cerqueira no que se refere a proposta principal deste programa.

Assim, são objetivos específicos desta pesquisa: 1) Identificar as mudanças curriculares do PROERD desde 1992; 2) Descrever o contexto histórico em torno da criação do PROERD através dos relatos; 3) Identificar e descrever os acontecimentos que estão marcados na memória dos instrutores pioneiros; e 4) Identificar se a memória do Coronel Nazareth Cerqueira está presente nos discursos desses instrutores.

Após sanar tais questões, tentei encontrar respostas para questões mais complexas que, talvez, não sejam passíveis de serem respondidas apenas nesta dissertação. Por exemplo: Como a instituição PMERJ concebe a prevenção? Como ela vem atuando com o principal “inimigo” no contexto das drogas?

Metodologia

Com o propósito de responder as questões de estudo, dei continuidade a pesquisa bibliográfica por meio da revisão de literatura pertinente a minha pesquisa, buscando encontrar trabalhos que pudessem servir de apoio para compor o escopo desta dissertação. Para tanto, foram usados os descritores: “PROERD” e “Dare” com o enfoque temático voltado para os programas de prevenção de drogas em escolas, com uso de palavras-chave concernentes ao tema. Feito isto, como resultado desta pesquisa foram encontradas uma quantidade significativa de bibliografias no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (Plataforma Sucupira), no qual foram produzidos quarenta e três estudos publicados entre 1992 e 2019. Destes, 39 dissertações

(mestrado acadêmico e profissional) e três teses foram considerados “estudos referentes ao PROERD”, que estão explicitados no tópico 1.5. incluso neste trabalho.

Posteriormente, dando continuidade à revisão de literatura, realizei uma leitura preliminar de todos os resumos. Constatei a necessidade de se descartar alguns trabalhos que abordavam o tema fora do campo das ciências humanas, procedendo assim para a escolha dos mais relevantes que foram discutidos nas reuniões do grupo de pesquisa.

Após a aplicação de alguns critérios precisos de inclusão como: campo do conhecimento, região e relevância, finalizei a coleta dos dados bibliográficos. Então, organizei as informações entendidas como necessárias em todos os trabalhos (ano, autor, área do conhecimento, palavras-chave e breve resumo), que foram sistematizados de modo a propiciar a construção de uma tabela para servir de amparo ao processo de definição da pertinência de cada um deles, bem como as possibilidades de consulta para compor os fichamentos.

Apresento abaixo a tabela com o quantitativo geral das produções bibliográficas sobre o PROERD entre os anos de 1992 até 2019:

Tabela 1 – Quantitativo geral das produções bibliográficas sobre o PROERD entre 1992 e 2019.

Campo	Quantidade	%
Educação	18	42
Ciências Sociais/Humanidades	3	7
Ciência Política	3	7
Engenharia/Eng. de Produção	3	7
Administração/Adm. Pública	3	7
Ensino	1	3
Sociologia	3	7
Meio Ambiente	1	3
Saúde Coletiva	1	3
Planejamento	2	5
Serviço Social	2	5
Interdisciplinar	1	3
Letras	2	5

Total	43	100
-------	----	-----

Fonte: CASTIAJO, D (2019) Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES.

Para entender o contexto do PROERD no Rio de Janeiro desde a sua criação, optei pela realização de entrevistas narrativas norteadas por pautas semiestruturadas com a colaboração de dois instrutores pioneiros. A escolha destes colaboradores se deu com o intuito de encontrar olhares distintos em diferentes posições hierárquicas (oficiais e praças), levando em consideração o tempo de atuação no programa entre os que fizeram parte dos primeiros cursos de formação. Cabe informar que as perguntas foram formuladas com a pretensão de alcançar os objetivos específicos descritos anteriormente.

Assim, trata-se aqui de uma pesquisa qualitativa realizada por meio de entrevista narrativa (áudio gravação), por via de questionário semiestruturado com transcrição e sistematização. Esse procedimento propiciou a análise do conteúdo coletado/arquivado com alteridade diante dos resultados constatados, de modo que eu pudesse exercitar o “estranhamento do familiar” para não produzir um conhecimento laudatório, repleto de crenças, estereótipos e mitos. Isto porque para a construção de uma pesquisa sobre o PROERD, devemos adentrar num contexto estatal que envolve grande idiosincrasia entre os grupos afins, ainda mais enquanto um nativo envolto em um ambiente que favorece o *bias*¹⁵ do pesquisador, que procurei evitar em todos os momentos da pesquisa.

Por isso, entendo que seja necessário perceber como a trajetória de vida do sujeito nunca pode ser deslocada do espaço social que o acompanha. É importante investigar o conjunto das relações objetivas que se relacionam a outros agentes envolvidos no mesmo espaço social, construindo, assim, um conjunto de agentes que se confrontam no mesmo campo e compartilham das mesmas possibilidades. Os resultados do método qualitativo de pesquisa foram alcançados através de um exame

¹⁵ Termo da língua inglesa que designa viés, parcialmente ou preconceito. O termo é de uso comum entre cientistas sociais. Processo de distorção da percepção da realidade, como resultado do envolvimento do observador naquilo (sociedade, cultura, classe etc.) que está observando. Tendência preconceituosa contra um grupo e favoritismo em relação a outro. Inclinação para favorecimento a algo ou alguém; tendência ao favoritismo; preferência. Característica ou traço predominante da personalidade ou do temperamento de um indivíduo. Fonte: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=bias>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, tratando as unidades sociais investigadas como totalidades.

Neste sentido, a minha preocupação básica foi com a estreita aproximação dos dados, em deixar o entrevistado falar de forma mais completa possível, abrindo-me à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la. Para isso acontecer, durante o contexto da pesquisa de campo, foi necessário me desvencilhar de alguns vínculos sociais constituídos no decorrer dos anos de atuação no papel de policial militar instrutor do PROERD, com o propósito de deixar de lado boa parte da minha identidade social construída no âmbito profissional.

Tentando ilustrar essa dinâmica, Beaud e Weber (2007) salientam que:

Tornar-se pesquisador é tornar-se necessariamente um pouco “esquisito” aos olhos dos outros na vida social ordinária. Passará a ser alguém que não para de questionar, de ver as coisas ao redor com olhar distanciado e que demonstra, muitas vezes, curiosidade que as regras usuais da boa convivência poderiam qualificar de exageradas. O pesquisador é alguém que olha ou vê coisas que não deveriam ser vistas, que coloca questões por vezes embaraçosas, que pode dar aos outros (os pesquisados) a impressão de “invadir” [...] (BEAUD; WEBER, 2007, p. 69).

Talvez pelo fato de me reportar junto aos colaboradores “depoentes”¹⁶ com um posicionamento respeitoso e, sobretudo, como um “estranho benevolente e curioso”, tornou-se possível trabalhar um tema tão complexo com um público, notadamente, avesso às possíveis exposições de angústias e frustrações acerca dos assuntos que preenchem o meu objeto. Neste momento, a ideia do tira era exatamente o que não pretendia transparecer, “mas, sim o trabalho de um ‘estudante’ que pretende compreender” um contexto complexo no interior de um programa educacional no interior da caserna¹⁷.

Entende-se que tanto as hipóteses quanto as teorias são passíveis de alterações ao longo da pesquisa. Preocupação já demonstrada por Malinowski (1980, p. 45): “Se um indivíduo inicia uma expedição com a determinação de provar certas hipóteses, se não é capaz de mudar constantemente seus pontos de vista e de rejeitá-los sem relutância, sob a pressão da evidência, é desnecessário dizer que seu

¹⁶ Por se tratar de uma pesquisa que se apropria aspectos relacionados à memória, tive que desenvolver o olhar do historiador, assim meus colaboradores foram categorizados como depoentes.

¹⁷ Ibid., p. 70.

trabalho será inútil”. Sendo assim, estive atento para a conformação dos fatos à teoria, sem perder de vista a importância que a teoria pode exercer sobre os fatos.

Enfim, além do desafio de estudar um tema complexo dentro de uma Instituição resistente aos saberes acadêmicos, busquei atuar sob os princípios éticos preconizados no “código de ética” na área de ciências sociais, em que se destacam quatro direitos fundamentais que seguem: a garantia de que a devida colaboração não seja utilizada para prejudicar o grupo investigado; a preservação da intimidade, de acordo com os padrões culturais dos sujeitos; informação sobre a natureza da pesquisa e acatar possíveis recusas.

Para tanto, convém ressaltar que a metodologia oriunda da história oral também foi explorada para a construção deste trabalho, por entender que não há uma memória absoluta. Sendo assim, contrapus as fontes orais e realizei uma análise comparativa pela qual contrastei “a memória propriamente dita ou de alto nível, que é essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento: evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica”. É neste sentido que faço referência à Joël Candau, quando ele assinala uma crítica às grandes narrativas, tratada por ele como “retóricas holistas” (CANDAU, 2012, p. 23).

Optei por um desenho metodológico voltado para a análise de conteúdo, calcada na Análise Crítica do Discurso (ACD)¹⁸, tendo como referencial teórico Teun A. van Dijk (2005) com o propósito de trabalhar com os dados coletados oriundos da investigação documental em fontes oficiais primárias que remontam diferentes momentos históricos, basicamente compostos pelos materiais didáticos do PROERD, normativas federais e/ou estaduais, bem como boletins da PMERJ. No entanto, convém informar que mesmo não sendo o instrumento principal, também me apoiei nos registros pessoais assinalados em caderno de campo, fruto da participação observante do tipo etnográfica.

Tais observações são inerentes a minha própria atuação profissional e de alguma forma serão aproveitadas. Mesmo que não sejam esgotadas as possibilidades

¹⁸ “A Análise Crítica do Discurso (ACD) é um tipo de investigação de análise do discurso que estuda, em primeiro lugar, o modo como o abuso do poder social, a dominância e a desigualdade são postos em prática, e igualmente o modo como são reproduzidos e o modo como se lhes resiste, pelo texto e pela fala, no contexto social e político.” (VAN DIJK, 2005, p. 19).

de estudo, entendo que a observação sistemática no campo, por já atuar constantemente no acompanhamento às aulas dos instrutores no interior das escolas, possa vislumbrar pesquisas mais densas em outro momento. Portanto, espero que fique claro que não busquei com esta produção de conhecimento constatar se a abordagem e os métodos utilizados pelo PROERD em suas aulas tiveram/têm ou não eficácia.

Quadro Teórico, Conceitos e categorias de análise

Trago para o diálogo, com o intuito de trabalhar a memória do PROERD, a referência de Michael Pollak (1992) relacionando o material empírico em torno da “memória e identidade social”. Outro referencial se mostra pertinente à medida que os conceitos de memória individual e coletiva se apresentam em disputa no decorrer da pesquisa, sendo assim, busco em Maurice Halbwachs (1990) a conceituação dos “quadros sociais de memória”, tentando estabelecer relatos que possam significar as oposições entre história e memória, como se fosse um passado morto versus o presente vivo. Para fechar este primeiro bloco, entendo que seja importante enfatizar os “lugares de memória” assinalados por Pierre Nora (1993).

Em um segundo momento, sob a perspectiva de Pierre Mayol (2003), trabalho o conceito de “conveniência” assinalado pelo autor como a necessidade de abrir mão de regras culturais para conviver em determinados grupos sociais, por vezes expressas em repressões minúsculas nas relações, já que a “convivência mantém relações muito estreitas com os processos de educação implícitos a todo grupo social: ela se encarrega de promulgar as regras do uso social, enquanto o social é o espaço do outro, e o ponto médio da posição da pessoa enquanto ser público” (MAYOL, 2003, p. 49).

Para tratar dos estudos de currículo, embasei minha pesquisa em Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo (2011), na obra intitulada “Teorias de Currículo”, em que as autoras apresentam uma abordagem discursiva em torno do campo do “currículo” salientando a indefinição do que é currículo, posto que vai além de um documento norteador sob a perspectiva técnica de um fazer curricular. Elas partem da premissa de que “não é possível responder ‘o que é currículo?’ apontando para algo que lhe é intrinsecamente característico, mas apenas para acordos sobre os sentidos

de tal termo, sempre parciais e localizados historicamente” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 19).

Em tempos obscuros de constantes ataques e perseguições, não poderia deixar de tecer ao menos um diálogo com Paulo Freire (2013) em “Pedagogia da Autonomia”, seja por sua consistência científica, seja por sua relevância social, por levar em conta a “emergência” como categoria provável em meio a tantas incertezas.

Ainda nesse segundo momento, encontrei em Jacques Rancière (2011) cinco lições sobre a emancipação, explorando a contradição entre o conhecimento e a ignorância, bem como a relação do saber que funda a forma principal de se pensar escola na atualidade eminentemente “conteudista”. A definição de ignorante é aplicada no sentido de ignorar o contexto adverso que atrapalha o mestre em sua prática real e efetiva, como um professor que ultrapassa seus obstáculos da vida moderna. Rancière finaliza sua proposta reflexiva expondo a diferenciação da educação emancipadora de uma embrutecedora.

Para o autor, o mestre emancipador não impõe a sua visão simbólica das coisas, ao contrário, explora as sensações do aluno desenvolvendo-o de acordo com suas necessidades e interesses. Ao passo que o mestre embrutecedor impõe suas opiniões acerca das coisas, estabelecendo conceitos padronizados e ao mesmo tempo desvalorizando as experiências dos alunos que não querem mais um professor que desqualifique ou despreze seu conhecimento. Assim, entende-se que a formação sob a centralidade no conhecimento acaba prejudicando o seu desenvolvimento intelectual amplo.

Para tanto, creio que o diálogo seja proveitoso à medida que torna possível compreender a principal diferença entre o mestre emancipador (que acredita nas igualdades das inteligências) e o embrutecedor (que acredita na desigualdade intelectual de forma que alguns indivíduos sejam superiores e outros inferiores). Se bem que Gert Biesta (2013), em “Para além da aprendizagem”, também seja cabível quando ele assinala que a próxima geração não pode mais esperar as respostas complexas para dar conta de questões como: Qual o papel da escola? O que entendemos por educação e qual o seu papel?

Para este autor, “o principal problema talvez seja que essas questões não são consideradas absolutamente difíceis”, mas que encontram respostas claras e disponíveis que tentam respondê-las de forma objetiva, tais como os propósitos da educação: garantir a competitividade de um país na economia global; transmitir o

conhecimento, os valores e as disposições da boa cidadania; garantir que os estudantes obtenham as notas mais elevadas nos testes internacionais (BIESTA, 2013, p.130).

Tais respostas, portanto, encontram uma conexão entre a economia e a justiça social, dificultando a visualização de suas articulações e visando a competitividade. “Embora talvez seja impossível definir o que é exatamente uma boa cidadania” (HALBWACHS, 1990), há exemplos claros que demonstram o que a maioria dos pais pensa e almeja ao ver seus filhos na escola: um bom desempenho nas avaliações, que reforçam o pensamento de uma escola reprodutora das ideias capitalistas.

É importante situar que em pesquisas recentes, como o balanço das produções brasileiras acerca dos estudos policiais nas ciências sociais a partir dos anos 2000, encontram-se “estudos engajados em apresentar cenários que levem a melhorias possíveis, por exemplo, para políticas de segurança e justiça voltadas aos públicos prioritários”, incluindo crianças e adolescentes (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2018, p. 157).

Ambos os autores já foram citados no corpo deste texto, por entender que sejam pertinentes nos estudos que pretendem discutir segurança pública e polícia. Em complemento ao meu quadro teórico, também utilizo Sérgio Adorno (1993) em seu recorte temático em torno da criminalidade urbana violenta no Brasil, pois ele explora as relações entre controle social do crime, violência e poder. E, por fim, com o intuito de compreender a forma de se fazer pesquisa privilegiando a identificação dos processos de produção, reprodução e transmissão dos saberes que orientam o discurso policial militar, lanço mão das ideias de Silva (2011) em seu livro que trata da caserna e da rua, o dilema do pato.

Balanço da produção bibliográfica sobre o PROERD

A despeito da criação do PROERD datar de agosto de 1992, as primeiras publicações em programas de pós-graduações (dissertações e teses) só ocorreram no início do século XXI. Após realizar a sistematização dos dados coletados, já explicitada no item referente à metodologia, constatei que não foi tão vasta em comparação com as produções no campo da segurança pública. Já que não foram poucas as produções brasileiras acerca dos estudos policiais nas ciências sociais entre os anos 1980 a 2000, como afirmam Kant de Lima et al (2000), mantendo-se em

progressivo ganho de “qualidade e quantidade” a partir do final da década de 1990 (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2018, p. 148).

Dentre os trabalhos daquela época, destacam-se os textos de Cerqueira (1996, 1996^a, 1998, 1998^a, 1999) e as obras *A Polícia e os Direitos Humanos* (CERQUEIRA; DORNELLES, 1998) e *O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia* (CERQUEIRA, 2001).

Por outro lado, acerca dos estudos temáticos em torno do PROERD, nota-se que a maior concentração de trabalhos está agrupada no campo da educação. Assim, dentre os trabalhos produzidos na década de 2000 destacam-se: Lopes (2003); Brunetta (2003); Linhares (2006); Rateke (2006); Perovano (2006); Ribeiro (2007), Macedo (2008); Filho (2008); Silva (2008) e Lins (2009). Cabe ressaltar que a maioria deles corresponde à região sul do país e, curiosamente, no que se refere à região sudeste e o Rio de Janeiro, só consta o trabalho de Melo (2012). Esse último mostrou-se relevante ao trazer o tema: “Ações educativas de prevenção de drogas: as atuações de uma instituição de segurança pública e de uma organização do terceiro setor”, porém não foi possível encontrar no repositório online indicado pela CAPES.

Assim, os trabalhos mais recentes foram ganhando centralidade no diálogo desta dissertação, uma vez que produções sobre o PROERD foram ocupando outros campos do conhecimento. Não obstante, no decorrer da pesquisa, tive que buscar a bibliografia mais adequada ao tema, principalmente, em livros publicados que seriam cabíveis para o diálogo pertinente. De modo que estão dispostos neste subitem com suas devidas contribuições Escohotado (1998), que abrange a “*História general de las drogas*” e Del Olmo (1990) que se intitula “A face oculta da droga”, pois percebi que são trabalhos acerca das críticas sobre o uso do termo “droga”, bem como o modo como ficou condicionado às influências e direcionamentos dos organismos internacionais e, também, por dialogarem diretamente com o estado da arte presente na construção do meu objeto.

Enfim, entendi que seria possível revisitar a história não só com uma abordagem profunda na bibliografia, mas também com a utilização de alguns autores que já a fizeram com reconhecida competência. Finalizando com as contribuições de Carvalho (2015) e Rodrigues (2004) “Política e drogas nas Américas” para expor a atual conjuntura em torno do tema.

Assim, como resultado de uma minuciosa pesquisa bibliográfica, destaco que não foram encontrados indícios que reforcem a memória do coronel Cerqueira nos

principais estudos que versam sobre o PROERD. Fato é que utilizando o descritor “PROERD”, encontra-se apenas a dissertação de mestrado defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo na área das Ciências Sociais, intitulada “As crianças entre as drogas, a polícia e a segurança”. Nela, a autora Patricia Muzel de Paiva (2018) elabora um mapeamento (sob a perspectiva genealógica) das ações histórico-políticas que convergiram na criação do PROERD. Após realizar sua análise, ela concluiu assinalando que a função do PROERD está diretamente associada à constituição de um sujeito-criança resiliente e participativo, voltado à segurança de si e do espaço a sua volta em nome da construção de uma sociedade melhor – saudável, feliz e segura (PAIVA, 2018, p. 167-168).

No entanto, encontrei na pesquisa bibliográfica sobre o PROERD no âmbito nacional alguns trabalhos que considere relevantes, tais como a dissertação e tese de Dalton Gean Perovano (2006, 2011). Mesmo não sendo um estudo próximo da realidade fluminense, foi possível encontrar um importante tema: a pretensão de retratar a figura do instrutor, dando um enfoque às análises das condições de formação do instrutor do PROERD, especificamente, à categoria que ele compreende como sendo de “educador social”, suas concepções sobre a formação e a prática cotidiana.

Cabe ressaltar que o autor também é um “nativo”, e utiliza como ponto de partida o olhar do sujeito sobre si mesmo tentando entender a gênese desse novo tipo de profissional que vem atuando no campo da educação. Para isso, ele também precisou se reportar à Polícia Militar do seu Estado, mesmo sendo uma realidade distinta do Rio de Janeiro, porque suas pesquisas se referem aos profissionais de segurança pública, policiais militares do Estado do Paraná que desempenham as atividades no PROERD sob um outro contexto social. Além dos trabalhos acima, foram elencadas as teses de Calazans (2009), Tiellet (2012) e Neto (2016).

Para adequar o trabalho à linha de pesquisa, direcionei outra frente de busca e encontrei trabalhos pertinentes, tais como a tese de Bruno Marques Silva (2016), que versa sobre “Uma nova polícia, um novo policial”, na qual apresenta uma biografia intelectual do coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira; Juliana Farias (2014), “Uma etnografia da gestão de favelas no Rio de Janeiro”, Palloma Valle Menezes (2015), “Entre ‘fogo cruzado’ e o ‘campo minado’: uma etnografia do processo de ‘pacificação’ de favelas cariocas”.

Diante do exposto, convém reafirmar que tais conceitos foram utilizados à medida que emergiram no processo de análise dos dados coletados através das entrevistas semiestruturadas, de modo a me aproximar do objeto estudado e reunir dados empíricos que contribuam para o entendimento da dinâmica presente no processo de criação do PROERD. Como afirma Mirian Goldenberg (2003):

Nenhuma pesquisa é totalmente controlável, com início, meio e fim previsíveis. A pesquisa é um processo em que é impossível prever todas as etapas. O pesquisador está sempre em estado de tensão porque sabe que seu conhecimento é parcial e limitado – ‘o possível’ para ele (GOLDENBERG, 2003, p. 13)

Acerca das fontes primárias e secundárias, recolhi documentos oficiais necessários à abordagem comparativa entre os diferentes momentos da existência do programa. Para tanto, efetuei uma busca por documentos do tipo: legislações em torno da questão do álcool e outras drogas, boletins internos da Polícia Militar, manuais de formação de instrutores dos diferentes currículos aplicados no Rio de Janeiro, materiais didáticos utilizados em cada momento e algumas matérias jornalísticas que versam sobre o PROERD no Rio de Janeiro. Já acerca das fontes imagéticas, realizei uma busca por fotografias nos registros oficiais.

Ao levarmos em consideração a memória como um fenômeno coletivo e social, de modo que seja “construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”, destacamos características flutuantes e mutáveis na memória individual e coletiva. No entanto, também podemos destacar que em sua maioria estão atreladas a “marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis” (POLLAK, 1992, p.2).

Também tentarei me despojar das características positivistas, de modo a tentar identificar tais acontecimentos que marcaram a história do PROERD buscando uma interpretação da realidade acerca dos fatos. Sendo assim, convém destacar que o seu surgimento no Brasil ocorreu em consequência do interesse da PMERJ em desenvolver um projeto de prevenção voltado ao esclarecimento da população, especificamente para a parcela cuja faixa etária é apontada nas estatísticas oficiais como vulneráveis no que tange ao uso abusivo de drogas, e dos diversos fatores que pairam na relação do homem com a droga.

O projeto é fruto de uma proposta de aproximação da Polícia Militar do cidadão, indo de encontro com o “novo” modelo de policiamento proposto pelo então Comandante Geral coronel PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira, no início da década

de 1990. Esta nova forma de se pensar a segurança foi denominada de filosofia de Polícia Comunitária, trazendo à tona a emergência de um paradigma prevencionista como foco de ação no que tange ao direcionamento das políticas públicas.

Apesar de não ser tão fácil definir “currículo” como forma de apresentar uma categoria de análise, ainda mais sob a perspectiva técnica do fazer curricular, tento ancorar meus estudos na definição assinalada por Alice Casemiro Lopes e Elizabeth Macedo (2011) de uma abordagem discursiva, versando que “cada nova definição não é apenas uma nova forma de descrever o objeto currículo, mas parte de um argumento mais amplo no qual a definição se insere” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 19).

As autoras assinalam que:

Estudos históricos apontam que a primeira menção ao termo currículo data de 1633, quando ele aparece nos registros da Universidade de Glasgow referindo-se ao curso inteiro seguido pelos estudantes. Embora essa menção ao termo não implique propriamente o surgimento de um campo de estudos de currículo, é importante observar que ela já embute uma associação da experiência educacional ou a ideia de um plano de aprendizagem. Já nesse momento, o currículo dizia respeito a organizar experiência escolar de sujeitos agrupados, característica presente em um dos mais consolidados sentidos de currículo (LOPES; MACEDO, 2011, p. 20).

Como já fora explicitado acima, com o intuito de consagrar saberes em conhecimento se faz necessário organizar e sistematizar ideias e significações na organização de uma experiência escolar. Dependendo dos argumentos em torno dos sentidos, podemos perceber uma tendência de forte exclusão de conteúdo com o intuito de se fazer controle social pela perpetuação das desigualdades (de classes, de gênero e raciais). Daí decorre a ideia de currículo como controle social. Contudo, entende-se currículo como “campo” de significação e de disputas por perspectivas e concepções. Até mesmo sob a ótica do planejamento existem disputas em torno de sua conceituação.

É uma tarefa desafiadora para um pesquisador em educação tencionar suas provocações e reflexões em torno da abordagem discursiva, ainda mais por ter vivenciado grande parte das relações em sociedade entendendo que o “ensino precisa ser planejado e que esse planejamento envolve a seleção de determinadas atividade/experiências ou conteúdos e sua organização ao longo do tempo de escolarização” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 20). O desafio está em chegar ao ponto de problematizar e criticar a simples definição do termo como um guia curricular, a mesma que tenta nos induzir ao pensamento de que as pessoas não são capazes de se movimentarem.

No caso do tema disposto nesta dissertação, o desafio seria o de agregarem saberes em torno das drogas. Tal nível de criticidade nos leva a crença de que esta pesquisa deva romper com os significados que nos constitui desde a nossa infância, que provavelmente permanecem marcados pela metáfora da fábrica, em uma racionalidade tyleriana¹⁹, que será problematizada na análise dos currículos do PROERD.

Para tanto, não pretendo interpretar a racionalidade tyleriana como um condicionante histórico, determinista, porque há hegemonias e tradições que são reiteradas em torno das disputas no campo do currículo e das políticas de avaliação que buscam legitimar o discurso dessa racionalidade. Neste sentido, oferecendo pistas para a tessitura que irei construir, percebo que seja pertinente um diálogo com Gert Biesta (2013) em sua obra “Para além da aprendizagem”, quando ele assinala que a próxima geração não pode mais esperar as respostas complexas para dar conta de questões como: Qual o papel da escola? O que entendemos por educação e qual o seu papel?

Para o autor, “o principal problema talvez seja que essas questões não são consideradas absolutamente difíceis”, mas que encontram respostas claras disponíveis, que tentam respondê-las de forma objetiva, tais como:

O objetivo da educação é garantir a competitividade de um país na economia global. O objetivo da educação hoje é transmitir o conhecimento, os valores e as disposições da boa cidadania. O objetivo da educação hoje é garantir que os estudantes obtenham as notas mais elevadas nos testes internacionais. E assim por diante. (BIESTA, 2013, p. 130).

Ao refletirmos sobre tais indagações, entendo que o fator humano complexo e toda a sua subjetividade não foram contemplados em um formato objetivo de avaliação. Talvez por desprezarem aspectos que vão além da aprendizagem, por não considerar toda a sua vida escolar na escola básica com todos os princípios da racionalidade impregnada em seu convívio social, sentidos e significados acerca da importância do conhecimento. Para sabermos se efetivamente um conteúdo faz sentido ao educando não é uma tarefa tão simples, posto que convenha considerar a

¹⁹ Trata-se do modelo elaborado por Ralph Tyler em 1949, que propõe articular abordagens técnicas. Entende-se, porém, que se trata de uma racionalidade imposta sem contestação por mais de vinte anos no Brasil e EUA. “O modelo de Tyler é um procedimento linear e administrativo em quatro etapas: definição dos objetivos de ensino; seleção e criação de experiências de aprendizagem apropriadas; organização dessas experiências de modo a garantir maior eficiência ao processo de ensino; e avaliação do currículo” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 25).

diversidade como parte integrante do humano, bem como dos processos de elaboração de conhecimentos e valores.

Também trago para análise alguns conceitos inerentes ao campo da Segurança Pública como “polícia comunitária”. Entretanto, não poderia deixar de ressaltar que na academia encontramos alguns empecilhos decorrentes de uma série de circunstâncias históricas, jurídicas e políticas. Tanto que é comum não atribuímos a ideia da segurança pública como uma construção da cidadania, por exemplo, e sim como uma imposição da ordem estatal instituída. Mesmo assim, acerca das ações implementadas por Nazareth Cerqueira, Mina Seinfeld de Carakushansky, em entrevista concedida para os organizadores do livro “Sonho de Uma Polícia Cidadã: Carlos Magno Nazareth Cerqueira” destaca que:

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), que é a adaptação no Brasil do Programa Dare, através do qual os policiais desenvolvem nas escolas um programa de prevenção às drogas, é adotado hoje em dia em 43 países (10 dos quais na América Latina). O PROERD, o Policiamento comunitário e o fazer segurança pública sem transgredir os direitos humanos são três ideias básicas do comando do Coronel Cerqueira que continuam super atuais. O desejável em segurança pública é que um policial conheça os cidadãos da área em que atua, que saiba usar com tranquilidade, coragem e inteligência os meios de que dispõe, evitando sempre que possível a truculência e os extremos, mas sendo firme, quando necessário (LEAL; PEREIRA; FILHO, 2010, p. 99-100).

Essa ideia não é a mais nutrida dos saberes normalizadores da vida social, dando espaço, na maioria das vezes, para as formas repressivas de controle social próprias dos processos institucionais de administração de conflitos em uma sociedade desigual como a nossa. Em consequência disto, as instituições encarregadas da segurança pública e seus funcionários são induzidos a não se verem como encarregados das funções propriamente policiais e judiciais, da ordem jurídica contemporânea, nem como administradores institucionais de conflitos, mas sim como encarregados de sua repressão e supressão, principalmente, quando direcionamos as ações para a questão da droga, que será explicitado logo abaixo. Robson Rodrigues da Silva (2011, p. 118) assinala que:

A ideologia da segurança nacional [...] marcaria profundamente a identidade institucional da PM, aproximando-a ainda mais das instituições militares [...] sugeriam um reforço dos valores militares, garantindo maior presença “verde-oliva” na PMERJ, principalmente em seus centros de formação [...] na qual atividades tipicamente militares foram intensificadas na construção da identidade do policial militar, ressaltando o drama identitário da Corporação.

Confirmando os apontamentos acima, o historiador Marcos Luiz Bretas (2018, p. 82) vai além ao afirmar que “as atividades policiais dependem legalmente do poder executivo, mas também o judiciário exerce forte controle”. Para o autor, o foco principal seria a capacidade de efetuar prisões. Ao tratar desta questão inerente a relação polícia e justiça, Bretas esclarece que:

Uma força policial, em qualquer momento de sua história, conta com diversas atribuições, desde as mais simples como a fiscalização do trânsito até as nebulosas atribuições da polícia política. Dentre estas funções, a mais imediatamente reconhecida como própria do aparato policial é a condução dos criminosos a julgamentos (BRETAS, 2018, p. 81).

Finalizando este item referente aos conceitos, bem como as categorias de análise que serão trabalhadas no decorrer da pesquisa, parto do pressuposto de uma vertente proibicionista em torno da conceituação da expressão “droga”. O que já nos leva a uma importante reflexão, porque há uma gritante incapacidade de darmos conta da definição do seu conceito. Neste sentido, Sergio Alarcon, no âmbito da saúde pública, se mostra cético quanto à pertinência do trabalho desenvolvido pelo PROERD, ressaltando a existência de um círculo vicioso das políticas públicas em torno da droga. Tanto que no Brasil suas ações são contraditórias, especificamente, no seu campo de atuação que é da saúde. Nas palavras do autor:

A cada dia torna-se mais premente agregar esforços para tornar possível uma resposta satisfatória às questões engendradas pelo problema-drogas. No entanto, a incapacidade de agir sobre as verdadeiras causas (o proibicionismo seria aqui casual) favorece distorções que condicionam o recrudescimento dos efeitos dramáticos do uso abusivo e da dependência de psicoativos. Produz-se, então, um círculo vicioso no qual um acontecimento com base factual escassa ou equivocada (a interpretação corrente de que existem drogas más) é provado, reafirmado e mantido como um fantasma aterrador pelo próprio mecanismo produtor do suposto fato (ALARCON, 2014, p. 53).

Enfim, os caminhos traçados são frutos de escolhas pessoais e pretendem demonstrar uma possível coerência epistemológica. No entanto, não deixaria passar despercebida a pertinência das palavras de Paulo Freire. Já que, quase por acaso em meio aos compromissos acadêmicos, me deparo com uma breve colocação deste ilustre educador que de alguma forma se conecta à minha pesquisa ao afirmar que:

Seria, porém, exagero idealista, afirmar que a assunção, por exemplo, de que fumar ameaça minha vida, já significa deixar de fumar. [...] na medida em que ela engendra novas opções, por isso mesmo em que ela provoca ruptura, decisão e novos compromissos. Quando assumo o mal ou os males que o cigarro me pode causar, movo-me no sentido de evitar os males. Decido, rompo, opto (FREIRE, 2013, p. 40-41).

Estrutura do trabalho

Assim, em meio a inúmeras decisões, rompimentos e opções de novos caminhos, o trabalho ficou dividido em cinco capítulos que incluem a introdução. A introdução dispõe-se do item intitulado: “A trajetória de um peixe piramboia: delimitação e relevância” que apresenta um instrumental exploratório para trazer dados históricos acerca da criação do PROERD, de modo que seja possível identificar o contexto de sua criação e incluir, ainda, a possibilidade de cumprir os objetivos e questões de estudo que visam a identificação dos atores envolvidos, tais como o Dare América, a Embaixada dos EUA, Secretaria de Educação e de Polícia Militar, presentes nos relatos dos instrutores pioneiros. Para tanto descreve a metodologia, bem como o quadro teórico, conceitos e categorias de análise que foram trabalhadas no decorrer da pesquisa.

No primeiro capítulo trago o título: “Dare à brasileira: contextos históricos, políticas e a criação do PROERD”. Os itens: “Entre ‘just say no’ e ‘A drug free world - we can do it’: o proibicionismo como bandeira”, “O Dare América” e “PROERD: o Dare à brasileira” se propõem a explicar os contextos estadunidenses referentes a criação do Dare América, momento marcado pela construção da narrativa em que se buscava a lógica de “guerra às drogas”. Também me aproprio dos relatos de instrutores pioneiros para descrever suas narrativas em torno do contexto de criação do PROERD.

O segundo capítulo explicita todos “Os currículos do PROERD e seus contextos”, fornecendo uma descrição densa das diferentes abordagens curriculares do PROERD/RJ, identificando possíveis influências no conteúdo, bem como indicando as “novas” metodologias que foram estruturadas para tratar das questões em torno da prevenção primária que acabaram focando o uso de drogas. Finalizando este capítulo, trago os dados quantitativos atuais e os diálogos com alguns trabalhos produzidos que oferecem análises críticas consistentes acerca do programa.

No terceiro capítulo, analiso os dados provenientes das narrativas dos instrutores pioneiros com estratégias da história oral. Busquei responder às questões de estudo de modo a identificar em seus discursos possíveis representações que remetam à memória do Coronel Nazareth Cerqueira, para depois trabalhar os conceitos e os acontecimentos emergentes na pesquisa, que vão versar sobre os principais fatos: o primeiro contato com o Dare, a criação do PROERD, suspensão e

retorno das atividades, alinhamento ao novo cenário político brasileiro até os dias atuais.

1 DARE À BRASILEIRA: CONTEXTOS HISTÓRICOS, POLÍTICAS E A CRIAÇÃO DO PROERD

“[...] jovens que tinham tempo disponível e pertenciam a famílias abastadas, segundo sua própria vontade, tinham grande deleite em ouvir esses homens sendo postos à prova, e às vezes até mesmo imitá-los e depois, eles mesmos, colocar outros à prova. Então, penso, encontraram uma grande abundância de homens que se diziam saber alguma coisa embora pouco ou nada soubessem [...]” (Platão).

Busquei um ponto de apoio que servisse de estímulo às minhas reflexões iniciais para a escrita deste capítulo, estando em meio a um período de pandemia, em um momento marcado pelo confinamento e isolamento social. Entre a feitura de uma lauda e outra, tive que encontrar formas para aliviar minhas tensões, e foi então que uma série da Netflix chamada Merlí²⁰ me provocou a pensar sobre minha pesquisa. Encontrei um texto que remonta a 347 a. C para definir a visão da educação dos jovens atenienses da época. Nele, Platão discorre sobre a “Apologia de Sócrates” e seu mestre, que fora acusado de corromper a juventude de seu tempo. Esse acontecimento me fez refletir sobre o quanto já importava aos adultos a produção das verdades em torno do pensamento humano visando o controle das juventudes. Sócrates, porém, é acusado de corromper futuros cidadãos atenienses e morto, após beber cicuta, tornando-se um mártir vinculado à liberdade de pensamento e à coragem de enfrentar o poder estabelecido (PLATÃO, 2013, p. 31-32).

Também na antiga Grécia, especificamente no templo de Elêusis, importante centro espiritual da cultura helenística, celebrava-se mistérios dedicados aos deuses ctônicos. Assim, a origem etimológica de “mistério significa ‘coisa secreta’, ‘ação de calar a boca’, e o pouco que se sabe a respeito dos mistérios de Elêusis se refere, em especial, ao uso das chamadas ‘plantas mágicas’. Além do ópio [...], vários psicoativos eram consumidos nos ritos de iniciação. Percebe-se, então, que as tais “plantas mágicas”, na atualidade, vêm provocando discussões que ocupam os espaços públicos e privados (ALARCON, 2014, p. 45).

20 É uma série de televisão catalã produzida pela TV3, sobre um professor de filosofia que, usando alguns métodos irreverentes, incentiva seus alunos a pensarem livremente - dividindo as opiniões de alunos, professores e famílias. No Brasil, a série “Merlí” é exibida pela Netflix - com três temporadas disponíveis no serviço de streaming. Link de acesso: <https://www.netflix.com/br/title/80134797>.

Discussões apaixonadas e carregadas de “verdades²¹” estimulam a produção de trabalhos científicos que buscam, segundo Alarcon (2014, p. 45), “avaliar o crescimento do consumo, a magnitude dos malefícios, a redução dos riscos e danos, a faixa etária em que o uso prevalece, etc.” Culminando na criação de “programas de repressão que procuram extinguir a circulação de certas drogas, ao mesmo tempo em que elegias ao mundo das viagens enteógenas clamam pela paz e por uma regulação racional” (ALARCON, 2014, p. 46). Muito embora, ao aprofundarmos os estudos históricos acerca das drogas, percebamos que o seu uso e/ou abuso²² faça parte da experiência humana.

Assim, ao estabelecermos uma conexão com o tema deste capítulo, coube a mim destacar o relato autobiográfico de Carl Hart²³, neurocientista estadunidense, que retrata o preço alto pago por jovens negros das periferias urbanas do seu país. Visto que, apoiado em dados científicos e sua experiência de vida, o respeitado neurocientista assinala que os programas de repressão utilizados nos EUA vêm gerando nefastas consequências e:

com demasiada frequência, o preço é pago sobretudo por grupos marginalizados. Já está bem documentado que certas comunidades minoritárias foram particularmente afetadas por nosso empenho em nos livrar de certas drogas. O custo humano dessa abordagem equivocada é incalculável, pois centenas de milhares de homens e mulheres, inclusive membros da minha família, estão na prisão por causa disso (HART, 2014, p. 293).

21 MORA, Dicionário de Filosofia. São Paulo, Martins Fontes, 2001, p. 699. “O vocábulo ‘verdade’ é empregado em dois sentidos: para se referir a uma proposição e para se referir a uma realidade. No primeiro caso, diz-se de uma proposição que é verdadeira, contrapondo-a a ‘falsa’. No segundo caso, diz-se de uma realidade que é verdadeira, diferenciando-a de ‘aparente’, ‘ilusória’, ‘irreal’ e ‘inexistente’, etc. Nem sempre se distingue entre esses dois sentidos de ‘verdade’, na linguagem corrente [...]”

22 Cabe aqui diferenciar os termos “uso” de “abuso”, posto que “nem sempre o uso de drogas foi um problema. Antes do século XX, todas as drogas que conhecemos hoje circulavam livremente. Os abusos sempre existiam, mas eram tratados na própria comunidade [...]” (ACSELRAD, 2015, p. 138).

23 Carl Hart é professor dos departamentos de Psicologia e Psiquiatria na Universidade de Columbia. É também pesquisador na *Division of Substance Abuse* do Instituto Psiquiátrico do estado de Nova York, membro do *National Advisory Council on Drug Abuse* e integrante do comitê diretor do *College on Problems of Drug Dependence* e da *Drug Policy Alliance*. Nascido em Miami, bacharelou-se em psicologia pela Universidade de Maryland e concluiu mestrado e doutorado em psicologia experimental e neurociência na Universidade de Wyoming.

A despeito da realidade das juventudes estarem afastadas entre um espaço temporal de dois mil e quinhentos anos, as relações entre drogas e juventudes ainda nos soa atual, já que não é de agora o pensamento de um mundo “estruturado para se tornar hospitaleiro – conveniente e confortável – para seus habitantes ‘normais’: as pessoas que compõem a maioria, que partilham das mesmas crenças produzidas para controle (BAUMAN, 2012, p. 73).

De acordo com Acselard (2015, p. 138-139 apud Savater, 2000), “a partir do século XX, o uso de algumas drogas passou a ser visto como uma invenção do mal, promovida por traficantes inescrupulosos que querem destruir a juventude, a saúde física e moral da humanidade”. Para a autora, essa certeza de que drogas são ruins “é baseada na hegemonia de uma perspectiva que parece não admitir a possibilidade do uso de drogas como parte de um estilo individual ou privado compatível com o incremento da qualidade de vida” (ACSELARD, 2015, p. 139). Isso fica claro quando nos deparamos com ações preventivas que utilizam palavras de ordem, como “antidrogas”, com o propósito de redução das demandas do seu consumo (ALARCON, 2014, p. 46).

Zygmunt Bauman, sociólogo polonês contemporâneo, em um diálogo “sobre educação e juventude” salienta que:

a ordem é feita sob medida para a maioria, de modo que aqueles que são relativamente poucos e não se dispõem a obedecê-las constituem uma minoria fácil de desvalorizar como um “desvio marginal” – e, portanto, fácil de identificar, localizar, desarmar e subjugar. Selecionar, identificar e excluir a “margem da anormalidade” é um resultado necessário do processo de construção da ordem e um custo inevitável de sua perpetuação. (BAUMAN, 2012, p. 73-73).

Nesse contexto de “ordem” e “controle” é que emergem as discussões em torno das drogas como fonte produtora de ideias que dão origem ao direcionamento de políticas proibicionistas, essencialmente repressivas, de vigilância e controle, “com o objetivo de alcançar a abstinência e um mundo sem drogas, que, de fato, nunca existiu” (ACSELARD, 2015, p. 138). Por vezes são até exercidas com violência, só que de forma seletiva, ao estabelecer critérios de atuação que poupam pessoas mais bem situadas na escala social. Deste modo, o discurso punitivo criou um grande problema, ao marginalizar ainda mais as pessoas que já estavam à margem da sociedade (ACSELARD, 2015).

Assim, as concepções sobre o modo com que determinadas relações com drogas devam ser expressas na sociedade, tendem a ser influenciadas ao

“recrudescimento dos efeitos dramáticos do uso de drogas”. Neste sentido, Alarcon (2014, p. 46) salienta que:

O fato é que temos, no âmbito da saúde pública, que agregar esforços para tornar possível uma resposta satisfatória aos malefícios engendrados pelo ‘problema-drogas’ – termo utilizado aqui para que não resumamos as relações com as drogas simplesmente aos danos que elas podem causar no organismo humano em virtude do eventual uso inadequado, mas também aos danos produzidos por todas as consequências inerentes às políticas antidrogas, à cultura da violência que lhe é subjacente e que perdura, paradoxalmente, em nome da saúde da população.

Sabe-se, porém, que as evidências científicas em torno dos efeitos das drogas na sociedade acabam sendo delimitadas por determinações jurídicas e policiais, de modo que estabelecem pontos de vista que fogem da constituição das evidências epidemiológicas. Já que:

Por certo, são justamente as relações entre o setor saúde e o da segurança (tecidas pela lógica proibicionista) que se mantêm como um segredo mais bem guardado que os mistérios eleusianos. Relações que confundem a formulação de novas políticas sanitárias que busquem reduzir a potência venenosa ou tóxica não apenas das moléculas farmacológicas, mas em especial, das relações nas quais essas moléculas são inseridas (ALARCON, 2014, p. 47).

Em suma, com o propósito de aprofundar o entendimento acerca do contexto estadunidense em torno das políticas proibicionistas, optei por construir o tópico seguinte lançando mão de referências bibliográficas latino-americanas. Desse modo, espero contribuir para o entendimento da emergência do pensamento proibicionista nos EUA, em meados do século XX, como base para explicar os fatores subjacentes à criação do Dare e, por conseguinte, o contexto histórico que marcou o surgimento do PROERD.

1.1 Entre “just say no” e “A drug free world - we can do it”: o proibicionismo como bandeira

O contexto estadunidense que antecedeu a criação do Dare foi apontado por vários autores que realizaram uma abordagem crítica da história das drogas. No entanto, optei por ancorar este tópico naquelas que se apresentaram relevantes na pesquisa e delimitam o tema deste capítulo, como: Del Olmo (1990), *A face Oculta da Droga*; Escotado (1989), *História General de las drogas*; Thiago Rodrigues (2004), *Política e drogas nas Américas*; Jonatas Carvalho (2015), *Regulamentação e criminalização das drogas no Brasil*.

Del Olmo (1990) e Escotado (1998) evidenciam que no decorrer das décadas de 1960 e 1970 a criminalização de determinadas substâncias de caráter psicoativo passou a ser uma realidade latente em muitos países latino-americanos. Muitos deles passaram a adotar um ordenamento jurídico cujo objetivo era controlar as demandas pelo consumo de drogas. Primeiramente, tais ações foram fundamentadas no discurso médico, servindo de base para as décadas seguintes até que se estabelecesse o que ficou conhecido como “guerra às drogas”.

A partir da II Guerra Mundial, foram os organismos internacionais, particularmente a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU), que contribuíram para universalizar os diversos modelos — com seus respectivos discursos sobre as drogas proibidas e suas características. A primeira organização, por meio de seus informes técnicos elaborados por especialistas da medicina e da farmacologia fundamentalmente; e a segunda, não apenas através de suas comissões de Especialistas (muitos provenientes das ciências médicas, mas com uma importante presença de juristas), mas sobretudo com a promulgação de seus diversos convênios e protocolos e com a criação de uma série de organismos encarregados de sua aplicação (DEL OLMO, 1990, p. 27).

No âmbito dos EUA, o discurso proibicionista foi oficialmente comunicado pelo então presidente Richard Nixon, em 17 de junho de 1971, demonstrando que paralelamente às duas grandes guerras mundiais e à guerra fria, outra guerra era anunciada provocando inúmeras ações que reverberaram em muitos países. O proibicionismo passou a ser o eixo central da política mundial sobre drogas, que, posteriormente, se estendeu pela América Latina.

Destarte, para compreendermos como se deu esse processo, basta nos atentarmos ao relato eloquente de um representante da Administração para o Cumprimento da lei sobre drogas do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DEA) ante a VII Conferência de Estados Partes do Acordo Sul-Americano sobre Entorpecentes e Psicotrópicos, realizada em Santiago do Chile em novembro de 1985.

O que ocorre nos Estados Unidos imediatamente ocorre no resto do mundo, primeiro na Europa e em seguida nos outros países. Mas isso não porque os habitantes dos outros países estejam imitando os dos Estados Unidos simplesmente, mas porque todo mundo se tornou uma cultura única (sic). É apenas devido à tecnologia e riqueza dos, Estados Unidos que tais coisas ocorrem ali primeiro. Ocorre o mesmo no caso do problema das drogas... A luta contra o tráfico de drogas se tornou uma guerra mundial. Como resultado, as experiências dos Estados Unidos se tornaram mais importantes para os outros países como lições para o futuro (DEL OLMO, 1990, p. 26-27).

Assim sendo, a partir de 1980, inúmeros cientistas e intelectuais críticos da política mundial sobre drogas vêm se debruçando sobre as causas e consequências da política proibicionista mundial, e a maioria atribui aos EUA o papel de país

responsável pela difusão e manutenção deste modelo. Dentre as críticas mais comuns estão questões pertinentes à estratégia de redução do consumo de drogas no mundo, uma vez que estes não alcançaram o propósito de reduzi-los. Os propósitos “implícitos”²⁴, como a construção social do jovem “predador” que não respeita os códigos morais, ganharam visibilidade nas campanhas político-partidárias que utilizavam o discurso da droga como causadora de todos os problemas nos bairros pobres. Assim, tais pressupostos embarcaram nesta onda de combate às drogas e acabaram alcançando, sim, os seus propósitos de encarceramento em massa de jovens negros residentes nos guetos (HART, 2013, p. 183-189).

Conforme destaca Loïk Wacquant²⁵ (2003, p. 23 apud Piven e Cloward, 1994):

Os Estados Unidos apresentam assim o paradoxo de uma sociedade que venera as crianças, mas não tem uma política familiar e educacional, de maneira que uma criança em cada quatro (e uma criança negra em cada duas) nela vive abaixo da “linha” oficial de pobreza; uma sociedade que gasta mais que todas as suas rivais em saúde, mas deixa sem cobertura médica 50 milhões de pessoas (das quais 12 milhões de crianças); uma sociedade onde se sacraliza o trabalho, mas que não dispõe de nenhum instrumento nacional de formação e de apoio ao emprego digno desse nome [...].

Ficou claro nas palavras de Wacquant (2003) que ocorreu um declínio de um estado caritativo para um estado penal nos EUA, que se desdobrou em políticas estatais de criminalização da pobreza que operava sob duas modalidades principais:

A primeira consiste em transformar os serviços sociais em instrumento de vigilância e de controle das novas “classes perigosas”. [...] O segundo componente da política de “contenção repressiva” dos pobres é o recurso maciço e sistemático ao encarceramento (WACQUANT, 2003, p. 27-28, apud PIVEN; CLOWARD, 1994).

24 VAN DJCK, T. A. Discurso, Notícia e Ideologia: Estudos na Análise Crítica do Discurso. Porto, Campo das Letras, 2005, p. 44. “Em termos teóricos [...] a informação implícita faz parte de um modelo mental dos (utilizadores de) um texto, mas não do texto em si. Isto é, os significados implícitos estão relacionados com crenças subjacentes, mas não são abertas, directas, completas ou precisamente afirmados por várias razões contextuais, incluindo a referente ao objectivo ideológico bem conhecido de secundarizar as nossas coisas más e as coisas boas deles [...]”.

25 WACQUANT, L. professor na Universidade de California-Berkeley e pesquisador no Centro de Sociologia Européia do *Collège de France*, é autor de vários trabalhos sobre a desigualdade urbana, violência e corpo, dominação racial e teoria sociológica. Foi professor visitante em Paris, Los Angeles, Rio de Janeiro e Nova York, é membro fundador do grupo de ativistas académicos “Raisons de Agir” e colabora regularmente para o *Monde Diplomatique*. Entre suas obras publicadas no Brasil, destacam-se *Convite à sociologia reflexiva* (com Pierre Bourdieu), *Punir os pobres* e *Os condenados da cidade*.

Contudo, desde o início da década de 1980, ocorreram mudanças importantes no discurso em função do surgimento da cocaína como uma droga que emergia como a causadora de todos os problemas e, por isso, preocupava o mundo (DEL OLMO, 1990, p. 55).

Tais mudanças são atribuídas:

As graves dificuldades econômicas e políticas dos Estados Unidos – desde a crise energética e o problema do dólar, a crescente agudização do processo inflacionário e o crescente desemprego, até a revolução sandinista na Nicarágua – terão repercussões notórias no novo discurso da droga. Por outro lado, ao entrar na década de oitenta, os Estados Unidos contarão com o maior número de consumidores de drogas de toda a sua história, e particularmente de cocaína e maconha. Apesar disso, o consumidor deixa de ser considerado um “doente” e passa a ser considerado “cliente e consumidor de substâncias ilícitas”. A preocupação central é a droga procedente do exterior – e muito especialmente os aspectos econômicos e políticos do tráfico de cocaína, droga que, como já assinalamos, é o centro de atenção do discurso nos últimos anos [...]”(DEL OLMO, 1990, p. 55).

Esta nova ênfase no contexto estadunidense evidencia que o principal fator influenciador nas concepções em torno das drogas seria a economia, especificamente em relação aos bilhões de dólares oriundos do comércio clandestino ligados ao aumento do consumo de cocaína e maconha. Tanto que, em 1980, o DEA já havia detectado a fuga considerável de capital, que somavam mais de dois bilhões de dólares. Assim, os funcionários federais do DEA passaram a adotar uma tática que dava maior enfoque para os chamados “narcodólares”, pela investigação que tinha como objetivo a eliminação da cocaína (DEL OLMO, 1990, p. 56).

Não foi à toa que no campo científico também ocorreram mudanças no discurso, tanto que os pesquisadores do NIDA (*National Institute on Drug Abuse*), que é um organismo responsável pela centralidade no discurso médico, serviram de referência para a ampla difusão da lógica proibicionista, buscando demonstrar certa legitimidade científica para tal. É nesse momento em que começa a se construir o estereótipo do latino-americano criminoso, ou seja, o bode expiatório causador de todos os danos oriundos do tráfico de drogas.

Ao assumir a presidência dos EUA, em 1981, Ronald Reagan passou a adotar medidas para tentar conter o avanço do consumo de drogas, assinalando que “o uso indevido de drogas é um dos nossos maiores problemas. Se não agirmos, correremos o risco de perder grande parte de toda uma geração” (DEL OLMO, 1990, p. 60). A autora ressalta ainda que:

Nesse mesmo ano o presidente Reagan assinou uma emenda ao Posse *Commitatus Act* para a ajuda militar, de aplicação da lei de parte de forças

civis, e foi ditada a ordem executiva nº 12.333, que autoriza o Serviço de Informações dos Estados Unidos a recolher dados sobre o tráfico de drogas no exterior, pois já se considerava que “as tentativas de diminuir o uso indevido das drogas dentro dos Estados Unidos deviam ser combatidas no exterior com a ajuda dos Estados Unidos”. Iniciava-se a guerra contra as drogas do presidente Reagan (DEL OLMO, 1990, p. 60).

Logo em seguida, no ano de 1982, Nancy Reagan, primeira dama dos EUA, lançou uma campanha de prevenção no âmbito nacional intitulada “*just say no*”, que se traduz no português “apenas diga não”, tendo como objetivo evitar que as crianças estadunidenses tivessem o primeiro contato com as drogas. A campanha ia ao encontro da estratégia federal que criaria a infraestrutura necessária para o combate às drogas, com o propósito de cobrir cinco aspectos: a cooperação internacional; a aplicação da lei; a educação e a prevenção; a desintoxicação e o tratamento e, por fim; a investigação (DEL OLMO, 1990, p. 94-95).

Muito embora, mesmo sabendo que a tarefa seria hercúlea (quase impossível), Nancy Reagan viajou por todo o território nacional usando o slogan: “se você puder salvar apenas uma criança, vale a pena”. Assim, enquanto ela levantava a bandeira da prevenção, os EUA entravam definitivamente na guerra às drogas (CARVALHO, 2015, p. 94).

As décadas de 1980 e 1990 são consideradas como os anos da guerra às drogas, em que os governos Reagan e Bush se sucederam em intermináveis ofensivas aos países da América Latina. Um marco deste período foi a invasão do Panamá por um efetivo de 25 mil militares na “Operação Causa Justa” em 1989, resultando na prisão do então presidente Manoel Noriega, acusado pelos EUA de ser um narcotraficante.

Diante de tudo que fora exposto neste item, podemos perceber que o cenário estadunidense durante a criação do Dare já estava alinhado a uma estratégia federal de “combate às drogas”. Apesar das contradições da política mundial sobre drogas, e mesmo em função do seu insucesso que ficou evidente após a fracassada campanha que veiculava a bandeira de “Um mundo livre de drogas - nós podemos fazer isso” (*A drug free world - we can do it*), continuava forte a ideia de um mundo livre das drogas, mesmo sabendo que seria algo inalcançável. Nota-se, porém, que há uma insistência na manutenção deste modelo, que vem sendo questionado por inúmeros autores em variados campos do conhecimento. Outras críticas se concentram nas contradições que envolvem enormes cifras dos governos na

militarização da política “antidrogas”, resultando no aumento da violência mundial e gerando um aparelhamento dos grupos de comercialização das substâncias proibidas que formam um mercado ilegal.

Contudo, como bem assinala Thiago Rodrigues (2004, p. 320), existem enormes cifras de dólares oriundas dos “lucros não tributados” do comércio ilegal das drogas, de modo que uma parte é distribuída entre o capital financeiro internacional e impulsiona a indústria bélica, alimentando o mercado de “controle do crime” que investe fortemente no sistema prisional privado, bem como na manutenção de uma estrutura jurídica lucrativa para algumas classes.

O autor chama a atenção, ainda, para o avanço do “mercado terapêutico” que também lucra com o tratamento dos drogaditos, pela ampliação do discurso terapêutico. Ainda que possa parecer preocupação com a saúde das pessoas, o que estaria em jogo seria o acúmulo de capital, onde um mercado ilegal interage com o legal, gerando lucro para um grupo de magnatas com poder econômico suficiente para interferir nas leis, bem como nas regulações econômicas e morais.

Desta forma, pode-se entender que exista uma interferência moral entendida sob o ponto de vista da Sociologia do Desvio, descrita por Howard Becker (2008, p. 154 apud Gusfield, 1963) como “o reformismo moral” que “desse tipo sugere um modo de aproximação de uma classe dominante com relação aos menos favoravelmente situados na estrutura econômica e social”.

Essa classe dominante é definida por Becker (2008) como “cruzados morais” que, em sua análise, pretendem:

de modo típico, ajudar os que estão abaixo deles a alcançar um melhor status. Outra questão é saber se os que estão abaixo deles gostam sempre dos meios propostos para sua salvação. Mas esse fato – que as cruzadas morais são em geral dominadas por aqueles situados nos níveis superiores da estrutura social – significa que eles acrescentam ao poder que extraem da legitimidade de sua posição moral o poder que extraem de sua posição superior na sociedade (BECKER, 2008, p. 155).

Em suma, em um cenário global marcado pela queda do muro de Berlim, consolidou-se um lado em uma disputa política e ideológica, e prevaleceu a influência do estilo de vida americano. Antes, durante e após a Guerra Fria, ocorreram várias intervenções estadunidenses, sobretudo nas políticas locais de países latino-americanos como a própria Ditadura Militar. Inegavelmente, a sociedade brasileira recebeu uma grande introjeção cultural que, de alguma forma, também abriria espaço para uma construção discursiva moralizante acerca do consumo de drogas.

1.2 O Dare América

Em janeiro de 1983, o Chefe Daryl F. Gates, do Departamento de Polícia de Los Angeles (LAPD), abordou o Dr. Harry Handler, ocupante do cargo de Superintendente do Distrito Escolar Unificado de Los Angeles (LAUSD), para tentar traçar uma forma de quebrar o ciclo de abuso de drogas relacionado à conduta criminosa e prisões.

Reconhecendo que a aplicação da lei nunca reduzirá o uso e abuso de drogas ilícitas, foi estabelecida uma parceria entre o Departamento de Polícia de Los Angeles (LAPD) e o Distrito Escolar Unificado de Los Angeles (LAUSD) em 1983 para criar um novo programa de educação para resistência a drogas entre estudantes escolares (DARE, 2020, tradução nossa).

Assim, oficiais da polícia de Los Angeles estavam lidando com suspeitos de crimes cujos familiares tinham sido repetidamente submetidos à justiça penal como consequência do abuso de drogas. Como resultado desta reunião, uma força-tarefa composta pela LAPD e LAUSD foi nomeada para desenvolver um programa de prevenção do uso abusivo de drogas para crianças do ensino fundamental. “Como poucos currículos de prevenção às drogas estavam disponíveis para as escolas adotarem naquela época, a Dra. Ruth Rich, Administradora Curricular de Educação em Saúde do LAUSD, desenvolveu o currículo original do Dare de 17 lições” (DARE, 2020, tradução nossa).

Logo em seguida, ocorreu uma análise dos programas que tratavam da prevenção do abuso de substâncias antes de elaborar o currículo Dare – *Drug Abuse Resistance Education* – para aplicação no quinto e sexto ano do ensino médio. Sendo assim, alguns oficiais instrutores selecionados e treinados deveriam aplicar o novo currículo. Segundo consta no site oficial do Dare:

Ao contrário de todos os outros currículos de prevenção às drogas, os oficiais da polícia de Los Angeles foram treinados para ensinar o currículo Dare, colocando assim uma “face humana” local na prevenção de drogas nas escolas.²⁶

Os membros da força-tarefa acreditavam que estudantes teriam a percepção de que os policiais seriam os atores sociais mais importantes no trabalho de prevenção, já que estariam atuando com alta credibilidade perante o público-alvo.

26 loc. cit.

Esta seria a proposta inicial do programa considerando a ideia de que policiais seriam os profissionais com maior legitimidade no discurso ao tratarem dos temas referentes às consequências das drogas, pela ideia de que elas (as drogas) estariam maltratando pessoas e precisariam da figura dos agentes que incorporassem o mito do herói “na luta contra o mal”.

O Departamento de Polícia de Los Angeles viu o programa de prevenção como uma extensão natural de suas iniciativas de base comunitária de policiamento. Um grupo de dez oficiais (chamados de “dez originais”) foi escolhido para passar cinco semanas em treinamento, para então começar o ensino das lições Dare em salas de aula de cinquenta escolas do LAUSD.

Na época, praticamente nenhum professor em sala de aula havia recebido instrução em seus cursos universitários sobre uso / abuso de drogas ou qualquer instrução sobre como ministrar aulas sobre prevenção de drogas. Aumentar o reconhecimento do Dare e o fato de que os oficiais do LAPD Dare poderiam treinar outros policiais “locais” para entregar o currículo original do Dare de 17 aulas resultaram na adoção rápida e ampla do Dare em todo o país e ao redor do mundo nos próximos dez anos.²⁷

Inicialmente, o Dare não foi financiado através do orçamento da Polícia de Los Angeles, assim como alguns outros esforços de prevenção da criminalidade da época. Em 1984, sob a liderança do Vice Chefe do Departamento de Polícia de Los Angeles Glenn Levant, o Conselho Consultivo de Prevenção da Criminalidade do LAPD (CPAC) foi criado com o apoio do programa Dare e outras atividades relacionadas com os esforços da Polícia de Los Angeles na prevenção da criminalidade.

Reconhecendo a forte demanda nacional pelo programa, o DARE América é fundado em 1989 como uma organização sem fins lucrativos 501 para supervisionar o desenvolvimento de currículos e outros programas, facilitar a expansão de programas, controle de qualidade de programas e prestação de contas, veículo de captação de recursos para apoiar suas atividades.²⁸

Segundo o próprio Dare, nos anos seguintes houve uma crescente demanda do programa em todo o EUA, tanto que aproximadamente sessenta e oito mil policiais foram treinados para aplicar o currículo desde que o programa foi lançado pela primeira vez. Assim, o Dare se espalhou e resultou em pedidos de comunidades fora de Los Angeles para a assistência no estabelecimento de programas de prevenção do abuso de substâncias, para atender à crescente necessidade.

27 loc. cit.

28 Ibid.

1.3 PROERD: o Dare à brasileira

Depois de concluídos os primeiros contatos com os representantes estadunidenses, houve também uma parceria com a Secretaria Estadual de Educação para o processo de tradução e adaptação do material didático, bem como do acompanhamento ao treinamento realizado. Ficou decidido que a adaptação do Programa Dare para aplicação no Estado do Rio de Janeiro receberia a denominação PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas.

A major PM Tânia Santos Loos²⁹, que gentilmente concedeu entrevista³⁰ para esta pesquisa, revelou que na época de seu primeiro contato com o Dare possuía formação inicial na área da saúde (enfermagem) e trabalhava no tratamento de policiais militares toxicodependentes no antigo CRAC, que em 1992 passou a ser Renascer³¹, sediado no Hospital Central da PMERJ (HCPM). Assim, como já havia adquirida a expertise do tratamento de dependentes químicos, recebeu um convite do Major Hélio para compor uma equipe que recepcionaria o programa Dare, apresentado pelo sargento estadunidense Stevie Kayser.

A apresentação foi realizada na Academia da Polícia Civil e Tânia Loss salienta, ainda, que naquela oportunidade os representantes da Polícia Civil não esboçaram interesse pelo programa. No entanto, havia dois majores PM, entre eles o major Abrantes, que identificaram a possibilidade de uma nova experiência de atuação e que poderiam adaptar às características da PMERJ sob a figura de um policial militar fardado em sala de aula, trabalhando com crianças para fazer a prevenção do abuso de drogas.

29 Tânia Santos Loos, major PM da reserva, instrutora, mentora e master do PROERD; Coordenou os primeiros cursos de formação de instrutores no DF, AC, PR, MG, SC, SE e RJ; Coordenou os Cursos de Mentores do DF, MG, PR e SC; coordenou juntamente dos oficiais do Dare os Cursos de Master PROERD em SP e SC; Conferencista na 4ª SUMMIT em Lyon – FR; 5ª SUMMIT Dare em Los Angeles – EUA, Revisora dos currículos para a 4ª série, com tradução do material de facilitação, atuou no projeto de modernização e atualização aprovados pela SENASP e esteve a frente do PROERD na inauguração do Centro de Capacitação em Programas de Prevenção (CCPP/PROERD).

30 LOOS, T. S. Entrevista concedida a Daniel Castiajo. Rio de Janeiro, 30 nov. 2018.

31 Cf. COSTA, I. Renascer: tratamento para policiais dependentes químicos. *In*: Segurança Humana. Rio de Janeiro, CBDD/VIVARIO, 2013, p. 5.

Tânia Loos afirma que tal adaptação foi feita entre os anos de 1991 a 1992, com a parceria entre o Consulado Americano e a secretária estadual de educação, Sr^a Risa, que designou um grupo de trabalho composto por profissionais da Secretaria Estadual de Educação para acompanharem a tradução.

Na visão do coronel Jorge Braga, o Dare serviria de modelo para o que viria a ser o primeiro programa brasileiro de prevenção ao uso de drogas realizado por policiais. Segundo o seu relato:

O PROERD era baseado em um programa modelo dos Estados Unidos, nas cidades de Los Angeles e de Miami, que é o Dare, e em outros modelos que alguns batalhões iam adaptando de acordo com as suas necessidades [...] O Coronel Celso Guimarães era responsável pela Assessoria Técnica de Assuntos Especiais (Atae). [...] Quem era responsável pelo PROERD era o Coronel, na época Capitão, Abrantes, uma das pessoas mais inteligentes que conheci na polícia, o primeiro colocado na turma dele de aspirantes de 1977. [...] Foi nesse momento que foram abertas portas para a entrada de recursos de fora do Estado, no decênio de 1990. Até então, não vinha recurso algum do governo federal, era tudo só com o Estado. E a polícia não era tão grande como hoje. [...] A polícia cresceu muito... Então, o Abrantes era responsável pelo PROERD e havia um grupo também que fazia teatro; o nome, se não me engano, era Nupid. Tinha o Coronel Luiz Antônio, responsável pelo policiamento comunitário de quarteirão, e o Coronel Ubiratan também ajudava. [...] (LEAL; PEREIRA; FILHO, 2010, p. 79-80).

Segundo o relato do tenente PM Claudio Coutinho dos Santos³² (que na época, juntamente da major Tânia Loss, compôs a primeira turma de policiais instrutores), ocorreu uma certa incerteza no início da implantação do Dare. O primeiro grupo a se formar acabou sendo novo até por conta do próprio assessor técnico. Tenente Coutinho desataca que o coronel Celso Guimarães costumava dizer o seguinte: “Tudo aqui é novo na polícia e no país, e a polícia não pode fazer acontecer, primeiro vocês precisam acreditar nesta empreitada e se algo for acontecer vocês terão que fazer acontecer!”

Todo o processo se iniciou a partir daquele momento e passou a ser pensado pelo grupo como um todo. Sobre a passagem da sigla Dare, que daria origem ao PROERD, Claudio Coutinho dos Santos relembra que:

A primeira coisa que todos nós de maneira informal acabamos levantando é que ficaria muito estranho as crianças chegarem em casa e contarem para os pais, que os pais estavam convidados a participar de uma reunião na escola para falar sobre um trabalho da polícia militar de prevenção às drogas e que tinha uma sigla que era Dare, eles não estavam numa aula de inglês né? A proposta não era essa, até porque o público que nós iríamos estar

32 Claudio Coutinho dos Santos, tenente PM, instrutor, mentor e master do PROERD; formado na primeira turma de instrutores e atuou na mentoria de policiais em outros estados. É o autor da canção do PROERD.

atendendo era um público bem carente, era o público da escola pública estadual, esse era o primeiro público, e aonde? Nas melhores cidades? Não, na baixada fluminense, então nós percebemos que naquele momento não seria oportuno permanecermos com aquela sigla.

Cabe ressaltar que, naquele momento, Leonel Brizola recomeçava a sua trajetória política como governador³³ do Rio de Janeiro alcançando a expressiva votação com a marca de 70% do eleitorado fluminense, mesmo após uma derrota nas eleições presidenciais de 1989 sucedendo Moreira Franco “que não cumpriu a promessa de acabar com a violência em seis meses”. Assim sendo, Nazareth Cerqueira assumiu pela segunda oportunidade o comando da PMERJ, disposto a realizar seu compromisso com as inovações propostas em seu primeiro mandato (SLVA, 2016, p.323 apud BOMENY, op. cit., p. 110).

Bruno Marques Silva (2016) analisa em termos biográficos que Nazareth Cerqueira, na década de 1980, era um oficial da PMERJ comprometido profissionalmente com a estrutura policial. Em 1983, produziu reflexões acerca da condição do negro na sociedade brasileira, bem como na própria PMERJ. Contudo, na década de 1990:

Cerqueira passou a condição de gestor público envolvido diretamente na arena político-partidária e, dessa maneira, um pouco mais distante das tradicionais convenções institucionais e das amarras profissionais cotidianas. Assim sendo, a meu ver, o comandante passou a apostar na radicalização de suas propostas relativas à segurança pública e de mudanças estruturais necessárias à PMERJ. [...]. Portanto, no segundo comando, suas reflexões teóricas e seus programas ganharam energia e conheceriam grande impulso. [...] Assim, o comandante passou a atacar as diretrizes do governo Moreira Franco, destacando o aumento da criminalidade, bem como da violência policial e as teses de enfrentamento letal do crime. Para ele, o seu segundo comando teria de começar “tudo novamente”. Entretanto, Cerqueira garantia que tinha “agora uma proposta de políticas públicas para a área da segurança mais sofisticada e articulada (SILVA, 2016, p. 325).

Nazareth Cerqueira ficou marcado pela inovação em sua segunda gestão, já que à frente da PMERJ destacaram-se iniciativas em torno de estratégias comunitárias de resolução de conflitos; a criação do GEPE (Grupo de Vigilância dos Estádios); e o Grupo de Policiamento Turístico:

Contudo, uma das iniciativas mais inovadoras foi a criação do Núcleo de Atendimento a Crianças e Adolescentes – em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990 pelo então presidente Fernando Collor – que propunha uma nova conduta policial perante meninos de rua. Nesse sentido, foi efetivado também o Programa de Educação de

33 Leonel de Moura Brizola já tinha sido governador entre 1982 a 1986, período em que Nazareth Cerqueira já estava no governo.

Resistência contra as Drogas (PROERD), inspirado em uma iniciativa da polícia norte-americana, implicava a formação de policiais que atuavam como instrutores nas escolas do estado. O agente ficaria na escola transitando, por meses, uniformizado. Chefiado, à época, pelo capitão PM Luís Abrantes Coelho, o programa pensava a escola como um espaço que poderia agregar programas de prevenção policial. [...] o programa foi instituído em 1992, dirigido diretamente às crianças na faixa de nove a onze anos de idade. O programa atingiu 25 municípios num total próximo de 40 mil crianças. Tal iniciativa foi entendida por Cerqueira como uma das mais importantes estratégias de caráter preventivo e comunitário, ao lado dos Centros Comunitários de Defesa da Cidadania [...]. Cerqueira “sabia que causaria repercussão na comunidade, e a capacidade da escola de aglomerar, de concentrar pessoas, junto à possibilidade de difundir as ideias e ter contato com a polícia” – não somente as crianças, mas também pais e professores –, “era considerada fundamental para a transformação de valores [...]” (SILVA, 2016, p. 336-337).

Através de entendimentos mantidos com o Adido da Imprensa Adjunto e com a Assessoria de Imprensa do Consulado Americano, foi planejado o comparecimento de uma equipe de policiais do Dare ao Rio de Janeiro para capacitação de integrantes da Polícia Militar. Com a vinda da equipe composta por cinco policiais do Departamento de Polícia de Los Angeles e dois da cidade de San Diego, no período de 17 a 28 de agosto de 1992, foi realizada a capacitação que possibilitou o credenciamento de 29 policiais militares. Ficou decidido que esta adaptação do Programa Dare para aplicação no Estado do Rio de Janeiro receberia a denominação de Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), sendo a marca objeto de registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Convém destacar que entre todas as franquias Dare espalhadas pelo mundo, o Brasil é a única com uma marca original adaptada ao idioma local. Outro dado importante a ser destacado foi a integração entre os policiais estadunidenses com os agentes fluminenses, marcada por um ambiente amistoso e de profundo profissionalismo. Ressalto que, naquele momento, o mundo estava vivendo um período que precedia a queda do muro de Berlim, fato histórico que não só simbolizou o fim de uma bipolarização ideológica, como também reafirmava a “hegemonia” de um modo de vida estadunidense, bem como sua influência cultural.

Coincidentemente, em 29 de abril de 1992, policiais de Los Angeles foram flagrados espancando um motorista negro. Tal ação provocou um intenso conflito social com duração de quatro dias de revolta e transmissão pela mídia global. Considerado um dos maiores conflitos sociais da história até aquele momento, tal evento contabilizou mais de 50 mortes, pouco mais de 12 mil prisões e milhões de dólares em prejuízos materiais.

Em junho daquele mesmo ano, ocorreria no Rio de Janeiro a ECO-92 ou Rio-92, um grande evento para debater a questão ambiental do planeta e definir parâmetros sustentáveis para o desenvolvimento das nações, culminando na construção de documentos importantes que fazem um balanço dos problemas e dos progressos alcançados até então. Tal evento colocou a cúpula da Segurança Pública fluminense à prova, tendo em vista a necessidade de se prover meios que pudessem garantir a segurança de inúmeros chefes de Estado.

Diante deste contexto, os relatos dos instrutores pioneiros dão conta de que o primeiro curso de formação de instrutores foi algo inovador: o “primeiro contato com aquilo que depois veio a ser o PROERD, na verdade, era um programa de prevenção às drogas e violência, um programa norte-americano com a sigla “Dare”, e naquele momento [...], não existia PROERD” (SANTOS, 2018).

Loos (2018) explica que o primeiro curso ocorreu no “QG [Quartel General], com salas adaptadas, [já que] não existia um centro de treinamento, então dentro do próprio QG foram adaptadas cinco ou seis salas pra que cada equipe desenvolvesse, e o salão nobre fazia a parte de reunião do grande grupo [...]”. Assim, o ambiente fortemente militarizado do Quartel General teve que alocar as dinâmicas de formação que tinham como propósito desenvolver o lúdico entre os policiais. É bem verdade que tais dinâmicas, até o presente momento, são pouco usuais na rotina da caserna e não são bem correspondidas com o “ethos policial”.

Ambos relatam que se sentiram impactados com o modelo de formação utilizado pelo Dare, e que nunca imaginaram que teriam experimentado algo parecido na polícia. No sentido de ilustrar suas impressões acerca da formação, Loss (2018) relembra que:

trabalhava com tratamento, e o que a gente tem com tratamento de dependentes químicos é uma realidade muito dura, é uma realidade que se de dez você conseguisse recuperar um, e você sabe que essa recuperação não é permanente, ela é transitória, é previsível que se tenha recaídas, então muitas das vezes nós, profissionais da saúde, ficamos frustrados com o baixo índice de recuperação de dependentes químicos na corporação ou em qualquer segmento social que tenha dependentes químicos. O índice de recuperação é muito baixo, então como trabalhando na enfermagem eu tinha essa experiência com o tratamento, trabalhar na prevenção me deu uma outra ótica uma nova perspectiva uma leitura diferente de mundo vendo que aquelas crianças poderiam aprender a resistir e o curso foi muito importante pra mim enquanto ser humano, eu tinha muitos problemas com a minha autoestima, e o PROERD mudou a minha vida eu passei a me ver com mais respeito, com mais amor e passei a tratar a minha família com maior interação, com maior afetividade.

Para ilustrar tal momento, podemos observar na foto abaixo o momento que marcou a assinatura do convênio assim que os policiais militares brasileiros concluíram a formação oferecida pelos estadunidenses. Nota-se ao fundo o principal slogan do programa “nossas crianças longe das drogas”, que muito se assemelha as campanhas educativas voltadas para a redução do consumo de drogas nos EUA.

Figura 1 - Assinatura do documento de criação do PROERD RJ, agosto/1992



Fonte: Arquivo Institucional – Coordenação do PROERD.

Cabe assinalar que ocorreu uma considerável interação com a Secretaria Estadual de Educação, tendo em vista que o desenvolvimento do programa se daria em sala de aula. Fruto dessa interação, técnicos daquela Secretaria participaram de todo planejamento, tradução do material didático, preparação de policiais militares em uma fase inicial para adaptação à nova modalidade de atuação, além do acompanhamento de todo curso realizado por policiais norte-americanos.

Naquele momento, não seria possível compreender a relação entre policiais e professores, apenas entre os colaboradores que representavam a pasta da educação do executivo estadual. Para tanto, destaco neste momento a fala que rememora a série de acontecimentos vivenciados por meus colaboradores. Através das suas oralidades, podemos entender os fatos históricos sob seus olhares que não compõem plenamente a memória oficial. Tânia Loos (2018) explica que ocorreu um contato

direto, uma espécie de *link* com o Consulado dos EUA, destacando a participação direta da:

senhora Riza, que era do Consulado Americano, ela é [era] uma brasileira que trabalhava na assessoria de comunicação do Consulado Americano, ela é [era] a pessoa do consulado que trouxeram o fortalecimento das relações entre o sargento Stevie Kayser, o Major Abrantes e o Major Hélio que ficaram trabalhando no desenvolvimento dessa parceria com o pessoal da Polícia de Los Angeles.

No entanto, com o enfoque da nossa observação voltada para o currículo do programa, convém ressaltar que nesse momento não houve uma adaptação à realidade brasileira. Ele foi apenas traduzido para o português e alguns verbetes sofreram modificações para que fossem compreendidos pelas crianças brasileiras, já que:

aconteceu a tradução do material, a parceria do consulado, essa pessoa do consulado com a secretaria de educação e a polícia militar do estado do Rio de Janeiro mas não houve uma adaptação significativa, o currículo era o americano, não havia uma adaptação, houve a tradução do material e pequenas adequações, por exemplo, não se conhecia a “assertividade”, então no primeiro momento o nome da lição era ser seguro um estilo de resposta, porque a palavra assertividade que é um neologismo não existia naquela época, então se preparou esse currículo com pequenas adaptações, mas era exatamente o modelo americano.

Neste contexto de aplicação do currículo nas escolas, em certo tom de nostalgia e, até mesmo uma romantização de memória ambos os instrutores pioneiros apontam suas percepções acerca da receptividade da primeira abordagem curricular utilizada pelo PROERD em sala de aula. Para Loss (2018):

as crianças nos receberam muito bem, as professoras ficaram encantadas com a maneira do policial agir, a prática docente do policial em sala de aula, e os comentários eram sempre elogiosos, não houve em nenhum momento qualquer incidente que pudesse “denegrir”[desvalorizar], ao contrário tudo que aconteceu naquele primeiro momento, foi um momento de fortalecimento do currículo para que nós pudéssemos ir melhorando cada vez mais a nossa interação com a comunidade escolar.

Os relatos dos instrutores que colaboraram para esta pesquisa reforçam a ideia de um currículo “engessado”, ou seja, excessivamente fechado às modificações e com raríssimas possibilidades de uma intervenção que pudesse se adequar a uma determinada demanda local. Tanto que Santos (2018) relata que havia um foco de ação voltado para as periferias urbanas, em especial a Baixada Fluminense e São Gonçalo, ressaltando que o público principal para as primeiras abordagens em sala de aula seriam os mais carentes: “era o público da escola pública estadual, esse era o primeiro público. E aonde? Nas melhores cidades? Não, na Baixada Fluminense”.

Esse quadro reforça a lógica presente nas décadas posteriores à abertura política, que (AMOROSO, 2019, p.140) aponta como “uma forma específica de usufruir do espaço urbano, estabelecer trajetos de policiamento, formas de lidar com determinadas áreas, construindo uma trama de significados sobre a cidade a partir da forma como ele se apropria dela, enquanto policial”.

Neste sentido, Jorge da Silva (2015)³⁴ chama a atenção para as seguintes questões:

Tinha que ter um inimigo, você trabalha com a mentalidade de que você é um combatente, é um guerreiro, cadê o inimigo? Tem que inventar um inimigo, você tem que inventar um inimigo. Então, por que razão você acha que na cabeça da pessoa, de uma maneira geral, fala assim: “vem cá, o traficante é o problema... não, o usuário é pior... o usuário é pior que o traficante, porque se não fosse o usuário não tinha traficante... então, quem é o inimigo principal?”

Para entendermos o contexto que estava em jogo naquele momento, Amoroso (2019) destaca que “a questão é fundamental para se entender o modo operacional do policiamento ostensivo praticado pela PMERJ”. E, neste sentido, sob a ótica do militarismo:

há a necessidade de o inimigo ser exterminado, e o local de atuação deste passa a ser caracterizado como território em disputa. O “inimigo” varia de acordo com a conjuntura histórica e política do período, sendo que, nas últimas décadas, no Rio de Janeiro, o traficante assumiu um papel de centralidade nesse quadro. Mesmo nas palavras de Jorge da Silva, sobre o debate de “quem é culpado pela violência, o traficante ou o usuário”, vê-se a guerra às drogas como o estopim. Esse direcionamento poderia ser questionado por alguns vieses, como por que não concentrar esforços na prática para o desvio e venda ilegal de armamento, por exemplo? Desse modo, sob a ótica militar, há um “inimigo” a ser exterminado, assim como um território, seu lócus de atuação, a ser conquistado (AMOROSO, 2019, p. 143)

Assim sendo, neste primeiro momento existia uma relação específica com as áreas periféricas da Baixada Fluminense, por via de uma estratégia de atuação na tentativa de diminuir o avanço do consumo de drogas entre as classes mais pobres, embora a:

estratégia de se trabalhar na baixada fluminense, primeiro por uma questão de facilidade, porque quando a gente fala de área de educação [e] quando tratamos por exemplo de um município muito grande como o município do Rio [capital], e naquele momento você nem conseguia imaginar o programa entrando no município, você tem muitas camadas para serem vencidas. Primeiro que a polícia militar é do estado, então ao trabalharmos em escolas

³⁴Entrevista concedida a Mauro Amoroso em 30/01/2015. In: AMOROSO, Mauro. A tropa e a cidade: a Polícia Militar no Rio de Janeiro durante a abertura e seus impactos negativos futuros para a consolidação de um universo de direitos para as favelas. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 11, n. 27, p. 129-157, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180311272019129>.

do estado na baixada fluminense, nós tínhamos a facilidade das coordenadorias estaduais que eram muito mais próximas de nós, então era atuar na área da baixada fluminense, nas escolas da rede estadual, até porque era um projeto piloto, não adiantaria naquele momento abrir muito o leque, porque até pra você ter um *feedback* do aproveitamento daquele trabalho ficaria mais difícil de mensurar, então você diminui, na verdade nós atuávamos na baixada fluminense, em Niterói e São Gonçalo, eram as duas áreas de atuação nossa (SANTOS, 2018).

Passado um ano de criação do programa, já em 1993, ocorreu um novo treinamento habilitando os policiais militares do Estado do Rio de Janeiro como multiplicadores do Programa Dare e elevando a PMERJ à categoria de Centro de Treinamento Dare. Apesar da visão ceticista por parte de uma parcela considerável da comunidade docente, o programa expandiu sua importância na agenda pública daquele momento. A respeito desta iniciativa, Jorge da Silva (2008) destaca que o PROERD, inicialmente, foi destinado aos estudantes das escolas do ensino fundamental buscando maneiras pedagógicas que pudessem tornar estes estudantes capacitados para “dizerem não às drogas”.

A despeito de certa visão negativa da própria instituição. Tanto que:

depois de um treinamento específico ministrado no Rio de Janeiro a um grupo de vinte e nove oficiais e praças por policiais norte-americanos atuantes no famoso projeto DARE daquele país. Independentemente do seu objetivo específico, a interação dos policiais com as escolas, alunos, pais e professores tem sido um ponto positivo apontado por todos, inclusive por avaliações objetivas já realizadas (DA SILVA, 2008)³⁵.

Na imagem a seguir, podemos identificar as bandeiras do PROERD e ao centro a do Dare que carregam as mesmas cores, muito embora o aspecto monocromático da imagem não favoreça a definição das cores, como o preto e o vermelho que adornam os emblemas de ambos os programas. Também podemos visualizar alguns policiais segurando um animal de pelúcia, a mascote do programa. Sabe-se que ainda não era um leão e, sim, um urso.

No âmbito dos cursos de formação, estar com a mascote sob os seus cuidados representa uma tarefa de extrema importância, porque qualquer desleixo ou até mesmo falta de zelo com este animal de pelúcia, ainda que seja concebido por muitos como uma simples atividade lúdica, poderá indicar uma postura indesejável como falta de compromisso e irresponsabilidade com o trabalho com crianças e/ou adolescentes.

³⁵ “A publicação deste texto, ademais do objetivo de compartilhar reflexões, é um modesto tributo ao esforço do saudoso coronel PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira. O artigo corresponde ao tópico 11.4 do Capítulo XI de: DA SILVA (2008, escrito originalmente em 2003 numa tentativa de fazer a exegese do conceito de polícia comunitária).

Ainda que possa ser entendido como algo cômico ou jocoso, durante o período de formação ocorrem vários momentos como este, sempre com o propósito de criar um ambiente de descontração e sensibilização.

Figura 2 - Habilitação do PROERD como Centro de Capacitação – RJ/1993



Fonte: Arquivo Institucional – Coordenação do PROERD.

Apesar de não compor a pauta utilizada nas entrevistas, fiquei intrigado em saber os motivos pelos quais se justificavam a utilização das cores vermelha e preta. Descobri uma possível explicação que não está presente nos documentos oficiais, mas sim na psicologia das cores³⁶. Ela define o vermelho entre as cores de conversão mais alta, utilizadas para chamar à ação e, talvez por isso, a escolha do vermelho que se refere à juventude, excitação, paixão, calor e urgência. De fato, é a cor do sangue, dos sinais de parar e das rosas clássicas. Já o tom escuro do preto invoca o caráter luxuoso, pois o preto evoca elegância, sofisticação e poder.

A passagem da marca Dare para o PROERD só se concretizou depois de certo tempo, após a conclusão da formação do primeiro grupo de instrutores. Nota-se que tudo passou, a partir daquele momento, a ser pensado pelo grupo como um todo.

³⁶ “[...] as cores falam sobre nós, dando informações sobre nossas necessidades, desejos, medos.[...] Trata-se de uma linguagem complexa, em parte influenciada pela nossa cultura, em outra pela condição da nossa individualidade psicológica, sempre reveladora de um componente inconsciente e sugestivo do qual a cor representa a chave de acesso” (NUNES, 2012, p. 67).

Para Santos (2018), a tomada de decisão acerca da sigla foi fomentada pelos próprios instrutores, tanto que ele chega a afirmar que:

[...] a primeira coisa que todos nós [eles] de maneira informal acabamos [acabaram] levantando é que ficaria muito estranho as crianças chegarem em casa e contarem para os pais, que os pais estavam convidados a participar de uma reunião na escola para falar sobre um trabalho da polícia militar de prevenção às drogas e que tinha uma sigla que era DARE, eles não estavam numa aula de inglês né, a proposta não era essa, até porque o público que nós iríamos estar atendendo era um público bem carente, era o público da escola pública estadual, esse era o primeiro público [...]

Ao percebermos as iniciativas de aproximação da PMERJ do que ainda viria a ser PROERD, vem à tona um debate em torno da segurança pública e a polícia comunitária. Talvez por estarem intimamente intrincados em seus propósitos e abordagens. No entanto, Rodrigues (2009, p. 285-286) buscou refletir sobre os aspectos contraditórios entre os “ideais” da polícia comunitária e a realidade na sua efetivação, ressaltando que, sob:

a concepção da Criminologia Moderna, na qual a criminalidade passa a ser vista como um “problema” comunitário, [...] de modo que os programas acabam assumindo um papel preponderante em uma “sociedade disciplinar”. [...] Destes pressupostos deriva a ideia de “programas de prevenção” como respostas ao aumento da criminalidade.

O primeiro documento utilizado na formação do Instrutor do PROERD, denominado “Guia para Instrutores”, balizou o currículo PROERD de “dezessete lições” estruturado juntamente da introdução e conclusão do programa. Este guia foi compartilhado entre as polícias militares dos primeiros estados da federação a adotarem o modelo de atuação policial com a chancela do Dare.

Naquele momento, os agentes policiais militares instrutores tinham como propósito a implementação das ações de prevenção, direcionando seus esforços para a tentativa coletiva de integração entre as famílias e a comunidade escolar, com o objetivo de desenvolver entre jovens estudantes habilidades que pudessem auxiliá-los nas tomadas de decisões. Tais objetivos são ilustrados em sua logomarca, na qual denota a tríade: escola, polícia e família, reforçando uma ideia de polícia cidadã, marca do comando do coronel Nazareth Cerqueira.

Entende-se, porém, que se pretendia estabelecer uma relação de diálogo e orientação, ainda que não sejam características observadas nas posturas comuns quando levamos em consideração os estudos empíricos em torno do “fazer policial” cotidiano (KANT DE LIMA, 1995, 1999, 2008; MISSE, 2006, 2014; MUNIZ, 1999, 2018, 2017). Os manuais da época preconizam que os instrutores pretendiam fornecer

aos estudantes atendidos pelo programa um apanhado de informações preventivas com o intuito de provocá-los, buscando a construção de fatores de proteção entre eles, no sentido de fornecer alternativas positivas voltadas para uma vida saudável sem o uso abusivo de álcool e de outras drogas, bem como o não cometimento de atos violentos. E que, através da tentativa de uma possível construção coletiva, possam definir estratégias preventivas junto à comunidade escolar.

Nota-se, porém, que o discurso demonstra o propósito de potencializar a participação da família na busca de ferramentas que possam proporcionar o desenvolvimento de fatores de proteção, voltado para a valorização da vida, fortalecendo a cultura de paz e contribuindo para a construção de uma sociedade saudável.

Considerando que reformas contemporâneas na área policial estão fundamentadas na premissa da eficácia, a política de prevenção ao crime e a produção de sensação de segurança estão relacionadas à existência de uma relação sólida, positiva e afetiva entre a polícia e a juventude deste país. Uma tentativa de estabelecer um novo olhar acerca da função social da Polícia Militar, não só como um aparelho de repressão do Estado, visto que a maior abrangência do caráter preventivo em suas ações educacionais pode criar novas relações entre os atores sociais envolvidos no cotidiano escolar.

Neste contexto, o PROERD surge como uma ferramenta policial de aproximação orientada à prevenção do consumo de drogas, cujo objetivo principal seria a construção coletiva de uma cultura de paz nas escolas. Em curto prazo, a presença do policial militar fardado sem a ostentação de armas de fogo provoca um expressivo impacto na comunidade escolar, já que perpassa no seu imaginário o valor simbólico do policial ligado a função repressora. Este fator pode ser explicado pelo fato de que a Polícia Militar centra a formação de seu pessoal para a repressão, direcionamento que se encontra provavelmente na concepção dos mitos fundadores, que remetem a algum momento da história desta organização e carregam consigo conceitos e paradigmas que estão atrelados à sua cultura.

Em suma, o programa se concentra basicamente no desenvolvimento de competências sociais, tais como habilidades de comunicação, autoestima, empatia, tomadas de decisões, resolução de conflitos, objetivos de vida, protagonismo infantojuvenil, alternativas positivas frente ao consumo de drogas e a melhoria da qualidade de vida. Desta forma, espera-se que o jovem possa criar vínculo afetivo

com o instrutor, já que este agente público representa um dos atores sociais que compõem sua rede de proteção.

2 OS CURRÍCULOS DO PROERD E SEUS CONTEXTOS

Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre (Paulo Freire)

As palavras do saudoso educador aludem este capítulo com o propósito de iniciar uma importante reflexão, que nos leva a pensar que não somos conclusos em nossas aquisições científicas e que ignoramos muitos saberes do mundo. Talvez por não fazer sentido para mim, durante boa parte da minha vida acadêmica e profissional, pouco me interessei nos estudos aprofundados concernentes ao PROERD, pois tinha noção de que teria que adquirir muita disposição para confrontar as minhas práticas (repletas de idiossincrasias) com os estudos empíricos acerca do meu objeto.

Foi neste processo árduo de desconstrução e reconstrução que identifiquei saberes que precisavam ser desvelados e problematizados que pudessem servir de fonte de consulta para futuros trabalhos. Um destes saberes indica que desde a criação do PROERD em agosto de 1992 até os tempos atuais ocorreram algumas reformulações em seu currículo, bem como na própria metodologia de aplicação das atividades em sala de aula. Diante do exposto, estarão elencados neste capítulo os diferentes currículos utilizados pelo PROERD do Rio de Janeiro.

Para tanto, ao iniciarmos este tema no que tange às transformações curriculares, penso que seja conveniente destacar que a ideia de “currículo” está calcada em processos de ensino que devam ser planejados envolvendo a “seleção de determinadas atividades/ experiências ou conteúdos e sua organização ao longo do tempo de escolarização” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 20). Esse entendimento só passou a vigorar na segunda metade do século XIX, muito embora:

O ensino tradicional ou jesuítico operava com tais princípios, defendendo que certas disciplinas facilitavam o raciocínio lógico ou mesmo ampliavam memória. Apenas na virada para os anos 1900, com o início da industrialização americana, e nos anos 1920, com o movimento Escola Nova no Brasil, a concepção de que era preciso decidir sobre o que ensinar ganha força e, para muitos autores, aí se iniciam os estudos curriculares (LOPES; MACEDO, 2011, p. 20-21).

Neste momento, as demandas da industrialização foram forçando a escola a ganhar novas responsabilidades porque ela precisava “voltar-se para a resolução dos problemas sociais gerados pelas mudanças econômicas da sociedade” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 21). Nos anos 1910 o comportamentalismo ganha força, juntamente do taylorismo na administração. Daí advém a definição do currículo “como

plano formal das atividades/experiências de ensino e de aprendizagem, a preocupação com a administração, em algum nível centralizada, do dia a dia da sala de aula”³⁷. Servindo de berço para o eficientismo social e progressivismo, dois movimentos que surgiram nos EUA.

Com o rápido avanço na urbanização e a necessidade de se constituir força de trabalho para as demandas da indústria, a eficiência da escola passa a ser atrelada a uma função de socialização, unindo a escola e o currículo como “importantes instrumentos de controle social”. Incidindo na construção de uma tradição no campo do currículo conhecida como “racionalidade tyleriana”³⁸, que também pode ser chamada de “técnica” ou “sistêmica”³⁹. Essa tradição carrega este nome fazendo alusão à Ralph Tyler, que após a publicação da sua obra “Princípios básicos de currículo e ensino” no ano de 1949, chamou atenção para a importância do currículo ser implementado a “partir de uma análise da realidade para a qual o currículo está sendo desenhado e da resposta de especialistas sobre qual o conhecimento”⁴⁰ necessário para formar pessoas (sujeitas no processo), sem torná-las especialistas no tema.

Tyler define, ainda, a necessidade de filtros que visam adequá-los às capacidades das crianças (filtro psicológico) e os valores que a sociedade pretende perpetuar por intermédio da escola (filtro filosófico). Uma das mais arriscadas críticas ao pensamento de Tyler diz respeito ao filtro filosófico que acaba por dar centralidade à manutenção dos valores sociais. Ainda que Tyler aponte a possibilidade de o filtro filosófico indicar o desejo de mudança, o currículo funcionaria, para seus críticos, como instrumento de forte controle social, ajudando a promover a harmonia social (LOPES; MACEDO, p. 46).

Com uma abordagem focada nos objetivos definidos de maneira clara para poderem ser avaliados com praticidade, este modelo encontra no comportamentalismo um fator essencial para o desenvolvimento de condutas que só seriam possíveis com a “participação ativa” dos alunos, de maneira que aos docentes caberia o dever de “controlar o ambiente e criar situação estimulantes às quais o aluno deve reagir”⁴¹.

³⁷ Loc. cit.

³⁸ Ibid. p. 44.

³⁹ Loc. cit.

⁴⁰ Ibid, p. 45.

⁴¹ Ibid, p. 48.

Ainda que as características à racionalidade técnica no currículo tenham se avolumado a partir dos anos 1970 nos Estados Unidos e na Europa dos anos de 1980 no Brasil, a racionalidade tyleriana tem muitos desdobramentos na teoria curricular. A relevância das definições dos objetivos e de sua avaliação no modelo de Tyler cria um amplo movimento no sentido de explorar tecnicamente tais atividades (LOPES; MACEDO, p. 51).

Desta forma, não quis aqui produzir uma crítica ao modelo posto acima, mas sim possibilitar a compreensão de todo o cenário, servindo para ilustrar a origem que sustenta a lógica curricular organizada e racionalizada. Tal ilustração, indubitavelmente, passará a fazer sentido quando começarmos a destrinchar as diferentes abordagens curriculares do PROERD, que carregam em seus documentos oficiais as marcas da tradição curricular tyleriana, bem como um forte apego ao comportamentalismo, servindo como fonte de impregnação de valores sociais.

2.1 “PROERD: para dizer não às drogas” (1992)

A tônica do discurso do primeiro currículo implementado reafirma a ideia em torno do conceito de prevenção ao abuso de drogas entre crianças e jovens ser uma responsabilidade de todos, pelo lema “nossas crianças longe das drogas”. Traz a concepção de que a relação de dependência que se estabelece entre o usuário de quaisquer substâncias químicas acaba provocando problemas de ordem pessoal e social. Tal definição pode ser constatada em seu prospecto de divulgação externa elaborado pelo Núcleo de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas (NUPID):

Em especial no universo das drogas ilícitas, não raras vezes a polícia, face à legislação vigente, que penaliza tanto o portador de drogas para uso próprio quanto o traficante, é chamada a atuar. Nessas ocasiões, são canalizadas parcelas de recursos humanos e materiais da instituição policial para o enfrentamento da questão através, rotineiramente, da repressão, onde o objetivo que se apresenta é o da prisão em flagrante dos envolvidos. Sob este ponto de vista, ressalte-se, o sucesso da ação policial, incluída aí a atuação da polícia ostensiva, é representado pela concretização da prisão, a qual, no que tange aos traficantes, em geral apenas atinge os de menor projeção da hierarquia da droga (RIO DE JANEIRO, 1993, p. 2).

Nota-se, contudo, que este enfoque inovador surge com o propósito de dar maior visibilidade ao trabalho de prevenção, que não era tão usual naquele momento recente da redemocratização. Trazia também uma proposta de alinhamento às dimensões das atribuições constitucionais relativas às Polícias Militares como “polícia ostensiva e preservação da ordem pública”, tornando possível a emergência de novas opções que foram implementadas na gestão do coronel Nazareth Cerqueira à frente

da pasta da segurança pública, entre as quais as maneiras mais efetivas de prevenção junto à comunidade.

Aliás, cabe ressaltar que a moderna tendência das polícias fardadas no mundo inclui e até mesmo recomenda a adoção desse tipo de ação diante do problema das drogas. É imprescindível que, aliada à preocupação com a oferta das drogas, a instituição policial cuide também da demanda, pois só assim serão aumentadas as chances de sucesso diante do problema (RIO DE JANEIRO, 1993, p. 3).

Neste contexto, a Secretaria de Estado da Polícia Militar em parceria com a Secretaria de Estado de Educação disponibilizaram uma Assessoria Técnica, na qual foi inserido o NUPID (Núcleo de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas). E nesse órgão foram concentradas as ações que buscavam o desenvolvimento e implementação de projetos voltados para a prevenção. Assim, o PROERD foi ocupando um papel de destaque entre as políticas governamentais com suas atividades em sala de aula, utilizando um “material educacional gentilmente cedido pelo Dare América, traduzido e adaptado à língua portuguesa”⁴².

Para ilustrar as atividades do programa, cumprindo um dos objetivos desta pesquisa que também tem o propósito de apresentar cada currículo, irei descrever como era apresentado o programa de acordo com o manual do instrutor e o material didático utilizado em sala de aula. Assim sendo, abaixo estão dispostas algumas imagens referentes aos documentos coletados como fontes primárias sobre o primeiro currículo intitulado “PROERD: para dizer não às drogas”, que trazia em seu escopo dezessete lições prevendo um tempo estimado de atuação e duração de um semestre letivo.

⁴² Loc. cit

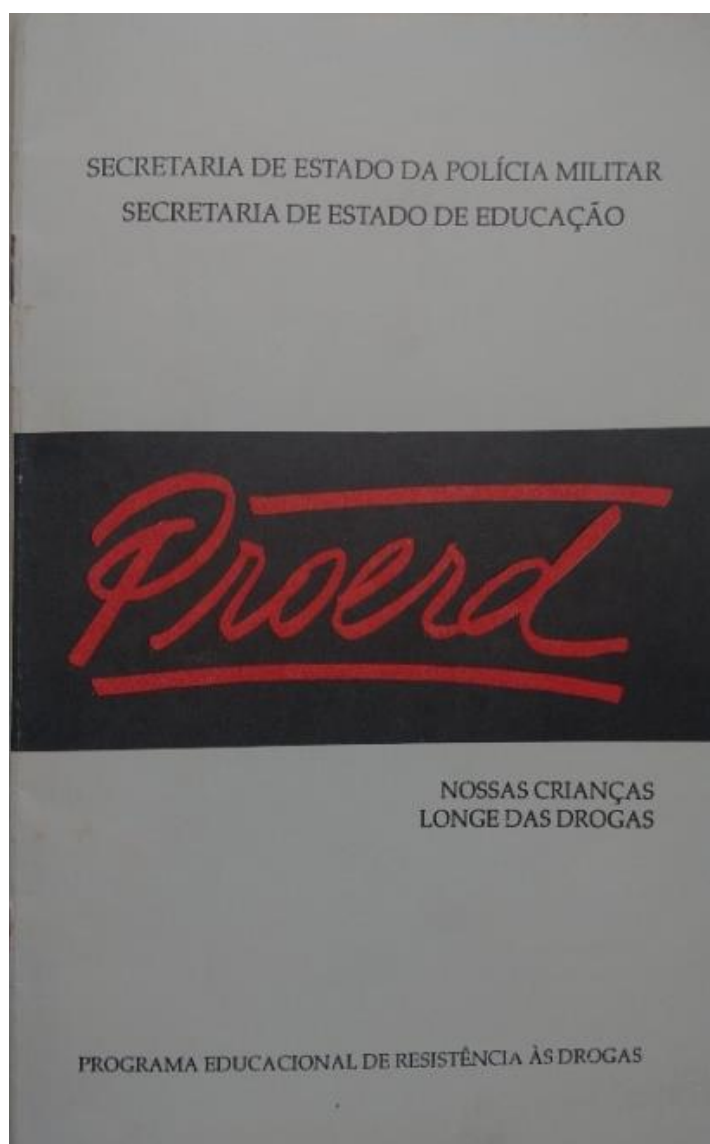
Figura 3 - Capa do Livro do estudante do “PROERD: para dizer não às drogas (1992)”



Fonte: Arquivo Institucional – Coordenação do PROERD.

Ao observarmos a imagem ilustrada acima, identificamos as cores elementares expressas em sua logomarca, bem como o slogan originário que deixa claro o propósito de sua utilização. Já no documento elaborado como meio de divulgação externa, encontramos outra roupagem. O preto ocupa menos a capa e o slogan utilizado passa a estar disposto pelo enunciado: “nossas crianças longe das drogas”, conforme podemos observar na imagem a seguir.

Figura 4 - Capa da Cartilha de Divulgação do PROERD (1993)



Fonte: Arquivo Institucional – Coordenação do PROERD.

O primeiro currículo utilizado pelo PROERD, conhecido como “dezessete lições”⁴³, iniciava as suas atividades com a lição intitulada “Procedimentos de Segurança Pessoal”. Servia inicialmente para a apresentação pessoal do policial militar instrutor, contando um pouco da sua história de vida profissional e social. Vale ressaltar que o instrutor foi orientado a buscar uma linguagem que abrangesse o vocabulário dos estudantes, com o propósito de tornar possível a explicação dos objetivos do programa e o modo pelo qual ele seria implementado nas escolas.

⁴³ Categoria nativa que é reproduzida entre policiais militares instrutores. É utilizada para identificar o primeiro currículo do PROERD, que para muitos instrutores saudosistas seria o mais “completo”.

Como uma lição introdutória que realizava uma das atividades principais, buscava-se a aplicação de um questionário a ser respondido na própria cartilha do estudante. Ele trazia a seguinte pergunta: “O que você sabe sobre as drogas?”. No entanto, o conceito principal desta lição fica explícito com a afirmação de que as leis “são regras de conduta que foram feitas por pessoas eleitas para isso [...] ajudam as pessoas a respeitarem os direitos dos outros [...] foram feitas para protegerem as pessoas e mantê-las a salvo” e que são importantes para proteger os direitos do cidadão. Essa afirmação deixa claro o propósito de familiarizar os estudantes com um novo papel assumido pelo policial militar em sala de aula, que seria de orientar procedimentos de segurança pessoal, ressaltando a necessidade de proteção dos alunos em relação a risco em casa, no caminho da escola e em seu entorno.

Esperava-se que ao final do encontro os estudantes conseguissem aprender o nome do policial militar instrutor, bem como identificar a finalidade do trabalho. Não obstante, o discurso mais marcante delimita como sendo o conhecimento a ser trabalhado de forma expositiva a necessidade de compreender que leis e regras foram feitas para a proteção e segurança do cidadão (RIO DE JANEIRO, 1992, p. 3-4).

A lição dois fornecia um conteúdo que tinha por objetivo explicar o “uso e mal uso das drogas”, que estava disposto em seu título. Nela, buscava-se a definição de um conceito de droga que a entendia como substâncias que tinham o poder de alterar o funcionamento do corpo e da mente, e que apesar do mal uso de tais substâncias entendidas como drogas alterarem seriamente as funções normais do corpo, elas poderiam ser benéficas quando usadas adequadamente. Tinha como propósito buscar uma forma de construir junto aos estudantes a compreensão dos efeitos danosos das drogas quando mal utilizadas, servindo de gancho para a próxima lição⁴⁴.

O terceiro encontro era intitulado: “Consequências”. Esta lição tinha o objetivo de explicitar o conceito de consequência, de modo que os estudantes conseguissem construir o pensamento acerca dos efeitos causados no organismo e, assim, fossem capazes de escolher usar ou decidir não usar drogas. O intuito era que após a escolha desejada fossem capazes de ajudar outra pessoa a fazer escolhas entre experimentar ou não drogas. Nota-se o propósito de ensinar aos partícipes do programa a

⁴⁴ Ibid. p. 9.

compreenderem que existem muitas consequências, tanto positivas quanto negativas, e que eles teriam como escolher o rumo de suas vidas⁴⁵.

Em seguida, na lição quatro, o conteúdo assinala que se buscavam estratégias como se os estudantes estivessem “resistindo à pressão das drogas”, enfatizando que se eles mantivessem na memória as consequências do uso abusivo de drogas poderiam ter a condição necessária para dizerem não às ofertas de drogas, pela suposição de que elas seriam ofertadas por pressão de companheiros (amigos ou colegas). Dessa forma, estariam aptos a se manterem afastados das consequências do uso das drogas, sempre ressaltando aos estudantes que os conhecimentos sobre as drogas poderiam ajudar-lhes a dizer “não” de modo a resistirem às pressões de conhecidos inseridos em seu grupo social.

O manual do instrutor, no entanto, afirma o propósito de conscientizar os estudantes acerca das diferentes formas de pressão que poderiam sofrer como fonte influenciadora da experimentação, ou seja, o primeiro contato em uma perspectiva abstencionista que propiciasse a necessidade de dizer “não”, desde que tal escolha levasse em conta as consequências do uso de drogas. Explicava maneiras para que os estudantes pudessem “dizer não à pressão dos amigos” e “dizer não à pressão dos provocadores”, servindo de gancho para o encontro seguinte⁴⁶.

Intitulada “Técnicas de Resistências - Maneiras de Dizer Não”, a lição cinco trazia em seu enunciado a ideia de que existiam diversas maneiras seguras para que os estudantes conseguissem dizer não às várias classes de pressão elencadas, supondo que elas pudessem ser capazes de influenciá-los para o uso de drogas. Em seu manual, preconiza a necessidade de “ajudar aos alunos a aprender e praticar maneiras seguras de responder aos diferentes tipos de pressão”.

Esperava-se, portanto, que os estudantes fossem capazes de demonstrar maneiras seguras para dizer “não” em diferentes respostas às pressões dos companheiros para usar drogas. No término desta lição, os estudantes deveriam marcar três opções que melhor definissem as razões pelas quais influenciam jovens a usarem drogas. Percebe-se, porém, um padrão metodológico para conectar as lições, já que esta atividade serviria para introduzir a lição seguinte⁴⁷.

⁴⁵ Ibid. p. 13.

⁴⁶ Ibid. p. 18.

⁴⁷ Ibid. p. 22.

Na sexta lição, esperava-se que algumas respostas dos estudantes elencassem a opção “Por não estar satisfeito consigo mesmo”, de modo que fosse possível introduzir o tema que se apresenta pelo título “Aprendendo o Amor Próprio”. Com ele, buscava-se o desenvolvimento de atitudes positivas sobre as habilidades de cada sujeito e, ainda, que seria importante valorizá-las para o desenvolvimento do amor próprio. Nota-se, porém, que ainda não havia a menção do conceito de autoestima, que só seria implementado em atualizações posteriores. Contudo, tinha como propósito a construção discursiva da ideia de “ajudar aos alunos a compreenderem” a importância do conceito de autoamor, de modo que fosse compreendido como a maneira pela qual uma pessoa considerava a si mesma e que este sentimento resultaria das experiências positivas e/ou negativas vivenciadas por eles.

Cabe enfatizar que a atividade principal desta lição era a aplicação dos exercícios “Parabéns” (elogiando), em que os estudantes trocavam elogios entre eles. Ao término, eles deveriam ser capazes de construir uma placa pessoal em que estaria registrada a identificação do sujeito pelas suas qualidades positivas reconhecidas neles, sob o reflexo das representações construídas por seus colegas de turma⁴⁸.

A sétima lição, “Ser Seguro – Um Estilo de Resposta” tinha o propósito de trabalhar junto aos estudantes a ideia de “segurança” voltada para o indivíduo, por via de uma forma de verbalizar suas opiniões permitindo ao participante do programa declarar seus direitos sem afetar o seu amor próprio. Trazia atividades em que os próprios estudantes apresentavam exemplo de situações que poderiam ser vivenciadas no contexto escolar. Algumas delas exemplificavam questões relacionadas ao ambiente de sociabilidade no qual o estudante estaria inserido, envolvendo até mesmo situações em que haveria oferta direta de algum tipo de droga⁴⁹.

Já na metade do trabalho, a oitava lição trazia como tema “Controlando a Tensão sem Usar Drogas”. Inicialmente, fazia a exposição do conteúdo pela construção do conceito de tensão definido como “peso, a pressão ou excitação que se sente diante de uma situação ou acontecimento”. Destaca-se, contudo, a tentativa

⁴⁸ Ibid. p. 27.

⁴⁹ Ibid. p. 33.

de se estabelecer a noção de que um sentimento de pressão física e mental poderia resultar de acontecimentos agradáveis ou desagradáveis.

Outro ponto importante nesta lição faz referência às reações que a tensão poderia provocar no corpo e na mente das pessoas, podendo ser benéficas ou prejudiciais dependendo das circunstâncias ou até mesmo pelo fato de não serem controladas. Assim, concluía que se ajudassem os estudantes a reconhecerem suas próprias tensões, ressaltando que elas poderiam ser enfrentadas nas mais variadas situações, talvez eles conseguissem encontrar maneiras para controlá-las sem a necessidade do consumo de alguma droga⁵⁰.

A nona lição que se intitula “A Influência dos Meios Publicitários no Uso das Drogas” tinha o seu propósito definido por intermédio da ajuda aos estudantes a desenvolverem uma compreensão da realidade, identificando habilidades necessárias para uma análise crítica de alguns comerciais, especificamente sobre o álcool. Pretendia-se, com isso, a promoção do entendimento de que os jovens eram capazes de reconhecerem os objetivos das propagandas, analisando os fatores de influência na apresentação dos meios publicitários sobre álcool e outros produtos considerados droga, que ilustram as várias técnicas de publicidade. Durante a lição, eram tratados os temas: “Técnicas Publicitárias” e “Drogas e Meios de Comunicação”⁵¹.

A décima lição “Tomando Decisões e Calculando os Riscos” lançava mão da lógica da tomada de decisão como possibilidade de os jovens fazerem escolhas para suas vidas. Desde que fossem escolhas calcadas em um raciocínio prévio das possibilidades de risco que elas poderiam oferecer. Por este motivo, buscava-se o desenvolvimento de habilidades entre os estudantes, à medida que fossem tomando consciência dos seus próprios atos, ressaltando que tomar decisões seguras seria importante para as pessoas. Se elas estivessem mais conscientes dos riscos de uma situação, poderiam identificar os riscos das opções disponíveis que, por conseguinte, poderiam ser levados em conta no que tange aos resultados esperados de cada escolha.

Nota-se, no entanto, que esta lição tinha o propósito de induzir os estudantes a aplicarem o processo de tomar decisões avaliando os riscos de várias classes de comportamentos, o que incluía o uso de drogas como uma opção arriscada que traria

⁵⁰ Ibid. p. 37.

⁵¹ Ibid. p. 44.

consequências negativas para a vida deles. A expectativa era de que eles pudessem adquirir a capacidade de aplicar habilidades no momento em que teriam que avaliar os riscos em situações relacionadas com o uso de drogas⁵².

A décima primeira lição buscava apresentar aos jovens “Alternativas ao uso de Drogas”, enfatizando que atividades saudáveis favoreciam a “compreensão e o amor próprio”, constituindo alternativas eficazes para o comportamento relacionado com o abuso de drogas. Tinha como propósito ajudar os estudantes a encontrarem atividades que seriam entendidas como interessantes e compensadoras e, assim, seriam melhores do que usar drogas. Objetivava a possibilidade de os estudantes descobrirem e/ou identificarem atividades interessantes e compensadoras. Com auxílio do exercício “As Escolhas que Você Faz”, buscava os exemplos de práticas esportivas que seriam assinaladas no “Nome do Esporte”, para ao término da lição o estudante participe descrever sua opção na atividade “O Que Eu Gosto de Fazer”⁵³.

A décima segunda lição utilizava uma abordagem diferente das demais. Intitulada “Alunos Exemplares”, trazia a participação de estudantes de séries mais avançadas que pudessem servir de exemplo de um bom comportamento e que, de preferência, não fossem consumidores de drogas; para que a figura destes estudantes, ditos “exemplares”, servisse de modelos possíveis de serem copiados pelos estudantes mais jovens. Há nesta lição a necessidade de um contato prévio com professores para a identificação dos estudantes que possam ser apresentados como exemplares, com o propósito de influenciar os alunos mais novos a não usarem drogas.

Esperava-se, contudo, que tal atividade fosse possibilitar a familiarização dos estudantes partícipes do programa com os das classes mais avançadas, desde que fossem identificados pelos próprios membros como líderes. Da mesma maneira eles poderiam identificar nos seus círculos sociais alguém que pudesse oferecer uma influência positiva, sempre ressaltando a necessidade de “não” usarem drogas. Realizava-se uma entrevista com perguntas elaboradas pelos próprios estudantes. Além disto, a lição também tinha o propósito de esclarecer o conceito equivocado de que pessoas que consomem drogas seriam a maioria. Os estudantes deveriam identificar características positivas naqueles estudantes de outras classes que

⁵² Ibid. p. 48.

⁵³ Ibid. p. 55.

aparentemente não consumiam drogas, em especial aqueles que assumiam papel de protagonistas no âmbito do esporte e das artes, como por exemplo: atletas, atores e músicos. Assim, esperava-se que tais iniciativas pudessem influenciá-los a não usarem drogas⁵⁴.

A décima terceira lição pretendia “Desenvolver um Sistema de Apoio”, procurando provocar nos estudantes a percepção de que eles precisariam encontrar estratégias para construírem relacionamentos positivos com diferentes pessoas (membros da família, vizinhos, alunos, professores, líderes de grupos jovens e técnicos desportistas). O texto do manual do instrutor ressalta expressões como a necessidade de “ajuda aos indivíduos”, para incentivar os estudantes a também encontrar maneiras para “cooperarem entre si”, de modo que eles pudessem preencher “necessidades de carinho, reconhecimento, aceitação, respeito e autovalorização”.

Chama a atenção que esta lição se sustenta na possibilidade de ajudar os alunos a reconhecerem as suas necessidades individuais para assim poderem desenvolver relações positivas com diferentes tipos de pessoas, estabelecendo um contexto de relações propício à construção de sistemas de apoio. O objetivo descrito no manual do instrutor assinalava que os estudantes teriam que desenvolver (estabelecer) relações positivas com diferentes pessoas para formar tal sistema. Como metodologia, utilizava atividades como “Escolha dos Amigos” e “Meu Sistema de Apoio”, propondo aos estudantes o exercício de identificação dos atores sociais que iriam compor a pretensa rede de interação social na qual estariam inseridos⁵⁵.

O conteúdo da décima quarta lição trazia como temática as “Maneiras de Agir às Pressões das Gangues”. Tinha como propósito a construção do conceito de “gangues”, levando em consideração as consequências possíveis que poderiam ser identificadas em situações que envolveriam gangues. Tinha como intuito auxiliar os estudantes a desenvolverem a capacidade de tomada de decisões diante das formas encontradas para enfrentarem as pressões, principalmente as provocadas por membros de gangues. Trazia como proposta metodológica uma exposição dos tipos de pressões aos estudantes, ressaltando as possíveis consequências que eles poderiam esperar dos membros das gangues, de modo que fosse possível avaliá-las

⁵⁴ Ibid. p. 59.

⁵⁵ Ibid. p. 61.

no exercício intitulado “Resolvendo Problemas”. O objetivo principal desta lição tornava claro em seu enunciado que os estudantes teriam que identificar situações que estariam pressionados pelas referidas gangues e, assim, avaliarem as possíveis consequências das opções que teriam⁵⁶.

A décima quinta lição era um resumo de todo o conteúdo do programa implementado na escola até aquele momento. Buscava-se reafirmar a noção de que a educação seria a melhor forma de ação, visando à resistência ao uso indevido de drogas. Também ressaltava que todo o aprendizado construído no decorrer dos encontros em sala de aula buscava o propósito de oferecer aos estudantes maneiras que propiciassem a eles possibilidades para dizerem “não” à pressão ou influência para o consumo de drogas. Curiosamente, trazia um novo aspecto metodológico, agora voltado para a produção textual, porque estimulava os estudantes a confeccionarem um resumo de cada lição pelo entendimento de que seria fundamental a compreensão da necessidade de se afastarem das situações que envolviam as drogas, uma vez que teriam inúmeras possibilidades na vida para porem em prática os ensinamentos e, de alguma forma, valorizarem o que aprenderam nas aulas do programa.

Em um momento da lição, os estudantes teriam que realizar um exercício intitulado: “O que Você Sabe Sobre Drogas?”. Para tanto, seria necessário resgatar os conceitos da segunda lição e, de posse de tais saberes, esperava-se que eles conseguissem expressar seus pensamentos nos textos que iriam compor a atividade “Tomando Uma Decisão”, sendo capazes de encontrarem respostas “apropriadas” sobre o problema de resistir à pressão para o consumo de drogas⁵⁷.

A décima sexta lição, intitulada “Tomando Uma Decisão”, trazia em seu enunciado a crença de uma pretensa “promessa” que os estudantes deveriam realizar. Eles teriam que prometer que dariam respostas “apropriadas” quando se sentirem pressionados a fazerem uso de drogas. Esta lição tinha como propósito encontrar uma garantia que pudessem “ajudar” os estudantes a responderem da forma “determinada quando pressionados a usar drogas”⁵⁸.

A bem da verdade, a última lição não seria bem uma aula aplicada em sala de aula, já que ela era uma cerimônia de entrega de certificados de participação aos

⁵⁶ Ibid. p. 66.

⁵⁷ Ibid. p. 70.

⁵⁸ Ibid. p. 68.

estudantes concluintes do programa. Era o momento destinado à realização de uma espécie de formatura, com a participação de todas as classes e escolas envolvidas com o programa. Até hoje, estes eventos são realizados periodicamente.

No entanto, desde aquela época já se mostrava como um momento de exposição política para as autoridades locais, tanto que em alguns eventos já era comum a presença de figuras importantes do poder político. Por outro lado, sob a lógica da valorização do mérito, tal evento proporcionava um momento de divulgação dos estudantes autores das “melhores redações” (produções textuais realizadas na lição 15), bem como a oportunidade de conhecerem aqueles que se destacaram positivamente em cada uma das turmas atendidas pelo programa. Assim, eram entregues os certificados de participação no programa, lembranças e medalhas que reforçavam o mérito de uma conquista pessoal.

Na cartinha de divulgação com o conteúdo que seria desenvolvido nos currículos, identificamos o enunciado das ideias e concepções acerca das questões das drogas que nortearam as ações e definiram os propósitos de implantação do programa no Estado do Rio de Janeiro, sempre afirmando uma fundamental importância. Como podemos observar no trecho abaixo:

Ao lado da preocupação com a oferta, passa também a existir a indispensável atenção com a demanda, o que é imprescindível para que sejam alcançados melhores resultados no enfrentamento da questão [...]. Importante é destacar que a participação da polícia fardada, através desse novo mecanismo de atuação, proporciona melhores oportunidades de atendimento da sua própria finalidade, que é a de prevenir delinquência no meio social [...]. Diversas outras polícias fardadas no mundo atuam também na prevenção de drogas. O PROERD é um programa para ser aplicado por policiais do Brasil em escolas e não invalida outros Programas de Prevenção, aprovados e aplicados junto aos jovens (PROERD. Cartilha de Divulgação, 1993, p. 16).

Buscando, contudo, argumentos que sustentassem certo romantismo providencial e oportuno que se propunha ao afirmar que “a responsabilidade de Prevenção é de toda a sociedade e a Polícia Militar deseja cumprir a sua parte”⁵⁹. A despeito deste propósito ambicioso, autores que analisam este tema apontam a existência de um tom “moralizante” que, de alguma forma, “estigmatiza” determinados grupos que compõem as juventudes brasileiras (ACSELRAD, 2015; HART, 2013; SILVA; CUNHA, 2019).

59 Ibid.

2.1.1 A habilitação dos policiais militares para atuarem no PROERD (1993)

Segundo o documento explicativo, produzido para ser divulgado em 1993 com o intuito de tornar públicas as iniciativas de prevenção adotadas pelo programa, foi realizada uma habilitação interna que aconteceu sob um processo de seleção estabelecido pela própria instituição para elencar alguns requisitos básicos a serem avaliados entre os candidatos voluntários. Os requisitos eram os seguintes: ser voluntário; ter no mínimo quatro anos de serviço em atividade fim; possuir experiência e/ou formação em atividades educacionais, recreativas ou comunitárias; ter boa caligrafia; possuir facilidade de expressar-se verbalmente; ter boa apresentação pessoal; possuir senso de organização e possuir criatividade. A realização de entrevistas individuais também fazia parte do processo de seleção previsto na época, com o intuito de identificar as características citadas acima.

Para que o policial militar pudesse ser habilitado ao exercício de um trabalho em sala de aula, fora instituída a ideia de que ele precisaria passar por um curso porque “foram os aprovados submetidos a seguir a um treinamento inicial, ministrado por técnicos da Secretaria de Educação, da Polícia Militar e de outros setores” (RIO DE JANEIRO, 1993, p. 8.). Os temas abordados estabeleciam uma relação com saberes inerentes à Educação como: noções básicas de técnicas de ensino; noções básicas sobre aspectos pedagógicos e sobre o desenvolvimento infantil e da adolescência. Ancorados no discurso performativo oriundo de uma racionalidade tyleriana e organizado linearmente, modelo que impactou massivamente o Brasil até o final da década de 1980, a despeito da pedagogia que defendia o potencial emancipatório da escola estar em voga no início de 1990.

O curso tinha carga horária de oitenta horas, divididas em dois blocos de quarenta horas: um voltado para a formação básica em temas correlatos à área de ensino e outro com atividades práticas específicas do currículo. A segunda fase do treinamento era direcionada pelos policiais estadunidenses sob os moldes estabelecidos para a formação de instrutores do Dare. Eles optaram por uma linha teórico-pedagógica ancorada em um perfil ideológico específico para os instrutores brasileiros, com a exposição das 17 lições e as formas que entendiam como adequadas para as visitas de turmas das faixas etárias inferiores (Educação Infantil e classes do primeiro segmento do Ensino Fundamental).

Vale ressaltar que, segundo os moldes estabelecidos pelo próprio DARE, esse treinamento não possibilita aos seus concludentes desempenharem o

papel de instrutores de novos policiais, isto é, funcionarem como multiplicadores do treinamento recebido. Para tal, há a exigência de um novo treinamento, previsto para quarenta horas, além da experiência mínima de um ano em sala de aula na aplicação do programa [...]. É oportuno ainda registrar que foi ressaltado pelos policiais americanos o fato de todos os 29 (vinte e nove) policiais brasileiros terem iniciado e concluído com sucesso o treinamento ministrado, o que não constitui um fato comum, segundo eles, nos treinamentos similares que ministraram (RIO DE JANEIRO, 1993, P. 10).

Para ser formador de novos policiais, sob a normativa do Dare, o instrutor teria que concluir um curso específico para credenciá-lo como mentor que conferia aos concluintes certo status no âmbito interno do programa. Entende-se, porém, que a expressão deste termo “mentor”, como “categoria nativa”, se explica pela função exercida de mentoria e/ou “mentoração”. Apesar da função de mentor requerer um alto padrão de profissionalismo entre os próprios instrutores, até o momento não propicia benefícios ou vantagens significativas para a progressão na carreira policial militar.

Curiosamente, no decorrer dos cursos de formação realizados pelo PROERD em todo o território brasileiro, é comum um policial militar instrutor abaixo na hierarquia militar atuar na função de mentor e formar seus superiores no âmbito institucional. Algo que para muitos policiais soa como impensável e, talvez, até seja um fator que desagrade parte da instituição. No entanto, tal situação acima ilustrada ocorre de acordo com a cultura e, sobretudo, com a região em que acontece a formação dos instrutores. Logo, só poderia descrever sob o aspecto da PMERJ que, no geral, não consegue compreender a essência desse *modus operandi*⁶⁰.

Retomando a descrição da formação do mentor, o instrutor deveria apresentar algumas características a serem observadas entre seus próprios pares que os legitimava socialmente, tornando possível a sua participação na seleção. Após análise de perfil por uma banca composta por instrutores experientes, ele poderia ser considerado apto no processo seletivo. Para tanto, seguem alguns critérios a serem adotados para a seleção: a exigência de experiência mínima de um ano no exercício pleno das atividades em sala de aula com o currículo do programa; apresentação de um domínio metodológico acerca dos conhecimentos inerentes às diretrizes do

⁶⁰ Modo pelo qual um indivíduo ou uma organização desenvolve suas atividades ou opera. Fonte: *Oxford Languages*.

programa; apresentação de um perfil que inclua habilidades para liderança na formação de adultos e habilidades na gestão de conflitos.

Nesta mesma linha também emerge a figura do “master”⁶¹, que seria o mentor habilitado para a formação de novos mentores. Para tanto, ambas as funções só viriam a ser regulamentadas nos anos posteriores à criação do programa, sendo preconizados em manuais específicos dos próximos currículos. Contudo, cabe aqui destacar que tal função acabou se tornando, com o passar dos anos, o parâmetro para designar os profissionais que deveriam desempenhar a elaboração do planejamento, organização e coordenação dos cursos de formação (instrutor e mentor), bem como o monitoramento das ações preventivas regionais.

2.2 “PROERD: para resistir às Drogas e Violência” (2003)

Para iniciar a apresentação deste conteúdo, preciso ressaltar que foram realizadas modificações pontuais nos aspectos conceituais, bem como no arranjo das atividades em sala de aula. Embora tenha permanecido a estrutura baseada em dezessete lições, que foram já foram descritas no item 3.1 desta pesquisa, este currículo passou por uma adaptação em 2005.

Inicialmente, não percebemos tantas alterações em seu conteúdo, embora esteja assinalada em seu manual toda a descrição do programa, bem como a apresentação sistemática do seu plano de estudos que é específico para o atendimento das classes do 5º ano do Ensino Fundamental (antiga 4ª série).

O propósito do programa passa a assumir uma função além das questões que envolvem as drogas na sociedade e reforça um “esforço cooperativo da Polícia Militar, Escola e Família para oferecer atividades educacionais em sala de aula a fim de prevenir o abuso de drogas e violência entre crianças e adolescente”. Enfatizando que seu plano de estudos iria “auxiliar os estudantes a reconhecerem e resistirem às pressões diretas ou indiretas que poderão influenciá-los a experimentar álcool,

⁶¹ A formação do PROERD é composta por três níveis: Instrutor – que dependendo da sua habilitação está credenciado e, para tanto, autorizado em Boletim para atuar em sala de aula; Mentor – além da função de instrutor, também atua na formação de novos instrutores nos cursos no âmbito nacional; Master – atuante na formação do mentor do PROERD, se refere ao grau máximo de formação no PROERD e também atua nos cursos no âmbito nacional.

cigarro, maconha, inalantes, outras drogas ou se engajarem em atividades violentas” (RIO DE JANEIRO, 2009, p. 2).

O enunciado do programa destaca que no geral ele irá oferecer “estratégias preventivas para reforçar os fatores de proteção, em especial os referentes à família, escola e comunidade, facilitando o desenvolvimento de habilidades de resistência” ⁶² entre crianças e adolescentes que poderiam correr o risco de envolver-se com drogas ou de apresentarem problemas de comportamento.

Talvez por estarem recebendo críticas sobre suas ações preventivas, busca-se atrelar os argumentos para “pesquisas acadêmicas” que identificaram fatores protetores ligados à família, escola e comunidade. Isto porque tais fatores poderiam fortalecer a competência entre os jovens em idade escolar para resistirem às drogas, ou seja, “a capacidade de crescerem de forma independente e saudável, apesar de condições adversas” ⁶³. Essa estratégia concentra-se no desenvolvimento das múltiplas competências, habilidades de comunicação, autoestima, empatia, tomada de decisões, resolução de conflitos, objetivo de vida, independência, alternativas positivas ao uso de drogas e também diante de outros comportamentos destrutivos.

Assim como o currículo inicial, ele está organizado em dezessete lições com duração de 45 a 60 minutos. Acrescentou-se a obrigatoriedade de ser exercida por policiais militares fardados. Talvez, tal exigência da farda seja em função de uma questão simbólica, principalmente, pelo momento em que estávamos acabando de sair de uma ditadura militar. Assim, uma hipótese que podemos levantar seria a visão do coronel Cerqueira, bem como sua vontade de mostrar que seria possível construir outro tipo de militarismo, que fosse nas bases da cooperação entre os demais atores sociais, mas sem abandonar o caráter militarizado em um momento repleto de dificuldades e empecilhos que dificultaram o policiamento comunitário no Rio. Pensando na complementação da política pedagógica da escola, esperava-se que tais atividades fossem integradas com outras disciplinas, como consta no manual do instrutor:

Um policial militar, especialmente capacitado, é designado em uma escola, uma vez por semana, durante um semestre letivo, para conduzir as aulas da 4ª série do Ensino Fundamental. As atividades sugeridas são transversais com outros assuntos do currículo escolar e estão incluídas no Livro do Estudante PROERD. A participação do estudante neste contexto, pode ser incorporada ao currículo, oferecendo temas como a manutenção da saúde,

⁶² Ibid.

⁶³ Ibid.

análise de riscos e consequências, prática esportiva, cidadania e outros assuntos pertinentes. O professor deve ser um parceiro e manter um papel de apoio enquanto o policial militar está em aula (RIO DE JANEIRO, 2009, p. 2).

Segundo o manual do instrutor, existia uma variedade de atividades com o propósito de buscar a interação dos estudantes. Eles se apropriaram de uma metodologia que incorporava a participação de grupos ressaltando o aprendizado cooperativo. Afirmavam que as atividades “foram planejadas para estimularem os estudantes a resolverem os principais problemas de suas vidas”. Assim como o currículo inicial, permanece como importante elemento do programa a participação de “alunos líderes naturais”, desde que eles não fossem usuários de drogas, como modelos positivos na desmistificação de equívocos sobre o assunto⁶⁴.

Outro ponto importante identificado em seu currículo se refere ao modo pelo qual se buscou explicar o ambiente escolar como sendo um “local onde o aluno vivencia algumas frustrações e tensões”. Neste sentido, seguem abaixo as situações descritas no manual do Instrutor (Ibid., p. 3):

- Os pais atrasam para buscar a criança e ela espera achando que será abandonada;
- Problemas com notas e disciplina;
- Brigas entre alunos;
- Ferimentos pela prática de esportes.

Algumas expressões tornaram-se mais marcantes no texto, como: “autoestima” “tensões”, “pressões” e “decisões”. Estas passaram a ser enfatizadas como conceitos trabalhados em sala de aula na maioria das lições. Entre todos os conceitos elencados, no entanto, chamou-me atenção a concepção de “escola” que deveria ser obrigatoriamente:

um local que forneça oportunidades prazerosas à criança, desde o tratamento afetivo entre professor e aluno, até atividades lúdicas e educacionais que façam com que a criança sinta-se envolvida em um grupo, tenha atenção, sinta-se útil e querida. O PROERD encaixa-se perfeitamente neste perfil, uma vez que trabalha com as necessidades psicológicas (RIO DE JANEIRO, 2009, p. 2).

Nota-se que tais atividades lúdicas estão em harmonia com o contexto escolar. Assim como assinalado no currículo anterior, espera-se que este modelo de programa preventivo realizado em escolas possa “oferecer atividades educacionais a fim de

⁶⁴ Ibid.

aumentar a conscientização e o reconhecimento sobre o abuso de álcool e outras drogas”⁶⁵.

Neste sentido, buscando oferecer orientações necessárias aos instrutores, o manual do instrutor se apresenta como um guia para organização do planejamento das aulas. Muito embora ficasse a cargo do próprio policial militar instrutor o devido entendimento, bem como o planejamento de suas atividades alinhado à compreensão dos seus conceitos e definições propostas pelo Dare. Esperava-se que tais atividades pudessem estimular os jovens estudantes a desenvolverem uma autonomia efetiva para tomarem decisões diante das ofertas de álcool e outras drogas. Entre as atividades descritas no manual destacam-se:

- Planejamento e implementação de uma Política Escolar que inclua normas claras para comportamentos que envolvam casos de posse de cigarros, álcool e outras drogas;
- Um programa abrangente sobre os efeitos do álcool, cigarros e outras drogas, deve ser sequencial e adaptado às faixas etárias desde a pré-escola até o 5º ano do Ensino Fundamental. Preferencialmente, esta informação deve ser oferecida complementando o currículo escolar;
- Orientação aos professores;
- Aulas do PROERD para a 4ª série;
- Educação de pais e responsáveis, incluindo reunião desses com o policial militar;
- Grupos de discussão;
- Aconselhamento e apoio aos pais e responsáveis (RIO DE JANEIRO, 2009, p. 3).

Durante a leitura do manual também chama a atenção o conceito de “aprendizado cooperativo”, descrito como “uma importante estratégia utilizada através das lições PROERD”. Propunha que o policial militar instrutor devesse estimular a participação conjunta dos docentes, de modo que pudessem auxiliar na divisão das classes em grupos de estudantes, propiciando uma prática de ensino que incutisse fatores-chave, tais como: a capacidade de “dividir funções, reunir os membros do grupo para a resolução de problemas, para atender às necessidades de afeto, reconhecimento, respeito de sentimento autoestima”.⁶⁶

Entende-se, porém, que a noção de “aprendizado cooperativo” passa a nortear as atividades que buscam envolver os estudantes em todos os níveis de habilidades, trabalhando em grupos de aprendizado coordenado pelo policial militar instrutor e

⁶⁵ Ibid.

⁶⁶ Ibid. p. 26

Professor. Convém destacar que não seria correto afirmar que as juventudes das periferias seriam potenciais usuários de drogas e, se por acaso fossem tratados como tal, seria considerado preconceito marcado por um pensamento “estigmatizador”. Sendo assim, o manual sugere algumas atitudes para que o instrutor possa efetivar o trabalho nos moldes do aprendizado cooperativo:

- Estabeleça tamanho do grupo de acordo com o número de alunos da turma, de quatro a seis pessoas é o ideal;
- Forme grupos heterogêneos, incluindo membros de ambos os sexos, vários grupos étnicos e vários níveis de habilidades;
- Organize a sala de forma que cada grupo tenha seu próprio espaço e seja capaz de trabalhar independentemente;
- Enfatize a necessidade de trabalharem em silêncio e unidos para cumprirem a tarefa;
- Explique claramente o que está sendo solicitado, discuta as regras e oriente os grupos (Ibid., p. 3-4).

Aos instrutores também há uma seleção de procedimentos prescritos com o propósito de instrumentalizá-los diante das mais variadas possibilidades de acontecimentos em sala de aula. Como um protocolo de ação que incluía os procedimentos que deveriam ser observados com o intuito de propiciar o “controle” da turma com as orientações abaixo:

- a) Permaneçam sentados durante as atividades;
- b) Obedeçam aos limites de tempo;
- c) Permitam que todos participem;
- d) Resolvam os problemas sem agressões;
- e) Trabalhem juntos, baseados no consenso;
- f) Certifique-se que todos os materiais necessários para a execução da tarefa estejam disponíveis, antes do início das atividades;
- g) Padronize um sinal que indique que os estudantes devem unir-se em grupos, por exemplo, quando você disser “formar equipe”, os estudantes devem saber onde ir e que regras seguir.
- h) Cada grupo deve selecionar o porta-voz e um secretário, com o objetivo de elaborar um trabalho escrito das atividades desenvolvidas pelo grupo, bem como transmiti-las para o restante da turma.
- i) Interaja com os grupos, quando necessário, para explicar, motivar, auxiliar, ajudar, a resolver os conflitos e manter os estudantes desenvolvendo as tarefas (Ibid., p. 4).

A título de observação, segundo o manual do instrutor pode-se entender que o aprendizado cooperativo está voltado para a participação coletiva nas pesquisas. Para tanto, esperava-se com esse tipo de atividade que os jovens estudantes tivessem uma oportunidade para trabalharem suas habilidades pessoais, além de aprenderem a pesquisar, negociar, expor opinião, escutar o outro e trabalhar com um objetivo comum.

Cabe ressaltar que algumas regras eram estabelecidas para a realização do trabalho, até destacava-se a sua importância, mas também que elas não eram

essenciais. Da mesma maneira entendia que cada aluno teria seu próprio ritmo de aprendizagem, e que alguns grupos iriam se apropriar de regras próprias, assim como também iriam se organizar nas escolhas de seus líderes. Caberia ao instrutor, quando necessário, permitir aos estudantes que se levantassem para pequenos deslocamentos, mesmo sendo orientados a permanecerem sentados. Por fim, tornava possível sua mobilidade durante a atividade coletiva.

Também consta no manual que o instrutor deveria interagir sempre com os grupos de estudantes. Desta forma, caberia ao instrutor aproveitar o momento das observações como ferramenta, esperava-se desta maneira que ele pudesse orientá-los em algumas situações entendidas pelos próprios estudantes como necessárias. Algumas até poderiam ser identificadas como problemas emergentes nas relações, mas também motivando os alunos a encontrarem suas próprias resoluções desses problemas.

2.3 A “Caixinha de perguntas” do PROERD

Durante as atividades do programa, o trabalho com a ludicidade tentava alcançar um grau de aproximação junto aos estudantes. Um exemplo que podemos identificar é a “caixinha de perguntas”, apresentada como uma estratégia “utilizada com o propósito de facilitar a discussão a respeito de informações sobre drogas e responder às questões que dizem respeito ao currículo PROERD” (RIO DE JANEIRO, 2009, p. 4-5). Existia também a orientação ao instrutor de que algumas informações recebidas através da caixinha de perguntas poderiam relatar algum ilícito, indicar alguma prática de violência doméstica, e até envolver o tráfico de entorpecente.

Segundo o manual do instrutor, o objetivo principal explícito seria a segurança dos estudantes. Diante de tamanha responsabilidade, caberia ao policial militar instrutor e ao docente dar continuidade às denúncias para as esferas superiores cabíveis do Sistema de Justiça. Contudo, a despeito da complexidade da situação, entendo que elas poderiam colocar em “cheque” a receptividade do trabalho preventivo perante os pais e professores. Isto porque, por um lado, poderia despertar o desinteresse dos responsáveis acerca da presença dos policiais militares instrutores por entenderem que seria um serviço de investigação. E, por outro, provocaria a emergência de uma demanda aos docentes colaboradores nas atividades do programa, que teriam o dever de não se omitirem diante de tais denúncias. Assim,

para evitar qualquer situação que pudesse ser prejudicial ao propósito do programa, o instrutor é orientado a lembrar sempre que o PROERD é um programa educacional, por este motivo não era pra ser usado ou visto como uma ferramenta de investigação policial. Sendo assim, para ser introduzido ao contexto da sala de aula, o instrutor recebia as seguintes orientações:

- Explicar o objetivo da caixinha e seu uso;
- Certificar-se de que a caixinha esteja pronta para o primeiro dia de aula;
- Assegurar aos estudantes que todas as perguntas serão respondidas, da melhor maneira possível;
- Orientar os estudantes sobre a natureza confidencial do que está sendo relatado e que, em caso de outros crimes que a criança souber, isso será resolvido mantendo o sigilo necessário;
- Não usar a caixinha como recompensa em sala;
- Verificar as perguntas semanalmente, gerenciando questões sensíveis de forma apropriada e responde algumas delas tentando (se possível) associá-las com as lições;
- Providenciar as tarjetas de identificação, já que no início não reconhecerá as crianças pelo nome (RIO DE JANEIRO, 2009, p. 5).

Aos docentes também seguiam algumas orientações que eram preestabelecidas em reuniões de apresentação do Programa aos docentes. Nestas reuniões eles eram orientados a seguir alguns procedimentos referentes à caixinha como:

- Arrumar um bom lugar na sala para as caixinhas. Os estudantes deveriam ter acesso diariamente, não apenas quando o policial militar instrutor estivesse em sala de aula;
- Estar disponíveis para discutir a questão das caixinhas com o instrutor;
- Estar conscientes de que as questões discutidas poderiam necessitar de uma pesquisa mais aprofundada, posteriormente (Idem.).

Já as orientações aos estudantes deveriam ser feitas de forma clara e objetiva, para que o estudante não ficasse com dúvidas a respeito do objetivo da caixinha. Com algumas turmas, os estudantes eram estimulados a produzirem a caixinha personalizada da classe, embora isso gerasse um custo que não fazia parte do programa. Quando não ocorria, o próprio instrutor a confeccionava e apresentava aos estudantes, que seguiam as orientações abaixo:

- Deveriam inserir dúvidas relativas aos assuntos tratados durante as aulas;
- As perguntas não precisam ser identificadas;
- Ciência de que todas as questões seriam lidas e as de interesse de toda a classe seriam discutidas em voz alta, algumas seriam respondidas individualmente após a aula;
- Seriam orientados a usarem a expressão “alguém que eu conheço” substituindo o nome da pessoa, quando estiver contando um caso (Ibid., p. 6)

Nos casos em que o instrutor identificasse na caixinha de perguntas algum tipo de denúncia, o mesmo era orientado a informar à Direção da Escola. Tanto problemas

considerados sérios do ponto de vista legal identificado pelo instrutor, quanto condutas tipificadas que necessariamente deveriam ser relacionadas ao abuso de drogas ou violência doméstica, mas sempre preservando o caráter confidencial do estudante em seu ambiente escolar. O cuidado era para não criminalizar o contexto social em que o estudante estivesse inserido, já que em algumas situações o próprio estudante pode passar por ações discriminatórias e/ou abuso de autoridade.

Apesar de não estar, a priori, no bojo das minhas inquietações enquanto instrutor, descrever sobre a complexidade das questões que envolvem a caixinha de perguntas me fez pensar que entre os instrutores não há um consenso sobre a forma como conduzir tais situações. Haja vista que o “etos guerreiro”, em alguns casos, acaba ocupando um espaço relevante nos discursos acerca de suas decisões diante de tais situações, mesmo estando previsto em manual que o instrutor policial militar teria o dever de comunicar o relato a uma pessoa apropriada na escola (rede de apoio) ou da própria comunidade com o objetivo de buscar ajuda, seguindo as seguintes orientações:

1. No caso da informação envolver possível abuso sexual, exploração do trabalho infantil ou qualquer outro tipo de conduta que coloque o aluno em risco. Obter com a criança o maior número de informações, para atesar se realmente a denúncia é procedente, bem como, consultar o corpo docente sobre reclamações ou fatos anteriores e finalmente cientificar a Coordenação do PROERD, que deverá, juntamente com o Policial Militar, informar ao Ministério Público, através de canais competentes.

2. No caso da Informação envolver a venda de drogas. Lembre-se que o Policial Militar PROERD é um membro da escola e, primeiramente, deve relatar o ocorrido ao Diretor da escola antes de ausentar-se da mesma. Informe ao batalhão da área, a fim de que o policiamento ostensivo possa conhecer os fatos (RIO DE JANEIRO, 2009, p. 5-6).

Em suma, pela descrição desta estratégia pedagógica e das atividades específicas deste currículo, podemos perceber que há uma busca constante pela construção da imagem positiva da instituição, reforçando a ideia de que a função da segurança pública em um contexto escolar pudesse exaltar a figura dos policiais militares como sendo “defensores das crianças”. Juntamente do corpo docente, tinham o dever de atuar compartilhando responsabilidades e buscando uma relação de colaboração na tentativa de administrarem os problemas. Tais apontamentos elencados acima me levam a compreendê-los como uma tentativa de mostrar o quanto o PROERD e a noção de policiamento comunitário são permeados pelas contradições da sociedade brasileira. Revela como temos elementos de uma polícia

e um militarismo forjado na opressão e que, em um dado momento, teve que aprender a conviver com um projeto de polícia cidadã. Neste sentido, o manual orienta que:

O instrutor PROERD não tem a missão repressiva no estabelecimento de ensino. Sua missão, que é a de prevenção, deve ser colocada como prioridade. Deve notificar a Polícia Judiciária ou tomar atitudes repressivas nos casos em que, não o fazendo, possa ocorrer prejuízo maior às crianças ou caracterize omissão [...] Somente em última instância deverá efetuar buscas pessoais, prisões ou averiguações policiais na escola, uma vez que, dessas atitudes poderiam resultar disparos de uma arma de fogo ou outras ocorrências que colocariam em perigo a vida das crianças (lembre-se, a prioridade é a integridade física de suas crianças em sala). Quando as ações policiais acima forem necessárias, a escola deverá ser esvaziada, na medida do possível (Ibid., p. 6).

2.4 PROERD Pais: Seu Filho Precisa de Você – 2004

Na tentativa de encontrar outra abordagem na prevenção primária, através de novas orientações do Dare, buscou-se direcionar o foco do conteúdo curricular para um público-alvo diferente: os pais e responsáveis (os jovens, adultos e idosos).

O currículo do programa consistia em utilizar cinco lições que tinha como um dos propósitos, contido em seu manual, fornecer aos pais informações entendidas como relevantes sobre drogas, uso e experimentação, violências e aptidões de como orientar. Esperava-se que durante as cinco lições os participantes dos encontros pudessem “aprender” maneiras para promoverem um ambiente positivo, sob o enfoque no discurso de uma vida saudável e de bem estar. Nota-se, porém, que o manual de instrutor descrevia que:

O PROERD, sendo uma atividade educacional preventiva, é mais um fator de proteção desenvolvido pela Polícia Militar para a valorização da vida, que busca contribuir para o fortalecimento da cultura da paz e a construção de uma sociedade mais saudável, feliz e principalmente segura (RIO DE JANEIRO, 2004, p 03).

Convém destacar que o currículo para este programa de educação sobre drogas foi criado exclusivamente para o Dare América pela Associação e Supervisão de Desenvolvimento Curricular (*Associatin for Supervision and Curriculum Development – ASD*) e pela Família em Ação Nacional (*Nacional Famile in Action – NFIA*). Para isso, o conteúdo foi traduzido na íntegra para ser implementado no Brasil. E no ano de 2007, o PROERD do Rio de Janeiro o colocou em prática por meio de uma política conjunta com o Governo Federal durante os Jogos Pan-americanos.

A NFIA é um centro de informações sobre drogas que mantém um website e publica artigos periódicos, panfletos, livros e um informativo trimestral. Assim sendo,

tal conteúdo se apropria de uma chancela relevante de uma organização internacional, com a indicação presente nos discursos de educadores e especialistas no que tange às pesquisas sobre a possibilidade de se desenvolver o conteúdo do programa entre adultos.

2.5 “PROERD: uma visão de suas decisões” – 2010

Ao nos debruçarmos sobre o conteúdo deste currículo, conhecido como o “currículo de dez lições”, especificamente sobre o documento oficial construído para a formação dos policiais, podemos perceber que o objetivo principal seria estabelecer uma nova abordagem dos conceitos que seriam remodelados ao conteúdo, modificando as principais atividades, bem como os materiais a serem utilizados. Importante frisar que o “novo” curso PROERD para o 5º ano também tinha a intenção de permitir que o policial militar instrutor PROERD fosse capaz de compreender:

- Quais ideias, valores e habilidades seriam mais importantes para os alunos do 5º ano aprender;
- Os pressupostos e princípios sobre como eles (os estudantes) aprenderiam o conteúdo selecionado;
- Os pressupostos e princípios sobre as práticas que provavelmente iriam promover o aprendizado desejado;
- Compreender as razões para usarem o “PROERD: uma visão de suas decisões” como um manual que contém todo o currículo, e como todo o conteúdo, objetivo e atitudes;
- Por fim, esperava-se que este curso teria continuidade no curso para adolescentes, sob o título “Investindo em sua própria Vida”.

Esperava-se que o policial instrutor tivesse a compreensão de como essas ideias, habilidade e atividades de aprendizagem se interrelacionavam à totalidade das lições, de modo que fosse possível formar um “fluxo contínuo de aprendizado”. Este currículo trouxe como princípio-chave a noção de que teriam que sustentar a relevância do programa com a apresentação de estudos consistentes sobre a efetividade do trabalho de prevenção.

Como não era uma tarefa fácil realizar tais estudos, buscou-se então ancorar os argumentos em exemplos de programas de prevenção bem sucedidos⁶⁷, e que para serem considerados como tais deveriam enfatizar os seguintes temas:

- Os riscos sociais, legais e físicos bem como as consequências de curto prazo decorrentes do uso de cigarro, álcool, maconha, inalantes e outras drogas ilícitas;

⁶⁷ Sob a perspectiva institucional, enquanto serviço público e utiliza recursos dos contribuintes, um programa bem sucedido suscita a ideia de eficiência, eficácia e efetividade.

- As crenças comuns dos alunos sobre a extensão do uso de substâncias pelo seu corpo são regularmente distorcidas, porém se examinadas reflexivamente e mudadas por meio da compreensão da real extensão desse uso por seu grupo;
- Diálogo, afirmação, estratégias de negação e outras práticas de resistência são centrais para se poder lidar com o desejo e as pressões para fazer uso de drogas;
- Estratégias de prevenção ao uso de drogas bem sucedidas necessitam de:
 - a) Envolvimento dos pais e líderes comunitários;
 - b) Intervenções dos agentes ao longo dos anos;
 - c) Atividades que os alunos vejam como realistas e envolventes;
 - d) Tempo o suficiente para discussões e aprofundamentos na sala de aula que ampliem sua prática cotidiana (RIO DE JANEIRO, 2010, p. 7).

Complementando os temas acima, convém ressaltar que existiam algumas perspectivas acerca dos modos de aprendizado a serem utilizados com os estudantes do ensino fundamental. Esperava-se que os estudantes do 5º ano despertassem maior desejo de assumirem responsabilidades nas tomadas de decisões pessoais, tendo como parâmetros adultos que eles valorizassem:

- Tinha-se a ideia de que necessitavam falar e/ou examinar situações realistas e problemáticas;
- Reforçava-se a noção de que os estudantes são pré-adolescentes e, portanto, queriam ser tratados com respeito;
- Esperava-se que eles quisessem relações seguras e o apoio dos adultos;
- Por terem históricos pessoais, sociais e culturais distintos, eles aprenderiam de modos diversos. Por isso, as atividades educacionais precisavam fornecer pontos de diversidade e múltiplas oportunidades de aprendizado;
- Por fim, o programa nutria a ideia de que estudantes do 5º ano pudessem desenvolver habilidades comunicativas, sociais, assertivas e de resolução de problemas que lhes possibilitassem oportunidades para resistirem às pressões para fazer uso de drogas ou se envolver em atividades de intimidação ou brigas (Ibid., p. 8).

Creio que apesar de não estar elencado no escopo desta pesquisa, porque aprofundar o estudo deste tema apenas sob a perspectiva das teorias por si só demandaria um caminho diferente para o trabalho, também não poderia deixar passar a oportunidade de assinalar o fato de ter ficado marcante na leitura deste manual as suas abordagens teóricas sobre as pesquisas em desenvolvimento infantil. Chamou minha atenção algumas concepções preconizadas no documento que entendem que os estudantes:

- Seriam capazes de compreender as perspectivas dos outros, pois seriam menos egocêntricos;
- Seriam capazes de integrar diversas variáveis em relações causais (pensar nas possibilidades de escolhas e opções);
- Seriam capazes de compreender e usar as regras da lógica;

- Seriam entusiastas, curiosos e tem um desejo de explorar;
- Estariam começando a aceitar responsabilidades pelo comportamento;
- Aprenderiam a cooperar e gostar de tomadas de decisão, em grupo;
- Gostariam de falar e expressar ideias;
- Buscariam orientações e reforço tanto do seu grupo quanto de adultos importantes (Ibid., p. 8-9).

Ainda sob o aspecto teórico, este currículo buscava ancorar suas narrativas em pesquisas sobre aprendizado ativo e em estratégias de ensino que serviriam de apoio na busca de um aprendizado eficiente. Afirmava que:

- A experiência de vida dos alunos e o contexto cultural no qual estariam inseridos formariam seu conhecimento e definiriam a maneira que interpretariam seu mundo, criando assim um sentido;
- Novos conhecimentos científicos e habilidades deveriam estar articulados com o contexto cultural dos alunos que poderia possibilitar o avanço da aprendizagem;
- Experiências práticas, tanto concretas quanto abstratas, estimulariam o desenvolvimento e a aprendizagem de novos conceitos;
- Mediações com seu grupo e com adultos importantes estimulariam o conhecimento de novas ideias e a reflexão sobre elas;
- Os alunos especiais deveriam ter acesso às atividades e aos conteúdos de maneira a garantir que todos seriam respeitados e incluídos;
- A diversidade social e cultural, econômica e política deveria ser respeitada, apoiada e valorizada (RIO DE JANEIRO, 2010, p. 8).

Foram identificados alguns critérios para o desenvolvimento do curso, levando em consideração as teorias resumidas acima elaboradas com o propósito de “orientar o desenvolvimento e a organização dos aspectos-chave” do programa.

Enquanto o currículo do curso tem a intenção de ser essencialmente o mesmo para todo o país, as estratégias e os materiais podem ser adaptados para o contexto cultural e social de cada escola conforme as necessidades específicas. Isto significa que os instrumentos podem precisar, em certas ocasiões, selecionar material e atividades alternativas, assim como métodos que acreditem serem mais apropriadas para seus alunos, desde que permaneçam coerentes com os propósitos e critérios [...] (BRASIL, 2013, p. 22)

Importante frisar que os instrutores eram orientados a não realizarem exposições de conteúdo por muito tempo, já que eram alertados que seria “bom lembrar que palestras extensas (cinco minutos ou mais) não são [seriam] produtivas” (RIO DE JANEIRO, 2010, p. 9)

Desde o primeiro currículo, a característica central era a utilização de um material paradidático para o acompanhamento, o “Livro do Estudante”. De modo que as “informações, os conhecimentos científicos e as atividades contidas em suas lições” eram utilizadas para “construir coletivamente capacidades de resolução de problemas sociais e pessoais relacionados com o uso e abuso de substâncias, bem

como para garantir que possam agir em nome de seus melhores interesses diante das situações expostas”. Entende-se que há uma tentativa clara de:

possibilitar aos alunos acesso a essas capacidades de maneira atraente, usando situações problemáticas que pareçam reais aos seus olhos. A intenção é que os alunos analisem essas situações, busquem e usem as informações disponíveis, discutam com profundidade, uns com os outros, as alternativas dessas situações e ações que podem escolher com responsabilidade (BRASIL, 2013, p. 22).

Em suma, concernente aos objetivos deste programa, foram dispostos os seguintes critérios que foram estabelecidos para possibilitar o desenvolvimento das lições, de maneira a permitir o entendimento delas pelos estudantes:

- Informações baseadas em pesquisas: as informações sobre tabaco, álcool, maconha e inalantes devem ser obtidas por meio dos resultados das mais recentes pesquisas quando os grupos ou classes estiverem resolvendo problemas;
- Guiado por problemas: o eixo norteador dos conteúdos e das atividades dos alunos é uma situação problemática, tipicamente uma na qual a pressão para o uso de drogas esteja sendo exercida;
- Interativo: os alunos se envolvem na solução de problemas, por meio de discussões profundas, do pensamento crítico e da encenação de papéis com outros alunos;
- Estrutura em espiral: os conhecimentos científicos e as habilidades devem ser revisados ao longo das 10 lições, de modo que as habilidades sejam introduzidas, revistas e praticadas em situações problemáticas cada vez mais complexas;
- Aprendizado ativo: as atividades devem refletir o envolvimento constante dos alunos, por meio de profundas discussões com toda a classe, mediadas pelo instrutor, encenação das habilidades e dos conhecimentos científicos, e da solução de problemas – tomada de decisão – em pequenos grupos de aprendizado cooperativo;
- O docente como parceiro: por haver uma grande quantidade de aulas que envolvam os alunos em atividades de aprendizado ativo em pequenos grupos, o envolvimento direto do (a) professor (a) da turma é um aspecto essencial para o efetivo aproveitamento das lições.

Foram identificadas, portanto, metas e objetivos que precisariam ser alcançados por atividade até compor o objetivo geral da lição. Haja vista que o principal objetivo que acaba, por sua vez, reforçando o caráter abstencionista do PROERD é a pretensão de “levar os jovens a refletirem sobre as sequências negativas do envolvimento com drogas, lícitas ou ilícitas, bem como com a violência, proporcionando ferramentas para tomarem decisões de forma segura e consciente” (RIO DE JANEIRO, 2010, p. 9).

Especificamente, para ser adotado este currículo, o curso de formação de instrutores deveria contemplar as quatro abordagens do conteúdo, porque desta vez o programa não seria aplicado apenas com as turmas do 5º ano (público principal), mas também com turmas do 7º ano e Educação Infantil, além do currículo para pais.

Neste sentido, convém informar que o atendimento no Rio de Janeiro às turmas do 7º ano só será efetivado em um momento posterior no tópico seguinte. Já o atendimento do curso do PROERD para pais, além de 2007 como parte de um programa federal, também foi implementado em algumas UPP's (Unidades de Polícia Pacificadoras) entre os anos de 2010 e 2011. Contudo, cabe aqui assinalar que:

O acionamento da guerra enquanto metáfora [...] continuava pautando as políticas de segurança pública e no primeiro ano do governo Cabral 1.330 autos de resistências foram registrados, segundo dados divulgados pelo próprio ISP. A marca resume em números o que significou para os moradores de favelas o ano de 2007 – ano dos jogos pan-americanos. Antecedendo o período dos jogos, uma megaoperação militar na Vila Cruzeiro provocou, em apenas um dia, 19 mortes de moradores: 550 agentes da Polícia Militar, 700 da Polícia Civil e 150 da Força de Segurança Nacional atuaram juntos no episódio que ficou conhecido como Chacina do Alemão ou chacina do Pan [...] (FARIAS, 2014, p. 47-48).

Assim, a discrepância entre o discurso prevencionista e o belicista calcado sob a metáfora da guerra acabava gerando certa incompreensão por parte das classes que seriam majoritariamente atendidas pelo PROERD com este currículo: os estudantes adolescentes moradores das periferias cariocas. Entendo, porém, que a contradição posta nesse contexto se tornou evidente durante minha própria atuação em uma determinada favela carioca. Já que na maioria das vezes a receptividade do público atendido não era algo fácil de perceber, talvez por desconfiança e até mesmo descrença da possibilidade de um trabalho preventivo comunitário.

Fato é que enquanto a major Tânia Loos esteve à frente na Coordenação do PROERD, este currículo não foi efetivado no Rio de Janeiro, ainda que em outros Centros de Treinamento já estivessem realizando suas formações com o chamado “currículo de dez lições”.

No entanto, só em 2010 a UPP Pavão-Pavãozinho, sob o comando do então Capitão Leonardo Nogueira, recebeu o PROERD Pais em dois momentos. No primeiro semestre, com responsáveis do Colégio Solar Meninos de Luz, iniciou uma Unidade filantrópica localizada na Ladeira San Roman que atende crianças e adolescentes da comunidade. E no segundo semestre, já em 2011, foram realizadas as atividades com jovens e responsáveis do Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável

(PROTEJO⁶⁸) e do projeto Mulheres da Paz⁶⁹, que era destinado à capacitação de mulheres socialmente atuantes nas áreas geográficas abrangidas pelo PRONASCI⁷⁰.

Neste sentido, buscava-se um espaço de debate sobre as mudanças que estavam acontecendo e que dificilmente contava com a participação da comunidade durante as discussões. O mesmo fenômeno fora observado por Menezes (2015) na UPP Santa Marta. Segundo ela:

As lideranças comunitárias presentes no encontro justificavam essa recusa em tematizar UPP por considerarem errada a visão passada pela grande mídia de que depois da “pacificação tudo mudou na favela. Eles ressaltavam que a UPP não foi o “marco zero na vida da favela”, como a mídia queria mostrar naquele momento. De forma irônica, uma moradora me disse, por exemplo, que não aguentava mais pessoas “deslumbradas” falando “olha só o favelado agora bebe água gelada porque agora geladeiras foram distribuídas pós-UPP! Agora todos acessam internet de graça, todos têm a casa pintada, têm segurança”[...] Para os moradores esse discurso era muito perigoso porque não levava em consideração os anos de luta, de resistência que os moradores do Santa Marta precisaram enfrentar para permanecer no morro e obter melhorias para a qualidade de vida na favela (MENEZES, 2015, p. 27).

Cabe explicar aqui que tais experiências empíricas são fruto da minha participação observante na atuação como instrutor, obviamente envolvido afetivamente com a possibilidade de realizar um trabalho de parceria junto à comunidade do “PPG” (Pavão-Pavãozinho e Cantagalo), como é conhecida nos arredores de Copacabana.

Em suma, todas as estratégias utilizadas neste currículo tinham seus propósitos descritos claramente em seu manual: que esperavam que jovens

⁶⁸ Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável, destinado à formação e inclusão social de jovens e adolescentes expostos à violência doméstica ou urbana, nas áreas geográficas abrangidas pelo PRONASCI. Este trabalho terá duração de um ano, podendo ser prorrogável por igual período, e tem como foco a formação cidadã dos jovens e adolescentes a partir de práticas esportivas, culturais e educacionais que visem a resgatar a autoestima, a convivência pacífica e o incentivo à reestruturação do seu percurso socioformativo para sua inclusão em uma vida saudável.

⁶⁹ Trata-se de um trabalho desenvolvido pelas Mulheres da Paz tem como foco: a mobilização social para afirmação da cidadania, tendo em vista a emancipação das mulheres e prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres; e a articulação com jovens e adolescentes, com vistas a sua participação e inclusão em programas sociais de promoção da cidadania e na rede de organizações parceiras capazes de responder de modo consistente e permanente às suas demandas por apoio psicológico, jurídico e social.

⁷⁰ O PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) foi instituído pela lei 11.530 de 2007 e desenvolvido pelo Ministério da Justiça e pela primeira vez introduz uma forte tentativa nacional ao combate real da criminalidade que consterna o país. Para que efetivamente se alcance o fim desejado deste programa, pretende-se valorizar os profissionais da segurança pública, suprimir a corrupção policial, reestruturar o sistema penitenciário e, inclusive, envolver a própria comunidade na prevenção da violência.

estudantes pudessem compreender “os riscos e efeitos físicos e emocionais do uso de álcool, cigarro, maconha e inalantes sobre seus cérebros e corpos em desenvolvimento, e os riscos de ordem legal de seus usos” (MANUAL, 2010, p. 10); que seriam capazes de “comparar e contrastar as crenças comuns de seu grupo na sala de aula com os dados recentes sobre o uso de álcool, tabaco e outras drogas (ATOD)”⁷¹ e assim poderiam por em prática tendo como base os dados estatísticos apresentados; esperava-se também que eles pudessem “expandir seus conhecimentos sobre a variedade de ações positivas que podem praticar em suas escolas e comunidades (comportamento pró-social)”⁷² de modo que não fizesse o uso de álcool, tabaco e outras drogas; por fim que fossem capazes de compreender o que seriam “estratégias de negação, habilidades de comunicação saudável, afirmação e resistência”, entendendo que poderiam aplicar tais habilidades nas inúmeras “situações da vida real”.⁷³

2.5.1 Séries iniciais e Educação Infantil: organização e utilização

Consta no Manual das Séries Iniciais e Educação Infantil que o conteúdo deveria ser organizado em 03 (três) seções: a primeira contaria com “duas lições para a Educação Infantil; a segunda, quatro lições para o 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental; e a terceira contém cinco lições para o 4º ano do Ensino Fundamental”. Assim como os currículos anteriores, as lições seriam ministradas pelo policial militar instrutor com capacitação específica devidamente autorizada pelo Dare e, neste caso, não haveria uma definição da origem das escolas (públicas ou privadas).

Para o atendimento com estas turmas deveriam reforçar o papel do professor, “usando as atividades de extensão surgidas”. Caso o cronograma disponível não fosse suficiente para ministrar todas as lições previstas, os policiais militares instrutores deveriam, juntamente com a direção da escola, definir quais os temas mais importantes que seriam ministrados. As decisões no que diz respeito ao momento adequado e com qual frequência deveriam ser trabalhadas precisavam ser norteadas

⁷¹ Ibid.

⁷² Ibid., p. 11

⁷³ Ibid.

pelo nível de desenvolvimento e necessidades pessoais da criança e do ambiente escolar. Para tanto, inicialmente, as lições deveriam ser aplicadas uma vez por semana com intervenções em sala de aula de 45 a 50 minutos, o que na prática não ocorreu em função das diferentes séries inseridas no programa. No geral, as aulas não ultrapassavam 20 a 30 minutos.

As atividades utilizavam material próprio com o auxílio do álbum “Protegendo Nossas Crianças: ajudando a mantê-las seguras, livres das drogas e da violência” composto por vinte cartazes coloridos que versavam sobre segurança pessoal que deveriam ser tratadas com as crianças. Esperava-se naquele momento o propósito de não se falar diretamente sobre drogas, mas, sim, ambientar os estudantes com a presença do policial militar instrutor até um possível encontro com ele no currículo posterior, quando estivessem cursando o 5º ano, em um momento posterior.

Consta que este material tinha sido desenvolvido pela “Los Angeles Unified School District” (Distrito Unificado de Escolas de Los Angeles) e adaptado para a realidade brasileira pelo Centro de Capacitação PROERD da Polícia Militar de Santa Catarina. A título de ilustração, seguem abaixo dois exemplos de cartazes cujas especificações técnicas como: tipo de papel, largura e altura variavam de acordo com os contratos firmados junto aos fabricantes, que geralmente permaneciam com 50 cm de largura e 35 cm de altura.

Figura 5 - Cartaz 1 Currículo Séries Iniciais e Educação Infantil



Fonte: BRASIL, 2013, p. 42

Figura 6 - Cartaz 2 Currículo Séries Iniciais e Educação Infantil



Fonte: BRASIL, 2013, p. 43

Convém ressaltar que, de acordo com o manual, o conteúdo fora desenvolvido para ser utilizado desde a Educação Infantil até o 3º ano do Ensino Fundamental, “com a finalidade de auxiliar pais, professores e equipes escolares em seus esforços conjuntos para educar as crianças em práticas de segurança pessoal, na ida ou na volta à escola, durante o dia de aula, em parques ou em outros locais públicos e mesmo em casa”, na ausência de seus responsáveis. Tinha, porém, o objetivo de:

[...] ensinar orientações de segurança pessoal. Os alunos aprendem como evitar situações arriscadas, a se manterem seguros como pedestres, passageiros, ciclistas e, principalmente, a se divertirem de forma segura. Ensina-se aos alunos os procedimentos a adotar em situações de emergência ou quando ocorrem eventos inesperados. Recebem as primeiras noções de habilidades vitais essenciais, como dizer não e pedir ajuda (RIO DE JANEIRO, 2016, p. 4).

Nota-se que cada cartaz contém uma cena ilustrada com um tema específico e um plano de aula que servia para orientar o instrutor em sua utilização impresso no verso, como um plano de aula pronto. As aulas poderiam, assim, ser também desenvolvidas como uma única lição, desde que seguissem na íntegra as orientações contidas. Não obstante, só nas classes do 4º ano haveria a definição do conceito de droga como sendo: “Qualquer substância que não seja alimento e que pode mudar a forma como seu cérebro e corpo funcionam” (RIO DE JANEIRO, 2010, p. 53. Essa

definição estaria atrelada à noção de que algumas drogas seriam consideradas “medicamentos”⁷⁴ e outras não, mesmo assim sempre reforçando que seus usos teriam que ser prescritas por profissionais autorizados.

Enfim, para concluir este tópico apresento abaixo alguns quadros explicativos que servirão para descrever elementos e objetivos que deveriam ser observados durante todos os currículos do PROERD. No entanto, convém ressaltar que a partir do ano de 2012 a SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública), estando Regina Miki a frente da Secretaria, sob a Portaria nº 28 de 16 de maio de 2012, foi instituído o Grupo de Trabalho para padronizar e unificar currículos e materiais didáticos do programa, fazendo com que tais materiais fossem validados pelo Dare. Este, por sua vez, durante o ato comemorativo dos 20 anos do PROERD anunciou o que estaria por vir: o “PROERD: Caindo na Real” que só viria a ser implementado na prática em 2014, após a atualização de todos os instrutores do estado.

Quadro 1 – Elementos-chave do PROERD (1)

ELEMENTO	OBJETIVO
1. Planejamento conjunto: uma parceria entre as Instituições de Polícia e de Educação.	Assegurar a cooperação entre as Instituições participantes para a implantação efetiva do PROERD.
2. Acordos escritos: um Plano estruturado para a implantação do Programa.	Estabelecer diretrizes e procedimentos para o apoio e a execução do Programa.
3. Seleção dos Policiais: recrutamento e seleção de policiais militares qualificados.	Garantir que os policiais militares designados para ensinar o currículo PROERD tenham as habilidades apropriadas, sejam comprometidos com a prevenção do uso de substâncias, sejam bons modelos de comportamento e tenham vocação e dedicação para trabalhar com crianças.

⁷⁴ Idem, p. 54.

Fonte: Manual do Instrutor “PROERD: Uma visão de suas decisões” 2010.

Quadro 2 – Elementos-chave do PROERD (2)

ELEMENTO	OBJETIVO
1. Planejamento conjunto: uma parceria entre as Instituições de Polícia e de Educação.	Assegurar a cooperação entre as Instituições participantes para a implantação efetiva do PROERD.
2. Acordos escritos: um Plano estruturado para a implantação do Programa.	Estabelecer diretrizes e procedimentos para o apoio e a execução do Programa.
3. Seleção dos Policiais: recrutamento e seleção de policiais militares qualificados.	Garantir que os policiais militares designados para ensinar o currículo PROERD tenham as habilidades apropriadas, sejam comprometidos com a prevenção do uso de substâncias, sejam bons modelos de comportamento e tenham vocação e dedicação para trabalhar com crianças.
4. Capacitação dos policiais militares: curso fornecido pelos Centros de Capacitação PROERD.	Assegurar que todos os Policiais recebam sólida capacitação, de modo que possam cumprir as responsabilidades de instrutores PROERD, de acordo com os padrões estabelecidos.
5. Currículo: o currículo oficial do PROERD.	Garantir que todos os estudantes que receberem o PROERD sejam beneficiados através de apresentação sólida de um currículo aprovado, cumulativo e estruturado.
6. Orientação do Diretor, dos Professores e dos pais:	Assegurar que as atividades do PROERD sejam entendidas, aceitas

procedimentos para preparar o pessoal da escola e os pais, visando apoiar e reforçar os ensinamentos do PROERD.	e reforçadas pelos administradores escolares, professores e pais.
7. Atividades de sala de aula: Garantia da presença de um policial PROERD nas escolas.	Ensinar aos estudantes habilidades para o fortalecimento da autoestima e técnicas para resistir às pressões negativas dos colegas e desenvolver um relacionamento positivo entre as crianças e a polícia.
8. Apreciação do desempenho do policial e procedimentos para monitorar as atividades de sala de aula.	Assegurar que o currículo PROERD seja apresentado com exatidão e eficácia. Fidelidade à metodologia do Programa.
9. Contato com a comunidade: atividades para que os policiais militares promovam o PROERD na Comunidade.	Assegurar o apoio da comunidade e o entendimento das atividades preventivas do uso de substâncias, bem como estender a educação preventiva a uma população mais abrangente.
10. Aperfeiçoamento contínuo: fornecimento de atualização permanente em serviço.	Garantir que as habilidades do Policial PROERD sejam reforçadas e que ele se mantenha constantemente atualizado através de informações novas que sejam significativas para o PROERD.

Fonte: Manual do Instrutor “PROERD: Uma visão de suas decisões” 2010.

Quadro 3 – Plano de Ensino do PROERD para o 5º ano

Instrutor:	Carga horária: 10h/aula
Currículo: PROERD para o 5º AE	
Objetivos:	

Geral: Prevenir o consumo de drogas por estudantes do Ensino Fundamental.

Específicos: Explorar o uso do Modelo de Tomada de Decisão PROERD.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. PROPÓSITO E VISÃO GERAL DO PROERD

- a) Objetivos do Programa
- b) Combinados PROERD
- c) Apresentar e exercitar o Modelo de Tomada de Decisão PROERD (MTDP)

2. O CIGARRO

- a) Revisar o Modelo de Tomada de Decisão PROERD
- b) Analisar dados estatísticos sobre o uso de cigarro
- c) Fatos sobre o cigarro

3. A MACONHA

- a) Revisar fatos sobre o cigarro
- b) Apresentação do termo “Propaganda”
- c) Situações com o cigarro / Exercício do MTDP
- d) Fatos sobre a maconha

4. O ÁLCOOL

- a) Analisar dados estatísticos sobre o uso de álcool por estudantes
- b) Fatos sobre o álcool
- c) Correção de concepções Revisão do Modelo de Tomada de Decisão PROERD.

5. INALANTES

- a) Revisão do tema propagandas
- b) Inalantes – Informações básicas
- c) Avaliação do aprendizado

6. AS BASES DA AMIZADE

- a) Identificação das características de amizade
- b) Pressão do grupo
- c) Tipos de pressão de grupo
- d) Exercitar o Modelo de Tomada de Decisão PROERD

<p>7. DECIDINDO DE FORMA CONFIANTE</p> <p>a) Revisão do Modelo de Tomada de Decisão PROERD</p> <p>b) Maneiras de estar no Controle</p> <p>c) Estilos de Resposta</p> <p>d) Exercitar os estilos de resposta</p> <p>8. AÇÃO PESSOAL</p> <p>a) Revisão do Modelo de Tomada de Decisão PROERD</p> <p>b) Situações de Pressão Pessoal</p> <p>c) Preparação do relatório Pessoal</p> <p>9. PRATIQUE... PRATIQUE... PRATIQUE...</p> <p>a) Revisão do Modelo de Tomada de Decisão PROERD</p> <p>b) Avaliação do aprendizado</p> <p>10. FORMATURA</p> <p>a) Culminância do Projeto em parceria com a Escola.</p>
METODOLOGIA DE ENSINO
<p>Aulas expositivas</p> <p>Grupos cooperativos</p> <p>Resolução de Exercícios (individuais e em grupos)</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
<p>Observações diárias</p> <p>Frequência/Participação</p>

Fonte: RIO DE JANEIRO, 2010

2.5.2 Lições suplementares: possibilidade de atender às demandas locais

Ao passar de um currículo com dezessete lições para outro, agora com dez lições, obviamente gerou-se intensa discussão entre os representantes dos centros de treinamento. A alternativa encontrada foi a criação de lições “suplementares” que foram entendidas, na prática, como as lições optativas referentes às características regionais. Elas também serviriam como um modo de se ampliar o tema, bem como ocupar a totalidade do período de um semestre letivo. Isto porque, a despeito da necessidade de se adotar as orientações do Dare, tais direcionamentos poderiam assim ser passíveis de adequações para atenderem as demandas locais de diferentes

regiões do Brasil. Para tanto, elas serão mais bem definidas no próximo currículo a ser adotado no Rio de Janeiro.

2.6 “*Keepin’ It Real: caindo na REAL*” (2014)

Com a criação do Grupo de Trabalho que contou com a participação da SENASP, bem como representantes dos Centros de Treinamento do PROERD da PMERJ, PMESP, PMDF, PMSC, PMMG, BMRS e PMRN, concluíram que o currículo anteriormente orientado para os estudantes do 7º ano que seguia a metodologia “Caindo na REAL” seria ampliado para os demais públicos, principalmente entre os estudantes do 5º ano.

Consta em manual que a nova metodologia fora desenvolvida pela Universidade da Pensilvânia e do Arizona e que se propõe a ofertar um trabalho de duas décadas de pesquisas científicas do *Drug Resistance Strategies*. Elas dão origem às estratégias de resistência, especificamente elaboradas para o currículo que se apresenta. Destaca-se o propósito de contribuir “para que estudantes sejam proativos na utilização das maneiras de resistir à oferta de drogas” (BRASIL, 2015, p. 5) utilizando o REAL como forma de acróstico (Recusar, Explicar, Abster-se e Livrar-se).

Desta vez, o Grupo de Trabalho criado para alinhar os currículos no âmbito nacional foi unânime em afirmar que este seria o mais adequado às necessidades brasileiras, levando em conta múltiplos aspectos pedagógicos para a prevenção e a promoção da saúde, identificou a necessidade de atualização dos dados epidemiológicos sobre drogas a serem inseridos como base para suas ações. Por este motivo, foi estabelecido que fossem levados em conta os aspectos contidos no VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino nas 27 capitais brasileiras, publicado em 2010.

Adotado como o currículo oficial desde a atualização realizada junto os instrutores que ocorreu no ano de 2014, ele vem sendo aplicado no Rio de Janeiro até o presente momento. Podemos destacar um diferencial expresso em seu discurso, principalmente no enunciado do documento, reforçando a noção de que ocorreram esforços colaborativos entre as Polícias Militares, o Sistema de Educação e as teorias científicas sobre prevenção que seria o caráter preponderante de um “novo currículo do PROERD”, com o tema sob o slogan “Caindo na REAL”.

Pensado para as classes do 5º ano do Ensino Fundamental, projetado com base na Teoria de Aprendizagem Socioemocional (*Socio-Emocional Learning Theory – SEL*), ele identifica as habilidades básicas e fundamentais para que o sujeito possa se inserir num contexto social levando em consideração a passagem por um processo de desenvolvimento do indivíduo, entendido pelo programa como necessário à promoção da saúde. Incluem:

- Autoconhecimento e autogerenciamento;
- Tomada de decisão responsável;
- Compreensão dos outros (alteridade);
- Habilidades de comunicação e relacionamento interpessoal;
- Habilidade de lidar com desafios e responsabilidades (BRASIL, 2015, p. 4).

O presente currículo se apropria dessa teoria com a pretensão de ensinar aos jovens partícipes do programa maneiras para controlarem seus impulsos e pensarem nos riscos e consequências, bem como na responsabilidade de suas escolhas. O manual traz em seu enunciado uma afirmação dizendo que se conseguirem:

ensinar aos jovens a tomarem decisões seguras e responsáveis, eles serão capazes de fazer escolhas saudáveis não somente sobre drogas, mas em todos os aspectos de suas vidas. À medida que os jovens forem educados para se tornarem cidadãos responsáveis, conseqüentemente conduzirão suas vidas de forma mais produtiva e livre de drogas (BRASIL, 2015, p. 4).

Assim como o currículo anterior, este também dispõe de dez lições. No entanto, agora elas são organizadas em um processo de escalonamento ascendente (andaime), começando pelos conceitos básicos sobre responsabilidade e tomada de decisão. E, então, passa a construir cada uma das demais habilidades, com a pretensão de que os estudantes possam desenvolver suas próprias respostas às situações da vida real.

A primeira lição intitulada com o tema “Responsabilidades” busca o entendimento do conceito para induzir à “tomada de decisões”, de modo que as demais lições subsequentes sejam complementadas com a aplicabilidade de tais habilidades, gradativamente mais complexas, sejam elas relacionadas ao uso de drogas ou até mesmo outras escolhas que os estudantes possam vir a fazer. Porque, segundo o que prescreve o manual:

A visão do PROERD é que os jovens que refletem sobre as diversas situações são capazes de fazer melhores escolhas, de forma não impulsiva, e de comunicar e relacionar-se melhor com as pessoas, além de manterem-se livres de drogas e obterem maior sucesso em todas as áreas de suas vidas (BRASIL, 2015, p. 5).

2.6.1 “Caindo na Real” para o 5º ano do Ensino Fundamental (2015)

Com o currículo PROERD “Caindo na Real” para alunos do 5º ano do Ensino Fundamental:

O Policial PROERD continua sendo a mola mestra para a aplicação do currículo. Os policiais são essenciais para tornar as lições realísticas, ao mesmo tempo em que representam um modelo incrivelmente positivo para os alunos PROERD. O currículo baseia-se no modelo de Tomadas de Decisão PROERD, na comunicação didática e nas habilidades práticas, por meio da eficiente abordagem narrativa, denominada “de criança, pela criança e para as crianças” (BRASIL, 2015, p. 5).

Uma das diferenças encontradas neste currículo é que agora as lições se iniciam com uma história, que deveria ser reproduzida em vídeo, na qual os personagens demonstram situações correlatas à “vida real” para que os alunos passem a conhecê-las e a se preocuparem com elas. O interessante é que, segundo o manual, tais histórias “foram criadas com base em experiências reais dos estudantes de diversas escolas, nos Estados Unidos da América”⁷⁵. Assim, cada situação representada pelas encenações está integrada às lições com o propósito de propiciar a prática de cada habilidade.

Os alunos serão encorajados a compartilhar suas próprias histórias utilizando o método de diálogo conhecido por “alguém que eu conheço”. É isso que torna as lições “reais” para eles. O modelo de Tomada de Decisões PROERD ajuda os alunos a processar seus pensamentos e a fazer escolhas seguras e responsáveis (BRASIL, 2015, p. 5).

O Currículo PROERD “Caindo na Real” para o 5º ano preserva grande parte das características do currículo anterior, porém, alguns pontos foram reformulados tentando “torná-lo ainda mais eficiente em capacitar os jovens para conduzirem suas vidas de forma segura, responsável e livre de drogas”.⁷⁶ Para tanto, seguem abaixo os principais pontos de destaque:

A nova técnica de escolhas de escolhas seguras e responsáveis fornece um quadro favorável ao ensino sobre tomada de decisão, riscos, tensões, comunicação e pressão dos colegas, ao passo que também fornece aos jovens para conduzirem suas vidas de forma segura, responsável e livre de drogas;

A nova temática de escolha seguras e responsáveis fornece um quadro favorável ao ensino sobre tomada de decisão, riscos, tensões, comunicação e pressão dos colegas, ao passo que também fornece aos jovens as

⁷⁵ Ibid. p. 5

⁷⁶ Idem

informações sobre drogas das quais necessitam para fazerem escolhas conscientes;

Foram ampliadas as oportunidades para praticar o Modelo de Tomada de Decisão PROERD e ampliá-lo às situações da vida real;

O novo currículo abrange uma ampla gama de riscos com os quais os alunos se deparam em seu dia a dia, incluindo os relacionados às drogas e outros riscos que eles provavelmente enfrentarão em um futuro próximo;

As habilidades são ensinadas por meio de histórias. Nesse sentido, utilizam-se vídeos, situações, encenações diárias para fornecer aos alunos oportunidades de praticar tais habilidades, escrever sobre elas e planejar sua futura utilização;

O currículo está em consonância com o novo padrão nacional de educação (BRASIL, 2015, p. 5-6).

Os conceitos principais utilizados neste currículo pretendem estabelecer a ideia de que os estudantes deveriam pensar nas opções oferecidas em cada situação, esperando, com isto, que eles sejam conscientes e capazes de tomarem decisões que possam impactar em suas vidas. O conteúdo busca induzir os estudantes a encontrarem estratégias seguras em suas relações sociais, contudo, para alcançar a competência para tal deveriam:

Exercitar o autocontrole, particularmente quando estiverem sob pressão. O novo currículo os ensinará a controlar as emoções, evitar comportamentos impulsivos e refletir criticamente sobre suas próprias experiências com o objetivo de planejarem uma vida livre de drogas;

Identificar os riscos e as consequências de suas escolhas. Por ensinar aos alunos a avaliar os riscos e as consequências de suas escolhas, o currículo os prepara para as mudanças repentinas e para os desafios que poderão enfrentar, como um possível aumento da sua presença de drogas em seu meio social;

Tomar decisões seguras e responsáveis. O Modelo de Tomada de Decisões PROERD continua sendo a estratégia central, porque os jovens dessa faixa etária precisam entender como pensar de forma clara e crítica sobre as possíveis escolhas e, talvez ainda mais importante, precisam planejar como enfrentarão as escolhas que [...] apresentarão em seu futuro breve;

Comunicar-se de maneira mais confiante e eficiente, desenvolvendo, assim, relações mais consistentes com seus colegas, familiares e autoridades públicas;

Tornar-se um cidadão seguro e responsável por meio do aprendizado sobre como ajudar o próximo e como obter ajuda. Sabemos que jovens dessa faixa etária não são capazes de fazer tudo sozinhos, por isso o novo currículo enfatiza formas seguras e responsáveis de ajudar e obter ajuda (BRASIL, 2015, p. 5-6).

Ao traçarmos uma visão geral do currículo em tela, podemos dizer que suas dez lições estão dispostas de modo que sejam apresentados os conceitos principais. Partindo do pressuposto de que “ensinar algo uma única vez não é o suficiente para a maioria dos jovens aprendizes”, argumenta-se que os estudantes só consigam adquirir tais habilidades se elas forem decompostas em partes. Assim, elaboraram as “bases de cada conceito, de forma que eles apareçam e reapareçam nas lições, de maneira mais avançada e sofisticada a cada vez”, como um “escalonamento ascendente”. Destacando que o melhor exemplo desse sistema seria:

o Modelo Tomada de Decisão PROERD. Esse modelo é introduzido e demonstrado na lição 1. Na Lição 2, os alunos utilizam o “D” para definir um problema envolvendo droga. Na Lição 3, eles definem e analisam os riscos e as consequências em situações nas quais eles encontram com frequência. Na Lição 4, os alunos definem, analisam e decidem como atuar em situações reais de tensão. Na Lição 5, eles já estarão utilizando o modelo de forma completa pra definir, analisar, atuar e avaliar as estratégias para lidar com a pressão dos colegas. Nas lições 6 a 9, os alunos vão refletir e expandir suas habilidades de tomada de decisão. Todas as habilidades são revisadas na Lição 10 (BRASIL, 2015, p. 5-6).

Identificado como um ponto chave marcante deste currículo, destaca-se o novo papel que passou a ser incorporado à prática do instrutor em suas intervenções em sala de aula. O instrutor passou a desempenhar suas funções como um “facilitador”. Sob a lógica de facilitação, ou seja, de provocador de discussões e debate entre os participantes do programa, esse novo papel traz como diferencial a “construção coletiva do conhecimento”, um “mediador” da aprendizagem.

A noção de facilitação pode ser claramente identificada na metodologia proposta pelo PROERD, principalmente quando o instrutor atua na mediação das discussões entre os grupos cooperativos. Ele deve exercer essa função de modo a corrigir equívocos com novos questionamentos aos alunos, incentivando que eles, em interação com seus pares, encontram a solução. Neste sentido, o manual de facilitação prevê que:

Cabe ao Instrutor instigar, estimular os alunos para construírem juntos um novo conhecimento, valorizando e colocando em primeiro plano as discussões dos alunos nas atividades realizadas nas equipes. [...] O currículo atualizado do programa possui como material didático-pedagógico este “Manual de Facilitação para o Instrutor PROERD”. Nele o instrutor encontrará ferramentas para desenvolver suas lições de maneira atrativa e significativa para os alunos., como orientações, exemplos de atividades e metodologias de trabalho em grupos que o Instrutor deve utilizar para desenvolver habilidades de facilitação e desempenhar um novo papel (RIO DE JANEIRO, 2004, p. 5).

Entende-se, contudo, que atrelado ao papel de facilitador, o instrutor assumiria a função de ajudar o “grupo a alcançar um determinado propósito, tal como aprender um conceito ou um objetivo, demonstrando habilidade, avaliando necessidades, examinando questões, fazendo planos ou chegando a decisões”.⁷⁷ Destacando que a tarefa do facilitador seria de “extrair dos membros do grupo o fundamental da aula” e que facilitar significaria “tornar menos difícil”.⁷⁸

O Manual do Facilitador assinala que o policial militar instrutor só irá desempenhar uma boa facilitação se ele desenvolver “a capacidade de escutar a si próprio e, ao mesmo tempo, escutar quando a palavra é dada aos outros”.⁷⁹ Penso que seja uma tarefa difícil para qualquer cidadão em um Estado Democrático de Direito, até mesmo entre políticos. Desta forma, há o entendimento de que:

O facilitador deve estar disposto a abrir mão de um pouco de seu poder, a confiar no processo e a ter certeza no fato de que os participantes podem dar continuidade ao trabalho com sucesso sem terem que ser gerenciados a cada passo. O facilitador eficiente usa as habilidades que forem necessárias para ajudar o grupo a alcançar o objetivo da aula. O objetivo é claramente exposto no início e se torna a força motriz da aula (RIO DE JANEIRO, 2004, p. 8).

Cada lição deveria utilizar uma atividade para os estudantes realizarem em casa, chamada de “Conversa em Família”. Com ela, esperava-se que eles interagissem com seus pais e responsáveis com o propósito de buscarem as respostas por meio do diálogo entre eles. Neste caso, minhas observações empíricas indicaram que tal atividade não surtiu efeitos práticos nas aplicações deste novo currículo. Uma das supostas causas seria que tal folha de atividade não tinha obrigatoriedade de retorno, até porque não seria possível encontrar mais tempo em sala de sala, já que não seria corrigida pelo instrutor e tampouco seria mais uma atribuição dos respectivos docentes.

Em uma sociedade capitalista contemporânea como a nossa, é comum que alguns estudantes não tenham tempo para interagirem com seus pais, muitas vezes esgotados de uma rotina de exploração correspondente a busca incessante de acumular bens. Talvez por este motivo a questão do uso abusivo de drogas não seja

⁷⁷ RIO DE JANEIRO, 2008, P 7.

⁷⁸ Ibid.

⁷⁹ Idem

apenas relacionada às classes mais pobres, muito embora sejam elas as classes que tenham o foco prioritário nas ações de prevenção.

O manual de lições suplementares prevê que as atividades de conversa em família tenham o “objetivo de promover o envolvimento dos adultos na atividade do programa, e para que eles também ajudem suas crianças a resistirem ao apelo das drogas”.⁸⁰ De modo que as tarefas apresentadas, que deverão ser feitas em casa, potencializam as lições, uma vez que incentivam os alunos a ensinar às famílias aquilo que aprendem. Cada atividade de conversa em família complementa os objetivos das lições de acordo com a tabela relacionada abaixo:

Tabela 02 – Tabela demonstrativa dos conteúdos da “Conversa em Família”

Conversa em Família	Temas das Conversas	Número de Lição
1	Introdução e MTDP	1
2	Drogas, responsabilidade, riscos e consequências	3
3	Pressão dos colegas	4
4	Comunicação confiante e não verbal	7
5	<i>Bullying</i> , ajudar os outros, bom cidadão	10

Fonte: BRASIL, 2013, p. 25

Para as atividades acima, não haveria a obrigatoriedade de recolhê-las dos estudantes. Mesmo assim, os policiais militares instrutores e até mesmo as escolas poderiam adotar maneiras diferentes para trabalhá-las em outras disciplinas e nas reuniões com os responsáveis, já que serviria como um importante demonstrativo do andamento do programa.

⁸⁰ BRASIL, 2013, p. 24-25

2.6.2 “Caindo na Real” para o 7º ano do Ensino Fundamental (2015)

O currículo do 7º ano se constitui em dez lições direcionadas aos estudantes do ensino fundamental, baseado em vídeos organizados de modo seqüencial: um de introdução e os demais exemplificando as habilidades de resistência às drogas. No primeiro encontro, os estudantes são motivados a identificarem as estratégias do “Caindo na Real”, em que a palavra real se constitui como base de todo o programa dando ênfase no acróstico ou acrônimo “REAL”, construído através das palavras: recusar, explicar, abster-se e livrar-se.

Espera-se que as habilidades do currículo sejam ensinadas com o propósito de proporcionar ao jovem a melhor capacidade de lidar com sucesso, bem como com as experiências negativas as quais se depararão ao longo de suas vidas. Sendo assim, não se trata apenas de um programa de prevenção, porque pretende transmitir uma visão de mundo e reforça a ideia de uma juventude empreendedora e protagonista. Ressalta que muitos jovens desconhecem o poder de suas próprias palavras e ações, já que ainda não compreendem que suas escolhas assumidas interferem nas suas vidas. Ao auxiliar na conscientização dos estudantes sobre os riscos, ensinando-os como tomarem decisões efetivas, esta proposta pretende capacitá-los para que sejam proativos ao responderem às investidas da oferta de drogas, situações que, de outra forma, poderiam ser mais difíceis para eles.

Cada lição do currículo “Caindo na Real” é mediada de forma individual, para que os estudantes possam explorar as mais diversas formas de uma estratégia em particular. Após cada vídeo, são lançadas questões para oportunizar uma discussão orientada. Com isso, os jovens têm a oportunidade de aprender como e quando utilizar as estratégias “recusar”, “explicar”, “abster-se” e “livrar-se”. Cabe destacar que este currículo é adaptável de acordo com o contexto sociocultural de cada localidade, há vídeos com histórias verídicas em três âmbitos (urbano, suburbano e rural), cabendo ao policial optar junto à escola pelo melhor vídeo.

O instrutor deve ser um bom ouvinte e facilitador de discussões que chamem a atenção dos jovens, a fim de estimular ativamente suas reflexões. Espera-se que, ao final do curso, eles sejam capazes de buscar formas de solucionarem seus próprios problemas através do posicionamento baseado no aprendizado e na troca de informação com os seus amigos durante as lições do “Real”, garantindo a efetiva parceria da escola com a PMERJ.

A despeito do currículo para o 7º ano não ser o foco de atuação do programa, a maioria dos instrutores do PROERD fluminense foram habilitados para desempenhá-lo em sala de aula. Apenas o município do Rio de Janeiro, desde o segundo semestre de 2017, vem disponibilizando um espaço em sua grade curricular para o atendimento aos estudantes com o PROERD “Caindo na REAL”, que só ocorreu após a visita do então secretário municipal de Educação, César Benjamin, ao Centro de Capacitação durante um curso de formação de instrutores. Tal visita também contou com as presenças de todos os onze Coordenadores Regionais, que em reunião demonstraram simpatia à proposta desta nova modalidade de atendimento.

No entanto, desde os primeiros contatos junto às escolas com este atendimento, ocorreram alguns entraves que dificultam a atuação dos instrutores nas escolas. Um dos problemas é a disponibilidade dos horários, visto que o PROERD iria ocupar um tempo semanal de uma disciplina regular e caberia a alguém fazer a escolha da disciplina que ficaria com um o prejuízo semanal. Também foi observada outra questão que diz respeito à receptividade dos docentes. Falando como instrutor atuante nesse currículo, identifiquei certa resistência por parte de muitos professores. Diferentemente dos professores do primeiro segmento do ensino fundamental, os docentes do segundo segmento, no geral, não estavam acostumados com a presença dos policiais em seu ambiente de trabalho e esta questão, no entanto, carece de estudos precisos para podermos melhor compreendê-la.

2.6.3. O PROERD e as UPP's: reinvenção de experiências do passado?

Desde o primeiro mandato de Leonel Brizola como Governador, em 1983, podemos identificar algumas tentativas de se romper a lógica repressiva, uma das marcas oriundas da ditadura, seja pela introdução de questões como direitos humanos ou pela oposição à violência policial. Neste sentido, destaca-se a implantação da Polícia Comunitária com a finalidade de promover uma possível aproximação da polícia com o público, buscando viabilizar um canal de comunicação junto às demandas da própria população.

Nesse momento, ainda de forma experimental, criava-se o CIPOC (Centro Integrado de Policiamento Comunitário) como um projeto piloto que operou na Cidade de Deus. Mais adiante, já no seu segundo mandato em 1990, foi criado o GAPE

(Grupamento de Aplicação Prático Escolar), também com a ideia de policiamento comunitário com o enfoque do serviço voltado para o atendimento à população.

Em 2000, na gestão do Governador Anthony Garotinho, foi criado o GPAE (Grupo de Policiamento para Áreas Especiais), com a proposta de oferecer uma unidade de polícia especializada para a atuação em favelas com alto índice de criminalidade violenta, denominadas Áreas Especiais (Aes). Com a proposta de atuação calcada em elementos de colaboração junto à população local, marca característica da polícia comunitária, a polícia deveria direcionar suas ações para a defesa dos cidadãos.

Diante do exposto, podemos identificar que desde a redemocratização as políticas de segurança pública foram marcadas por discontinuidades. Passado alguns anos, surge um cenário político que reproduzia o discurso que legitimava os investimentos, tendo em vista a chegada de “grandes eventos”.

Em janeiro de 2009 foi criada a UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) em localidades entendidas como “comunidades carentes”. Contudo, esta pesquisa não buscou responder as questões relacionadas ao advento das UPP's. Entendo que seja conveniente frisar que tal transformação no campo de atuação policial em favelas necessitava de um enfoque maior para a formação dos próprios agentes. Sabe-se, porém, que são questões complexas a serem abordadas nesta pesquisa de forma mais aprofundada, porque acarretaria em mudanças no próprio tema. A relação do PROERD, neste contexto, se deu pela necessidade da PMERJ em encontrar uma estratégia de aproximação e, indubitavelmente, acessar as comunidades escolares como um caminho promissor.

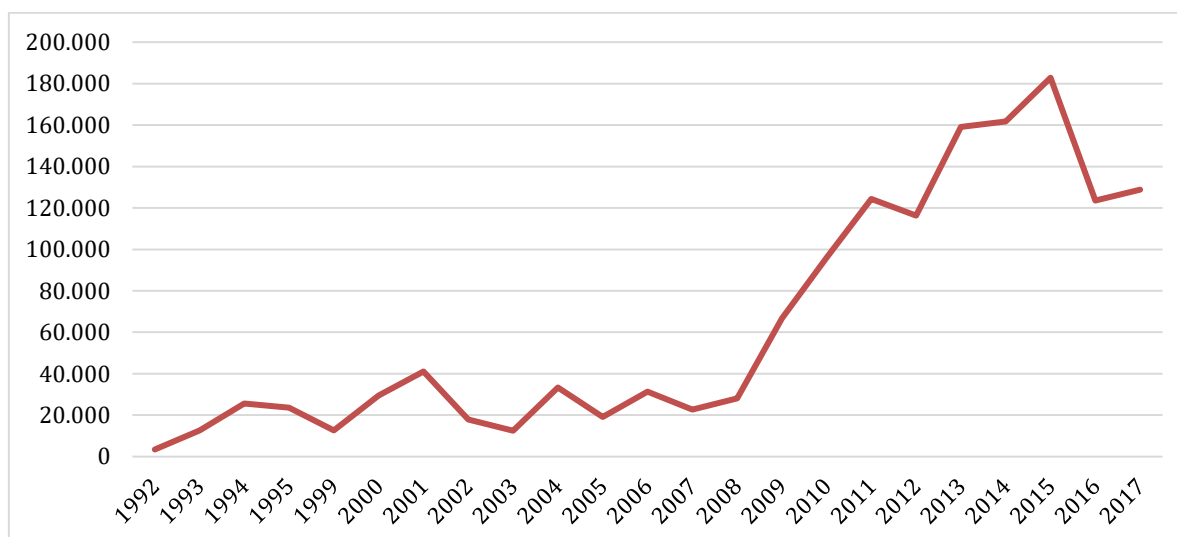
Com o avanço na implementação das UPP's, houve um aumento expressivo no quantitativo de instrutores, ampliando o campo da atuação do instrutor do PROERD em escolas localizadas em favelas cariocas. Outra importante característica das UPP's, principalmente no período que antecedia os grandes eventos, foram as iniciativas que buscaram parcerias. Entre elas, poderia citar a firmada junto ao SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Conforme consta em artigo que se intitula “Comunidades pacificadas viram celeiros de pequenos negócios”, foram desenvolvidas ações voltadas especialmente para fomentar a economia das favelas pacificadas ou até mesmo em processo de pacificação, como Rocinha, Cidade de Deus e Complexo do Alemão. Por meio dessas capacitações, buscava-se a promoção de conhecimentos e técnicas que iriam além da área de

atuação dos pequenos negócios.

Contudo, convém assinalar nesta pesquisa que não existem estudos contundentes e atuais referentes ao programa que atestem sua efetividade, muito embora seja possível encontrar expressivos trabalhos em outros Estados. É o caso das dissertações e trabalhos de pesquisa que se propuseram a dar conta de tal questão com as devidas delimitações que não são suficientes para uma resposta ampla a nível nacional. Porém, guardadas as devidas limitações em atestar o possível “sucesso” do programa, podemos identificar pelo viés da análise quantitativa os indicativos de resultados palpáveis e significativos de maior amplitude de atendimento, bem como maior abrangência na atuação em áreas ocupadas por UPP’s.

Sendo assim, reforço aqui que os dados quantitativos não definem o sucesso do trabalho de prevenção. Para tal afirmação seria necessário uma pesquisa robusta de acompanhamento em longo prazo e metodologia apropriada. Contudo, cabe demonstrar no gráfico a seguir o avanço no quantitativo de estudantes após o ano de 2009.

Gráfico 1 - Quantitativo de estudantes que participaram do PROERD no Estado do Rio de Janeiro entre 1992 e 2017



FONTE: Arquivo institucional do PROERD.

Desde o início do processo de “pacificação” das comunidades, observou-se um aumento gradativo das escolas atendidas pelo programa em áreas antes consideradas inadequadas ao trabalho do instrutor. Isso porque o caráter preventivo se igualou ao repressivo, fazendo com que o instrutor buscasse a maior ênfase da

mediação comunitária, bem como a aproximação dos componentes da comunidade escolar sem a ostentação do poder bélico. O que não quer dizer que estivessem literalmente desprovidos de armas de fogo, mas, segundo as normas internas que regulam a atuação dos instrutores, no ambiente educacional as armas devem ser portadas sem exposição ao público, visto que não condiz com a filosofia do programa estabelecer relações de poder impositivo ou autoritário apenas pela ostentação da arma.

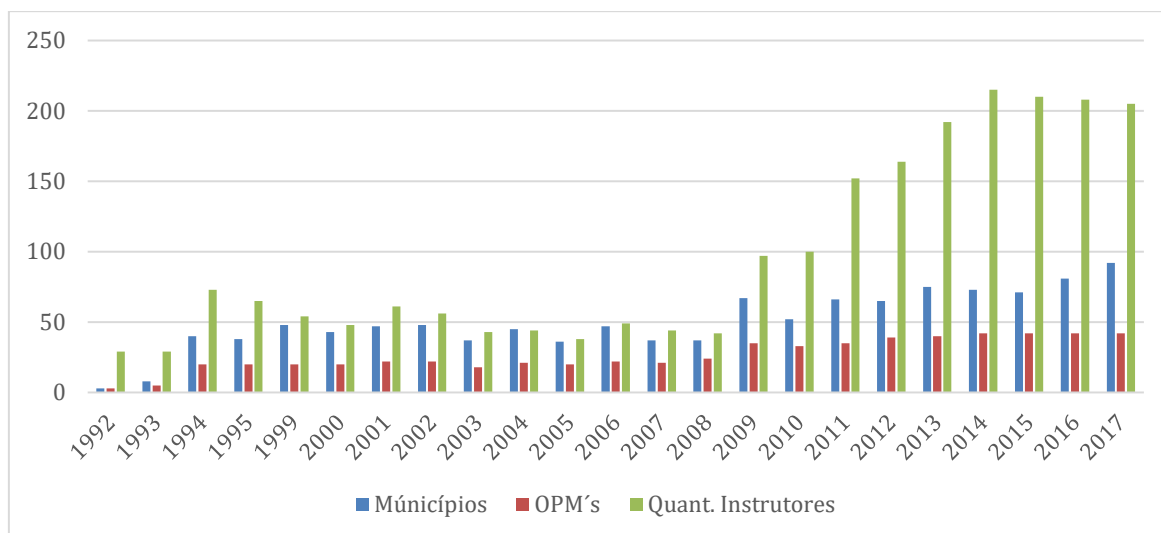
É bem verdade que a política de “pacificação” adotada pelo Governo fluminense da época vem sendo alvo de profundas críticas formuladas por pesquisadores no campo da Segurança Pública. Entretanto, como um pesquisador eu entendo que seja necessário um diálogo calcado sob os princípios éticos científicos, visto que em um estado democrático as relações entre os atores são permeadas de desacordos e conflitos de opiniões em função das preferências e das expectativas de resultados (vantagens e desvantagens) de cada grupo dentro desta arena política.

Consta em manual que o PROERD utiliza planos de estudos organizados metodologicamente baseado em “evidências científicas”, desenvolvido e aplicado pelas polícias militares para oferecer estratégias de prevenção ao consumo e abuso de drogas e de fortalecimentos das relações sociais. Este programa é desenvolvido de maneira complementar ao projeto político pedagógico de cada unidade escolar, principalmente em áreas de UPPs. É concebido como um tema transversal, conforme o disposto na Lei 9.394, que versa sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), aprovada pelo Congresso em fins de 1996.

No gráfico abaixo podemos perceber a ampliação do atendimento para os noventa e dois municípios do Rio de Janeiro, com aproximadamente duzentos instrutores espalhados pelas Unidades Operacionais. Outro ponto notável neste gráfico é que desde 2009 há um relevante aumento de instrutores que alcançou a totalidade dos batalhões e algumas UPP's. Vale lembrar que naquele ano ocorreu um alinhamento entre as esferas de Governo Federal, Estadual e Municipal, visando, sobretudo, garantir a realização dos grandes eventos que estavam prestes a ocorrerem. Assim, as questões de segurança pública passaram a ocupar ainda mais as narrativas veiculadas pela mídia, que reforçavam as estratégias no controle da criminalidade e induziam um pretenso entendimento acerca dos “legados” à sociedade.

Neste contexto, não poderia deixar de citar uma declaração do então Secretário de Segurança Pública, José Mariano Benincá Beltrame, que durante o evento do VII Curso de Formação de Instrutores enfatizou que, inegavelmente, existia a “tropa de elite”, mas os instrutores do PROERD seriam a “tropa da esperança”.

Gráfico 2 - Quantitativo de municípios, Batalhões e instrutores



Fonte: Arquivo Institucional do PROERD.

A concepção da juventude pelo olhar do instrutor do PROERD não faz referência aos modelos preconcebidos pelo senso comum, que enfatizam a ideia de jovem problemático ou futuro criminoso. Ao contrário, a figura que antes era atrelada à criminalidade, com o PROERD, passa a ser um fundamental colaborador nas ações de segurança pública. Para tanto, faz-se necessário que o policial militar mobilize a comunidade escolar para resolver tais problemas, agindo de forma preventiva aos atos infracionais cometidos pelos jovens por meio da confiança dos adolescentes que estão acostumados com a figura do policial mais próximo da sua realidade, como uma pessoa a quem pode pedir ajuda. Em suma, possibilitando ao policial a oportunidade de influenciar de forma positiva na vida de muitos jovens desta localidade.

2.6.4 “Caindo na Real” para as séries iniciais do Ensino Fundamental

O manual do currículo das séries iniciais destaca como objetivo principal instrumentalizar os policiais militares instrutores, de modo que sejam capazes de desenvolverem estratégias “que promovam à participação ativa dos estudantes no

processo de ensino-aprendizagem”. Traz a noção de aprendizagem ativa que está dividida sob os seguintes aspectos: escuta ativa, perguntas de facilitação, trabalho em equipe, gerenciamento de classe e reflexão.

Assim, buscava-se a integração de entidades educacionais, famílias e comunidades por meio de um programa educacional criado nas salas com o objetivo de desenvolver habilidades para a saúde e segurança pessoal das crianças. Como nas modalidades anteriores, as lições são ministradas pelo Policial Militar devidamente capacitado por um Centro de Capacitação PROERD para ser empenhado na educação infantil ao Ensino Fundamental.

Proteger crianças contra diversos perigos é de fundamental importância, estudos indicam o aumento do número de crianças vítimas de assalto, abuso ou outras formas de violência. Em muitos casos, o agressor é conhecido da criança ou da família. É imprescindível educar as crianças sobre o modo como molestadores em potencial podem tentar seduzi-las, e o que elas podem dizer e fazer em situações perigosas. Ajudar as crianças a evitar situações e decisões arriscadas seria igualmente importante. Espera-se que com esse esclarecimento, os jovens apreendam também estratégias de resistência e capacidade de reação.

A idéia é ser uma fonte de conteúdo com as orientações adequadas para auxiliar os instrutores PROERD na educação das crianças, ajudando-as a se sentirem seguras, mantendo-as distantes das drogas e da violência e ajudando-as a reconhecer e evitar as situações que possam comprometer sua segurança e saúde. É composto por lições com atividades orientadas, projetadas para a Educação Infantil e 1º, 2º, 3º e 4º anos do Ensino Fundamental, com o objetivo de levar o aluno à participação e interatividade nas discussões e no desenvolvimento de habilidades que os conduza a solução dos problemas e dificuldade.

O conteúdo deste material resgata traços característicos do currículo anterior, tal fato pode ser observado na organização do seu conteúdo dividido em duas seções: seção I - contendo oito lições para a Educação Infantil e os 1º e 2º anos do Ensino Fundamental e a seção II, contendo quatro lições para o 3º e 4º anos do Ensino Fundamental. Para a seção I, na impossibilidade de ministrar todas as lições previstas para o semestre, buscou-se a alternativa de se adequar às necessidades reais da escola, desde que elas sejam construídas em conjunto com a coordenação pedagógica e direção da escola. Só assim poderiam definir quais lições mais pertinentes seriam ministradas àquela comunidade escolar. As decisões acerca das

frequências e permanência dos instrutores deveriam ser ancoradas respeitando o nível de desenvolvimento e necessidades pessoais das crianças, bem como do ambiente escolar.

Preferencialmente, as lições devem ser ministradas uma vez por semana em cada turma atendida das séries iniciais. A Coordenação Técnica do PROERD, para adequar o seu cronograma ao semestre letivo, estabeleceu que este currículo seria dividido em dois ciclos (etapas de atendimento) completos por semestre, assim permaneceria ativo concomitantemente ao currículo do 5º ano (foco principal para o atendimento do programa).

O álbum de cartazes: “Protegendo Nossas Crianças – ajudando a mantê-las seguras e saudáveis”, foi composto por oito cartazes coloridos que buscam falar sobre um tema de segurança pessoal para crianças. Consta que este material fora desenvolvido pelo Dare América e adaptado para a realidade brasileira pelo Centro de Capacitação PROERD da PMSC e da PMESP. Sendo assim, o primeiro bloco fora pensado para ser desde a Educação Infantil até o 2º ano do Ensino Fundamental, com a finalidade de auxiliar pais, professores e equipes escolares em seus esforços conjuntos para educar as crianças e práticas de segurança pessoal, na ida ou na volta à escola, durante o dia de aula, em outros locais públicos e mesmo em casa, principalmente quando os pais ou responsáveis estão ausentes.

O manual assinala que os oito cartazes devem abranger uma gama de experiências comuns que as crianças possivelmente poderiam encontrar em casa, na escola e na comunidade. O enunciado de cada cartaz descreve uma situação específica, pela qual se pretende oferecer oportunidades para as crianças:

- Identificarem ou confirmarem práticas adequadas a serem adotadas para sua segurança pessoal;
- Sugerirem motivos para seguirem determinadas regras e instruções nas situações dadas;
- Aprenderem o que deveriam dizer ou fazer em algumas situações;
- Reconhecerem, evitarem, resistirem e relatarem sobre situações que possam lhes causar danos (RIO DE JANEIRO, 2014, p. 4).

Nota-se que as temáticas apresentadas pretendem estabelecer um processo de aprendizagem, de modo que o policial militar instrutor acaba ocupando um papel além do que ele desempenha na sociedade. Com tais intervenções, espera-se que as crianças sejam “capazes de evitar situações arriscadas e a manter-se seguros como pedestres, passageiros, ciclistas, ou principalmente de como se divertirem de forma

segura”.⁸¹ Também há a pretensão de que os estudantes aprendam procedimentos a serem adotados em “situações de emergência ou quando ocorrerem eventos inesperados”. Segundo o próprio manual, espera-se que eles recebam “as primeiras noções de habilidades vitais essenciais, como dizer não e pedir ajuda”:

As lições previstas na seção I para o 1º e 2º anos do Ensino Fundamental tem por objetivo revisar os conceitos de segurança pessoal, estando previsto até a inclusão de situações que envolvem a necessidade das crianças reconhecerem drogas e violência e apresentarem escolhas e comportamentos adequados diante delas. Informações sobre os danos causados pelo mau uso ou abuso de drogas expressar sentimentos de maneiras não-saudáveis são combinadas com aulas sobre estratégias de habilidades vitais, como dizer não, controlar a raiva e outras emoções intensas e resolução pacífica de conflitos (RIO DE JANEIRO, 2016, p. 4-5).

Constam que estas lições foram estruturadas para as turmas do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, com idade em torno de seis e sete anos. As aulas devem ocupar até 45 minutos do horário regular durante oito encontros. Os cartazes foram desenvolvidos da mesma forma que o anterior, salvo algumas pequenas atualizações que possam ser ilustradas e que enfoquem um tema específico. Cabe ressaltar que, assim como no currículo anterior, todos os cartazes dispõem de um plano de lição impresso no verso para orientarem os policiais militares instrutores sobre a sua devida utilização. “Embora o plano de aplicação sugerido constitua uma utilização eficaz das ilustrações, os próprios alunos podem propor uma variedade de abordagens instrutivas”.⁸²

Já as lições estruturadas para a seção II, correspondentes ao 3º e 4º ano do Ensino Fundamental, são previstas em número de quatro e devem ser demonstradas sequencialmente. “Tem por objetivo tratar de temas relativos à segurança pessoal, prevenção às drogas, a solução de conflitos e prevenção à violência”.⁸³ O propósito descrito nos documentos oficiais busca reforçar a ideia de que os estudantes devem evitar “expressar sentimentos de maneira não-saudáveis”, assim as atividades são “combinadas com aulas sobre estratégias de habilidades vitais, como dizer não e controlar a raiva”.⁸⁴

⁸¹ Idem

⁸² Ibid. p. 5

⁸³ Ibid. p. 6

⁸⁴ Idem

Uma das características mais marcante nas lições da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental é a necessidade fundamental de utilização do lúdico como apoio dos materiais. Os estudantes atendidos estão na faixa etária de oito a nove anos e as aulas também ocupam no máximo 45 minutos. Seguem abaixo os títulos das lições:

- Lição 1: Leis e regras para ficar seguro;
- Lição 2: Como ser um bom cidadão;
- Lição 3: Drogas podem ajudar ou prejudicar;
- Lição 4: Resolvendo conflitos sem violência (RIO DE JANEIRO, 2014, p. 6).

Enfim, com o término da descrição deste currículo, finalizo a etapa em que me propus a apresentar todos os currículos utilizados pelo PROERD no Rio de Janeiro. E a marca principal que se mostrou latente nos discursos oficiais preconizados nos materiais coletados demonstra que se pretende concentrar ações no desenvolvimento de competências sociais, tais como: habilidades de comunicação, autoestima, empatia, tomadas de decisões, resolução de conflitos, objetivos de vida, protagonismo infantojuvenil, alternativas positivas frente ao consumo de drogas e a melhoria da qualidade de vida.

Neste contexto, o policial militar instrutor passa a ser habilitado e/ou capacitado para atuar no âmbito escolar com o propósito de estabelecer o oferecimento de estratégias educacionais preventivas, objetivando minimizar os fatores de risco e, por outro lado, fortalecer os fatores de proteção. Desta forma, espera-se que o jovem possa criar vínculo afetivo com o policial instrutor, já que este agente público representa um dos atores sociais que compõem sua rede de proteção. Todos com o objetivo de contribuir de alguma forma na preservação da sua integridade, mantendo este jovem distante do perigo do uso abusivo de álcool e outras drogas.

Cabe aqui, mais uma vez, reforçar que o objeto que compôs este estudo está muito próximo de mim, tanto que às vezes percebo que minha familiaridade, bem como minha relação de afeto, acabaram me tornando cego em relação as questões mais relevantes que emergiram na pesquisa. Daí tudo que pensava e acreditava ser a representação do objeto foi se desconstruindo à medida que o levantamento bibliográfico foi demonstrando que existem pontos a serem problematizados, e que seria importante dialogar com as principais críticas que estão sendo produzidas na contemporaneidade. Tais pontos estarão dispostos no tópico seguinte. Nele também

serão apresentadas as informações atuais, bem como os dados quantitativos referentes aos atendimentos escolares.

2.6.5 Quadro atual, análise e algumas críticas

Atualmente, o PROERD Rio de Janeiro está sob o comando do Ten Cel Carlos Eduardo de Almeida Pimenta, que está à frente da Coordenação Estadual desde 03 de fevereiro de 2017, quando assumiu a função ocupada anteriormente pelo então Maj Christopher Bezerra Leite. O atual subcomandante do PROERD é o Maj Romeu e na Coordenação Técnica quem está à frente é o Maj Antônio Luiz Pereira Lima, juntamente do Cap Fernando Quelho.

Uma análise à luz das teorias de currículo nos leva a identificar que as mudanças nos currículos do PROERD pouco alteraram a sua notória perspectiva instrumental que “se expressa predominantemente nos teóricos da eficiência social” e um “currículo centrado nos objetivos” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 73-74).

Nota-se uma perspectiva ancorada no pensamento de Tyler, de modo que:

O conhecimento relevante a ser ensinado na escola deve ser o conhecimento capaz de se traduzir em competências, habilidades, conceitos e desempenhos possíveis a serem transferidos e aplicados em contextos sociais e econômicos fora da escola. Essa aplicação é entendida como desejável, na medida que atende aos fins sociais garantidores da manutenção adequada e do incremento das diferentes funções do sistema vigente (LOPES; MACEDO, 2011, p. 74).

Neste sentido, ao analisarmos as diferentes abordagens curriculares do PROERD fluminense desde 1992, podemos constatar a permanência dos traços marcados pela influência estadunidense, calcada em uma proposta abstencionista. Nota-se que, no geral, a despeito das alterações nos respectivos conteúdos, ocorreram poucas mudanças no que concerne à perspectiva curricular fundada na racionalidade tyleriana (eficientista). Contudo, convém ressaltar que se trata de uma tradição presente até os tempos atuais e que pode ser facilmente identificada em documentos que versam sobre políticas curriculares no Brasil.

Destaca-se, porém, que a grande mudança na abordagem curricular só veio a ocorrer com a implementação do currículo “Caindo na REAL”, que, de certa forma, acrescentou a abordagem socioemocional como possibilidade de atender aos questionamentos que assentavam seus argumentos na crítica à abordagem excessivamente comportamental sob a perspectiva tecnicista.

No entanto, ao tentar seguir à risca o percurso teórico que me propus neste capítulo, acabei me deparando com questões que não estavam presentes em minhas indagações preliminares. Por isso, optei por descartar alguns pontos que também despertaram o meu interesse e que certamente serão explorados em trabalhos futuros. Entre eles, assinalo o processo de formação do instrutor, um tema que exigiria ao máximo minha capacidade de “estranhar” o familiar e, talvez, o fato de não ter sido revelado o “ritual” presente no contexto de formação seja o indicativo de uma possível falha ao tentar me despojar do “papel” do instrutor que assume o papel do pesquisador.

O debate sobre o consumo de drogas é polêmico e os conflitos vão além dos estudos científicos. Ocupando espaços públicos com uma carga ideológica excessiva, o que passa a ser ainda mais preocupante é identificar nesses discursos a negação da ciência, calcado em um obscurantismo medieval para tratar de um tema de extrema complexidade. Nota-se, porém, que no momento atual a questão das drogas em sociedade vem sendo encarada sob parâmetros religiosos de tratamento, com o direcionamento de recursos públicos para comunidades terapêuticas.

A escola, por sua vez, sob o ponto de vista liberal republicano, surge como um meio de se estabelecer controle e socialização. Percebe-se que ao se pensar a escola com esses propósitos, ela acaba sendo utilizada para “naturalizar desigualdades”, que em outras palavras seria a demarcação de lugares na sociedade. Assim, alguns grupos, em especial os jovens periféricos, acabam sendo o foco principal das ações moralizantes.

É neste sentido que Silva e Cunha (2019) fazem uma abordagem crítica atual acerca de alguns conteúdos trabalhados em programas existentes no Brasil. Os autores definem o PROERD como um exemplo de programa que reproduz “concepções discriminatórias” que limitam saberes na construção de um conhecimento. Pelo enfoque voltado para os materiais didáticos e paradidáticos, identificam a existência de uma “disputa estratégica de abordagem às drogas” mais adequada à instituição escolar. Apesar de ressaltarem que se trata de um programa educacional que possui uma “ampla aceitação das escolas”. Os autores destacam que pensar uma abordagem adequada entre jovens acaba sendo um elemento chave para a compreensão da função democrática da escola, muito embora, analisem que:

as últimas décadas vivenciaram, no que diz respeito à abordagem sobre drogas no espaço escolar, uma disputa entre propostas políticas distintas, que a onda conservadora que varre a sociedade, atrelada à política austera

de congelamento dos gastos públicos, deu vantagem à proposta do PROERD, que [...] fere fundamentos importantes dos educadores no processo educativo e quanto à defesa do princípio dialógico e problematizador das questões sobre drogas (SILVA; CUNHA, 2019, p. 163).

Outra pesquisa recente buscou compreender qual seria o propósito do PROERD a nível nacional, indicando que há uma elevada aceitação do programa entre a comunidade escolar e as famílias. Outro ponto importante assinalado pelos pesquisadores é que entre os policiais militares instrutores há uma elevada satisfação em relação à tarefa que desempenham. Apesar de ser “pouco comum o público em geral avaliar tão bem a polícia militar” (PINC; PRÖGLHÖF; BECSI, 2017, p. 182).

Existe a hipótese de que o PROERD atenderia aos interesses dos atores envolvidos (membros da escola, família e polícia militar), mesmo não sendo um interesse alinhado aos propósitos da política. Além do mais, para os pesquisadores, há uma “ausência de avaliações de impacto que medem o sucesso/fracasso do programa na prevenção ao uso de drogas”, fator que dificultaria a construção argumentativa de que o principal público-alvo (os estudantes) está sendo efetivamente beneficiado (Idem, p. 183).

Não obstante:

O PROERD atende ao interesse de pais e responsáveis como um apoio no desenvolvimento da criança e do adolescente para evitar o uso de drogas [...]. Ficou claro no discurso de alguns gestores e professores que a presença do policial professor na escola contribui não apenas para a segurança da comunidade escolar, mas também, para o equilíbrio das relações. Diante do policial professor os alunos tendem a se comportar de forma mais respeitosa e educada (Idem., p. 205-206).

À luz de uma perspectiva weberiana, tal pesquisa aponta que o PROERD seria uma política formulada por “burocratas”. Assim, “os policiais são burocratas implementadores de nível de rua” (PINC; PRÖGLHÖF; BECSI, 2017, p. 185).

Enfim, as críticas não se esgotam dentro de um debate acadêmico em que os argumentos são apresentados com legitimidade. Mesmo em um momento marcado pelo negacionismo que remonta o medievo, me esforcei para encontrar o sentido prático de uma das máximas reproduzidas na formação do PROERD que reforça a ideia de que as “críticas são para o crescimento”, repetidas como um mantra nos cursos do PROERD por todo o Brasil.

Finalizo este capítulo com a percepção de que o caráter repressivo supera o preventivo nas ações policiais rotineiras, provocando contradições cotidianas, motivo pelo qual o instrutor precisa ser instrumentalizado com habilidades sociais

necessárias para buscar a maior ênfase da mediação comunitária, bem como a aproximação dos componentes da comunidade escolar sem a ostentação do aspecto belicista inerente a sua função. Por conseguinte, no geral, a crença é no ideal da prevenção, do diálogo e na aproximação, valores cultivados pelo programa que talvez precisem ser reforçados em atividades de formação continuada.

3 ENTRE PORCOS, JACARÉS E LEÕES: NARRATIVAS DOS INSTRUTORES PIONEIROS

Não conheço quem defronte o feroz rinoceronte. Pois bem, se ele vê o leão, foge como um furacão (...) (Fagner e Vinícius de Moraes)

3.1 O primeiro contato com o Dare

Não é de hoje que a imagem do leão vem sendo associada a força necessária para superar adversidades cotidianas. Assim como retratado na canção, permanece em nosso imaginário a característica marcante do rei da selva, ainda que não seja uma representação nativa das florestas brasileiras, foi incorporada ao simbolismo presente no imaginário infantil. Importado do programa Dare, o leão “Daren” ou “Léo” (dependendo da região) foi introduzido ao conteúdo do PROERD como mascote, destacando sua força e imponência, associado também à coragem que possui para dominar seu território e, sobretudo, proteger sua prole dos inimigos. Contudo, convém ressaltar que antes do leão ser adotado como mascote do DARE, o animal utilizado era um urso pardo. No entanto, sem definir uma data específica, Perovano (2014)⁸⁵ assinala que fora realizada uma pesquisa pelo DARE e assim:

Foi escolhido o “Leão” como mascote do PROERD, por ser um animal forte, com presença, que tem coragem e domina seu território, além de proteger sua prole dos inimigos e a droga [...] uma pesquisa em todo o país para identificar qual seria o próximo porta-voz do DARE. [...] à procura de alguém (a figura de um mascote) que se posicionasse de maneira enérgica, corajosa, amável e que não tinha medo de tomar posição contra as drogas e a violência. [...] por ser considerado o mais apropriado para o trabalho.

Como já fora informado na metodologia, a coleta de dados qualitativos se sustenta em três entrevistas que compuseram as narrativas desta pesquisa. Alguns fatos foram se mostrando relevantes e, curiosamente, se conectaram a linha de pesquisa que versa sobre educação e periferias urbanas. Até o momento da entrevista, nunca estive em contato pessoal com a minha primeira colaboradora, Tânia Santos Loos, major PM da reserva remunerada, que foi coordenadora do PROERD e fez parte da primeira turma de instrutores formada em 1992. Esse encontro foi

⁸⁵PEROVANO, D. G. História do Leão Daren. Programa Educacional de Resistência às Drogas - GO, 2014. Disponível em: <http://www.PROERD.go.gov.br/post/ver/171461/historia-do-leao-daren>. Acesso em: 17 de nov. de 2020.

intermediado pela sargento PM Fernanda, que esteve presente durante toda a entrevista.

Ao chegar a sua residência, fui recebido com alegria e uma farta mesa de lanche. O fato de não ter trabalhado diretamente com ela facilitou o meu papel de pesquisador para ambos. Aos poucos, fui tentando encontrar uma forma de tornar o encontro mais objetivo aos propósitos da pesquisa.

Convém informar que esta minha colaboradora saiu do programa no ano anterior à minha entrada como instrutor, em fevereiro de 2009. Cabe também destacar que já tinha conhecimento (por instrutores que conviveram com ela) sobre sua personalidade forte e da peculiar espontaneidade em suas colocações. Inegavelmente, senti um grande temor até me sentir pronto para iniciar a entrevista. Após as primeiras explanações que são de praxe em uma entrevista narrativa, logo perguntei sobre o momento inicial vivenciado por ela no PROERD, de modo que ela pudesse resgatar a memória dos fatos que a levaram a ser instrutora.

Sempre acompanhada de um copo de Coca-Cola e outro de café, com um olhar atento, Loos buscou em sua lembrança que em 1992 foi convidada pelo então major Hélio a fazer parte de uma equipe que estaria recepcionando o programa Dare no Rio de Janeiro. Ela contou que só teve a oportunidade em função da sua formação inicial na área da saúde e, também, por ter trabalhado no tratamento de policiais militares dependentes químicos no antigo CRAC, que hoje é denominado RENASCER, com sua sede no HCPM, no bairro do Estácio.

Assim, como já trabalhava na área voltada aos dependentes químicos, o major Hélio a convidou a participar de uma equipe que recepcionaria o programa Dare América que veio ao Brasil através do sargento Stevie Kayser. Segundo Loos, foi realizada uma apresentação na Academia da Polícia Civil, no entanto, naquela oportunidade a Polícia Civil não esboçou qualquer interesse pelo programa. Porém, a audiência também contava com representantes da PMERJ. Eram dois oficiais da PM, entre eles o Major Abrantes, que assistiram e vislumbraram a possibilidade de que aquela experiência (apresentada pelos oficiais do Dare) pudesse ser adaptada às características da PMERJ.

Segundo ela, seria uma metodologia diferente de qualquer outra vivenciada na PMERJ, em que um policial militar fardado realizava suas ações preventivas em sala de aula, trabalhando com crianças e adolescentes com o propósito de torná-los resistentes ao uso abusivo de drogas. Ela afirma que ocorreu uma adequação entre

os anos 1991 e 1992, feita junto ao Consulado Americano por contato feito através da Sr.^a Riza, secretária estadual de educação, que acompanhou a tradução e a adaptação do programa à realidade do Brasil.

Inicialmente, o material do programa foi adaptado por um grupo de trabalho multidisciplinar composto por diferentes instituições, entre eles alguns profissionais da rede estadual, representados pelos professores Claudio e Maria Cecília. Cabe destacar que antes da existência do PROERD, a PMERJ contava com uma peça teatral, que tinha o propósito de sensibilizar as pessoas em relação ao abuso de drogas na sociedade. Já naquela época, o coronel Nazareth Cerqueira sabia da importância de se trabalhar a questão. Para Tânia Loos, ele foi um visionário porque sabia que estava gritante a necessidade de se fazer alguma coisa enquanto instituição, algo que fosse diferente da repressão que já ocupava bastante a relação entre a PMERJ e as periferias urbanas.

Assim, foi se constituindo um novo trabalho preventivo que agregou à filosofia da polícia comunitária a partir desse grupo de policiais militares que já apresentavam a peça teatral. Eles se uniram ao grupo de trabalho para a construção do material do PROERD. Isso só aconteceu com a devida parceria com a Secretaria Estadual de Educação, juntamente do Consulado Americano, na tradução e adaptação.

A narrativa da major Tânia Loos dá conta de que, naquele momento, para a vinda da equipe de policiais estadunidenses para o treinamento foram recrutados em torno de cinquenta policiais militares voluntários. Eles passaram por duas fases de formação: a primeira constituída pelas noções específicas elementares à prática docente, realizada com os profissionais da Secretaria de Educação; a segunda completando oitenta horas de formação com os oficiais da Polícia de Los Angeles, representantes do Dare América.

Para compor a narrativa dos fatos históricos, busquei um colaborador que pudesse contar a história sob outro ponto de vista. Agora, o primeiro contato com o Dare está descrito sob a narrativa do tenente PM Claudio Coutinho dos Santos, partícipe do primeiro Curso de Formação de Instrutores quando ainda era soldado, e desde então nunca deixou de lado a sua função em sala de aula. Hoje, ocupando o

cargo de chefe da P1⁸⁶ do CCPP (Centro de Capacitação e Programas de Prevenção), disponibilizou uma entrevista no âmbito da instituição em sua sala.

Diferentemente da major Tânia Loos, o tenente Coutinho (como é tratado no âmbito da instituição) ainda está na ativa, beirando os trinta e cinco anos de efetivo serviço. Além disso, é uma figura extremamente respeitada entre os instrutores do PROERD a nível nacional, principalmente por ser o autor da canção do PROERD e ter atuado como mentor/máster na formação de inúmeros policiais militares de diversos estados da federação.

Segundo o depoimento de (SANTOS, 2018), seu primeiro contato com o PROERD se deu em função de sua grande proximidade com a área da educação. Já no colégio em que concluiu o seu antigo primeiro e segundo grau (ensino fundamental e médio), logo que formalizou sua baixa do Exército, teve a oportunidade de trabalhar neste mesmo colégio da rede privada. Ele relatou que fora convidado pela direção da escola para trabalhar como professor substituto de música e também na coordenação da escola, função em que permaneceu até o seu ingresso na PMERJ.

Assim, o trabalho na área da educação era para ele bastante familiar até que em 1992 foi surpreendido no exercício de suas funções na caserna. Lotado no 5º BPM, sua unidade de origem, trabalhava na época na quarta sessão do batalhão – P4 –, onde recebeu uma visita do então capitão Hélio que chegou à unidade com o propósito de falar com os policiais (que estavam saindo do turno de serviço) sobre uma nova ferramenta que a PMERJ estaria pensando em adotar. E que, segundo suas palavras, era exatamente ter um grupo de policiais militares desenvolvendo um trabalho de prevenção às drogas e a violência nas escolas. Para meu depoente, era exatamente este trabalho, ainda disforme em termos concretos metodológicos e de atuação, que viria a se transformar no PROERD.

Santos (2018) relata que o então capitão Hélio havia explanado algo que não foi bem recebido pelos policiais militares que saíram de serviço do primeiro turno. Não obstante, talvez por conta do destino, ele resolveu dar uma parada de descanso para depois continuar sua explanação com o outro grupo que entraria de serviço, exatamente em sua sessão (P4). Assim que entrou, logo começou a comentar sobre

⁸⁶ P1 é a sessão similar ao Departamento Pessoal de uma organização civil. As polícias militares do Brasil, bem como a maioria das Guardas Municipais também adotam essa nomenclatura em suas estruturas de administração por influência das Forças Armadas.

o que vislumbrava. O fato é que em um quartel a comunicação entre as sessões não era tão simples, ainda mais em se tratando de um tema como aquele (prevenção às drogas), assunto de pouquíssimo interesse entre a tropa de policiais militares.

Por isso, o tenente Coutinho não fazia ideia do que estava acontecendo no pátio do quartel. Mas ao estar diante do capitão Hélio em sua sessão, logo se identificou com o que ele estava propondo de forma hercúlea na tentativa de conseguir voluntários para atuarem naquela proposta de prevenção. Entre todo o efetivo da unidade, apenas o então soldado Coutinho se interessou naquela modalidade de trabalho vista como inovadora, muito embora tudo que estava sendo apresentado se encontrasse com seus anseios, porque o âmbito escolar sempre foi aprazível para ele.

De imediato pediu-lhe mais explicações e em cada devolutiva dos questionamentos se sentia mais interessado no trabalho. Quando informou ao capitão que já tinha certa experiência na área, ele recebeu a seguinte instrução: “Olha! Os policiais estão passando por uma entrevista. E essa entrevista é com um assessor técnico do secretário de polícia militar”. Na época essa entrevista era feita com o então coronel Celso Guimarães. E em um tom de informalidade continuou: “Mas você não vai precisar fazer a entrevista, eu só quero que você vá até lá para fazer sua inscrição”. Em seguida, o capitão Hélio fez uma ligação para alguém do QG informando que a entrevista do soldado Coutinho já tinha sido realizada ali na sessão do 5º BPM, da forma mais espontânea possível e que, naturalmente, foi se transformando em uma troca amistosa de saberes entre eles.

Aquela proposta de trabalho era algo muito novo na PMERJ, mas quando Coutinho relatava suas experiências, o capitão Hélio expressava: “Poxa! Você já tem todo o perfil daquilo que nós queremos”. Foi então que compareceu ao QG, apenas para formalizar a inscrição sem sequer falar com o coronel Celso Guimarães, a quem viu apenas de longe. Seguindo as instruções do capitão Hélio para “procurar a pessoa e dizer que ela já está te esperando”. Foi só então, após concluir sua inscrição, que o soldado Coutinho conseguiu realizar a tarefa difícil de convencer mais três companheiros do mesmo batalhão para irem também àquela formação, dois que faziam parte da administração e outro que trabalhava no patrulhamento (serviço de rua).

Enfim, ambas as narrativas dos meus colaboradores depoentes buscaram retratar como se deu o primeiro contato com aquilo que depois viria a ser conhecido

com a denominação PROERD, sob o ponto de vista de diferentes posições acerca de um programa piloto de prevenção às drogas num momento em que estas ainda estavam atreladas à violência. Chancelado por um programa nos moldes da polícia estadunidense com a sigla DARE América, naquele momento era apenas um programa experimental a ser realizado de forma pioneira pela PMERJ, mas que estava prestes a se tornar PROERD.

3.2 A importância do coronel Nazareth Cerqueira para a criação do PROERD

Para Loos (2018), o papel do coronel Nazareth Cerqueira naquele momento foi fundamental porque, segundo a depoente, ele era um visionário. Já era do conhecimento dos setores de comando que a situação poderia ficar irreversível caso as instâncias governamentais não exercessem suas funções. Assim sendo, o coronel Cerqueira teria sido um visionário porque atuou como um futurista em um momento importante da política fluminense. Ela acredita que foi em função de suas ações que devemos atribuir os méritos da criação do PROERD.

Foi ele que teve a sacada e percebeu a necessidade e a extrema relevância do trabalho, porque já vinha sendo realizado o monitoramento do trabalho do teatro da corporação. Juntamente da linguagem da arte cênica, buscaríamos a interação com a sociedade. Com o advento do PROERD ele fortaleceu e concretizou suas intenções preventivas na PMERJ.

Santos (2018) assinalou que o coronel Nazareth Cerqueira estaria muito à frente do seu tempo, porque para ele seria inconcebível pensar em um ideal de polícia comunitária num momento daquele, em que a ditadura militar ainda era muito recente. Visto que as ideias de Nazareth Cerqueira se chocavam com muitas barreiras na própria instituição, era impensável você tentar projetar uma filosofia de polícia em que fosse possível dar ouvidos ao cidadão, cliente principal do seu serviço. Afinal de contas, quem é que entende de segurança pública? Obviamente, no senso comum é o próprio policial militar.

Ficou claro no relato do tenente Coutinho que no imaginário de muitos policiais, se alguém tivesse que tomar as decisões e pensar de que forma a segurança pública deveria ser executada, esse alguém seria o próprio policial militar. Assim pensavam a maioria dos seus agentes, essa era a filosofia que prevalecia no Brasil em termos de polícia militar na época do coronel Cerqueira.

Para Coutinho, propor um pensamento na tentativa de aproximar a polícia daquele que receberia os serviços da segurança pública, ouvindo esse tomador do serviço, seria pensar em construir uma nova atividade para a polícia, a partir daquilo que eles (os cidadãos) também apontam como sendo o mais importante pra eles. Mas, para isso efetivamente acontecer, o coronel Cerqueira teve que vencer muitas barreiras em sua própria instituição.

Já que o próprio depoente trouxe à tona a existência de barreiras institucionais, o próprio tenente Coutinho tentou detalhar tais barreiras internas que os instrutores do PROERD ainda enfrentam na contemporaneidade, que interferem na atuação do programa desde a sua criação. Para ele, segundo sua experiência no exercício policial militar, afastado um pouco da linha de frente como instrutor, não podemos desprezar a questão cultural. Não apenas da Polícia Militar. Seria uma questão cultural em qualquer segmento.

Como uma instituição hermeticamente fechada às mudanças se abriria para a sociedade, dando voz às pessoas que não são profissionais da área da segurança, de modo que elas pudessem tomar partido dos assuntos inerentes à esfera de atuação policial militar? Isso não seria algo simples de acontecer, nem tampouco muito fácil de ser aceita em diversos campos profissionais. A primeira coisa que passava na cabeça de muitos policiais era: “O preparado sou eu! Eu sou o profissional da área! Eu cursei, eu me especializei e eu estou no dia a dia! Como é que alguém de fora vai dizer para o policial militar o que seria mais adequado para ele fazer no trato com o cidadão?”.

Algo que surgiu na fala do tenente Coutinho como sendo um problema enfrentado pela polícia militar na época, me pareceu deveras atual, principalmente no que se refere à efetiva implementação da filosofia da polícia comunitária. Essa é uma questão que permanece em voga até os dias atuais, muito embora estejamos um pouco mais flexíveis à filosofia de polícia comunitária do que nos anos 1980 e 1990. Tanto que este modo de pensar a segurança pública já vem sendo difundido por décadas, mesmo sofrendo resistências, já foi internalizado no arranjo institucional até mesmo por muitas guardas municipais.

A questão é que muitos comandantes de hoje foram os alunos de outrora que ocupavam as carteiras das academias daquela época, reproduzindo o que já vinha sendo desenvolvido em seu ambiente de formação acadêmica de modo que pudessem se tornar oficiais engajados com uma nova forma de se pensar a Polícia

Militar alinhados à nova filosofia, que ao longo de décadas passou a não ser apenas uma realidade do Rio de Janeiro.

3.3. A criação da marca e a autoria da canção do PROERD

Existe certo limbo no que se refere história de criação da marca, bem como o registro do PROERD. Sabe-se, porém, que a logomarca foi construída pelo sargento da PMERJ Eurico, quando ainda era soldado. Como já foi assinalado por Santos (2018), foi necessário adaptar a marca Dare para algo mais compreensível à população fluminense, porque não teria cabimento os policiais militares chegarem nas escolas fluminenses mencionando uma instituição estadunidense.

Segundo Loos (2018), existia a ideia de que as crianças não conseguiriam compreender a proposta do programa e, por isto, foi necessária uma adequação da marca Dare (*Drug Abuse Resistance Education*) para uma “tropicalização”, vindo a se tornar PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas).

A marca PROERD foi registrada no INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial). Com relação a uma possível cessão ao Dare, Loos (2018) afirma que há muita confusão. Para ela, não seria válida a forma como foi feita a cessão e já escreveu relatórios acerca do fato:

Não se pode transferir uma marca. Não se pode ceder uma marca, que foi uma marca de governo. É uma marca de governo, é uma marca do Estado do Rio de Janeiro, pertence ao estado, para ceder essa marca, na época o então comandante geral que assinou esse documento cedendo a marca cometeu um equívoco porque teria que ter a aprovação da ALERJ e não houve isso. Então essa marca é da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, não há nenhuma inversão nisso, não se pode dizer que foi cedida ao Dare porque é ato falho, é ato nulo, só se tivesse acontecido um movimento na ALERJ e os deputados terem votado favoravelmente a cessão da marca, então quando se diz que a marca foi cedida ao Dare, isso é um grande equívoco, não houve cessão, houve um equívoco porque a marca não pode ser cedida porque ela é uma marca do Estado do Rio de Janeiro pertence a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (LOOS, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Ao analisarmos o depoimento acima citado, podemos notar que Loos (2018) vê o PROERD como algo próprio da PMERJ e que, de alguma forma, foi apropriado pelo Dare. Outro ponto importante a ser observado é o fato de o Brasil ser o único país no mundo a utilizar uma nomenclatura traduzida do programa estadunidense.

Acerca do processo de construção da canção do PROERD, o autor Claudio Coutinho dos Santos narrou como transcorreu todo o processo, detalhando sua relação com o Dare na busca da aprovação da letra e melodia. Segundo ele:

logo no primeiro curso em 92 [1992], que foi o Curso de Formação de Instrutores, nos foi apresentado pelo grupo norte-americano, uma canção. Lógico que com todo aparato possível, gravado num estúdio, cantores de renome, algo muito bonito, e que eles traduziram pra gente em conversas informais, que falava exatamente do trabalho deles, e eles disseram ao final do curso, nos chamaram a atenção de que seria importante, que nós também tivéssemos uma canção nossa, porque ao longo da nossa vida como estudante acabamos esquecendo de muitas coisas que aprendemos em sala de aula, mas engraçado, música ninguém esquece, e que a música era sim uma ferramenta para eternizar a importância daquela mensagem para as crianças, a ideia é que ainda quando adultos cantarolassem a canção e dessa forma relembrassem os ensinamentos e essa foi a primeira dica que eles deram. A partir dali, como nós tínhamos um ano para estarmos em sala de aula atuando como instrutores e para um ano seguinte fazermos um outro curso também com esse mesmo grupo, só que o curso de mentor que nos possibilitaria formarmos novos policiais e termos uma certa autonomia, a ideia foi que nós pudéssemos apresentar a eles já uma canção nossa, e foi discutido, e então foi dito para o grupo que quem tivesse expertise na área de música, seja escrevendo a letra, seja fazendo algum arranjo, que seria legal, e como alguns já tinham essa peculiaridade surgiram lá cinco canções, e numa das nossas reuniões as sextas feiras, ao ser colocadas todas, os outros quatro abriram mão (COUTINHO, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Com letra e arranjo musical de sua autoria, Claudio Coutinho não fazia ideia de como ela seria difundida pelo Brasil. Principalmente por entender que aquele trabalho piloto não tinha o propósito de alcançar todo o território nacional. Hoje, são divulgadas nas redes sociais em variadas versões que incorporaram alguns ritmos como pop, funk e até em axé. Coutinho ressalta que:

não dava para fazer ideia, primeiro que aquele grupo estava comprando uma ideia, que no fundo, nós não sabíamos o que daria. Nos foi apresentado um sonho, uma ideia nova, compramos aquilo ali, brigamos, trabalhos, fomos a campo, para que aquilo ali desse certo, mas na verdade não podíamos garantir nada. Até porque, era tudo novo de mais na nossa polícia, principalmente você pensar naquela época, que uma instituição militar aonde por exemplo você já tinha duas figuras funcionando na área de educação, quando se falava em instrutor, reportava-se ao oficial e quando você falava de monitor, era o graduado a partir do sargento. E, de repente, você ter um soldado fardado dentro de sala de aula, representando naquele momento uma instituição como a Polícia Militar, concedendo inclusive entrevista, autorizado pelo próprio secretário de Polícia Militar, era algo inimaginável. E a gente sabia que era tão novo e era tão surreal que não dava pra gente prever o que iria acontecer dali pra frente, nós estávamos muito mais preocupados em fazer a nossa parte, o melhor que pudéssemos, e aí a canção foi feita pra atender o nosso público, até porque naquele momento nós não sabíamos como agente iria manter dentro do nosso espaço, quer dizer, do nosso Estado, que aquele programa fosse como hoje ser estendido pro Brasil inteiro (COUTINHO, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Para melhor ilustrar os relatos do meu colaborador, apresento a letra da canção do PROERD de sua autoria:

Existe um programa
que vai lhe ajudar
existe um amigo
que vai lhe ensinar
que o problema “drogas”
merece atenção
e para manter-se a salvo
é preciso dizer não

PROERD é o programa
PROERD é a solução
Lutando contra as drogas
Ensinando a dizer não

Cultivando o amor próprio, controlando a
tensão
Pensando nas consequências,
resistindo à pressão
como amar a própria vida
e às drogas dizer não
quem lhe ensina é o amigo
mas é sua decisão

PROERD é o programa
PROERD é a solução
Lutando contra as drogas
Ensinando a dizer não

PROERD é o programa
PROERD é a solução
Lutando contra as drogas
Ensinando a dizer não (BIS)

Aproveitei o momento exato na entrevista para poder ouvir o posicionamento do meu interlocutor sobre a proposta de mudança da canção do PROERD. Haja vista que em alguns eventos regionais essa questão é levantada por outros Centros de Treinamento. De cara, notei um grande descontentamento, que ficou evidente através da sua expressão facial e alteração do tom de voz, dizendo que seria:

uma falta de conhecimento muito grande por parte de quem propõe, não pela questão da canção em si, mas porque independente de algumas minúcias que a canção traga e que não sejam hoje para um público geral abordado pelo programa como era em 92 [1992] quando ela foi criada, mas a sigla PROERD, por exemplo, não foi mudada, nunca vi ninguém propondo a mudança da sigla PROERD e a sigla PROERD significa exatamente o que? Programa educacional de resistência as drogas, o que é resistência? Se opor, evitar, não fazer, ficar longe, então o que é que o programa segundo sua sigla propõe? Para o público principal, que é bom deixar claro, hoje nós atendemos um currículo do sétimo ano que não é o nosso carro chefe, nosso carro chefe continua sendo o quinto ano, e para o quinto ano, eu queria perguntar a qualquer pessoa, independente se é instrutor do PROERD, se não é, se acha que o programa é importante, ou não é, o que ensina ao seu filho de 9 a 11

anos em relação a droga? Abstinência ou será que conversa com seu filho de 9 a 11 anos, eu vou conversar com você e você toma a melhor atitude, seria assim? Não tenho culpa se infelizmente nos últimos anos o Brasil tendeu fortemente para política de redução de danos, e não tenho culpa se algumas pessoas em outros estados para se beneficiar do momento, porque afinal de contas o governo era assim, começou também a dançar de acordo com a música, não estou falando como instrutor do PROERD, estou falando como pai, eu não conheço ninguém que ensine uma criança de 9 a 11 anos que ela deve pensar se usa ou não drogas, de 9 a 11 anos nós pregamos abstinência sim, sem hipocrisia, até em respeito a lei, porque se a lei diz que essa criança nessa faixa etária não é responsável pelos seus atos, como é que meus neurônios poderiam aceitar que eu dissesse para uma criança de 9 a 11 que ela já pode tomar a decisão se usa ou não uma droga? Então me desculpe, mas o argumento já bem que fala em mudar a canção por causa do currículo do sétimo ano, que aí sim nessa idade você trabalha a questão de tomada de decisão, ele decide se quer ou não, mas ele decide se quer ou não porque a própria lei até o faculta a isso, mas a lei não faculta pra quem é de 9 a 11 (COUTINHO, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Ciente de que aquele momento seria o ponto alto da entrevista, não cabendo mais uma fustigação sobre o meu colaborador. Mas o seu relato me deixou intrigado, logo não poderia deixar de passar mais uma pergunta, agora no sentido de levantar a possibilidade de adaptação para o público juvenil, os adolescentes e o público juvenil em relação à própria abordagem da música como caráter de instrução. Novamente, firme em sua posição, ele deixou claro que não haveria:

necessidade, por uma questão simples, a proposta do atendimento do público de sétimo ano, e aí as pessoas também esquecem isso, é que o currículo de sétimo ano funcione até como um reforço para o mesmo público que já foi atendido pelo programa no quinto ano, e aí eu faço uma pergunta óbvia, eu diria para aquela criança que com nove anos teve o currículo do quinto ano e cantarolou essa canção o tempo inteiro e internalizou as lições do programa, o ideal do programa, eu diria pra ela no sétimo ano: “agora você esquece aquela canção, porque aquela canção não era bem isso”, seria assim por exemplo? As pessoas estão muito mais preocupadas com a canção ou alguém vai também mudar a sigla PROERD no sétimo, vai deixar de ser PROERD? Seria que outra abordagem na sigla? Temos essa possibilidade? Com todo respeito, mas as pessoas deviam estar muito mais preocupadas com o que se ensina nas escolas que com minucia de canção, até porque tem estado que canta bem, mas conteúdo... (COUTINHO, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

3.4. A primeira difusão entre os municípios do Rio de Janeiro

Durante a implementação do primeiro ciclo de atendimento do programa, poucos municípios foram atendidos em função do quantitativo de instrutores que era muito pequeno. No entanto, segundo Loos (2018), os primeiros foram: São Gonçalo, Nova Iguaçu, Nilópolis, Niterói e Petrópolis. Tal relato evidencia a ideia de que haveria uma intenção de focar as políticas de controle do consumo nas regiões

metropolitanas, a capital fluminense estaria em segundo plano. Por questões de locomoção, os primeiros instrutores atuavam nos municípios mais próximos da capital, mas acabou despertando interesse entre municípios do interior que se dispuseram a formalizar um convênio de atendimento, sendo signatários em um acordo de cooperação. Ou seja, uma parceria regulada que não envolve transferência de recursos entre os municípios e a PMERJ. Cabe ressaltar que a primeira turma formada pelo Rio de Janeiro teve um grupo destinado a atender municípios do interior.

Inicialmente, não foram identificadas interferência ou dificuldades de implementação do PROERD no município do Rio de Janeiro. Mesmo por ser uma ação da Polícia Militar que ultrapassava as fronteiras da segurança pública percorrendo os meandros da educação, inseridos diretamente nas salas de aula. Logo começaram a emergir discursos políticos acerca do programa, entre os prós e contra, todavia ainda não chegavam a pedir o fim do atendimento. Os relatos de Loos dão conta de que não tiveram dificuldades:

Inicialmente, nenhuma dificuldade, foi implantado em poucas escolas porque tínhamos poucos instrutores pra atender a área metropolitana, mas chegou a um determinado momento que passou a ser um fato político. Houve uma interrupção, mas pode ser classificada como um fato político, um determinado secretário municipal não concordou com a presença do secretário de estado de segurança pública numa formatura e mandou com que o PROERD fosse suspenso, então foi um fato aqui no município do Rio de Janeiro atemporal, assim, atípico aliás, porque foi um posicionamento político isso já agora na segunda edição do PROERD, não no fato anterior, mas já na segunda edição após 1999 houve uma paralisação aqui no município do Rio de Janeiro que deu o que falar também. Houve manifestação dos pais, manifestação dos professores, porque o currículo estava em andamento quando esse secretário, da secretaria antidrogas do município do Rio, mandou cancelar as ações do programa, então isso foi problemático, mas tivemos que contornar de forma política, esperar a maré passar e retomar as atividades com uma nova postura (LOOS, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Já em resposta a esta mesma pergunta que versa sobre os primeiros atendimentos do PROERD, Claudio Coutinho corrobora com os relatos de Loos, no entanto ele descreve com mais detalhes as questões que ocupavam os debates entre os primeiros gestores do Programa. O que evidencia a existência de conflitos entre os gestores na área da segurança, que optei por deixar para futuros trabalhos.

Segundo Santos (2018), as atividades do PROERD começam apenas no âmbito estadual porque naquele momento não existia a possibilidade de deslocamento do instrutor para suas intervenções. Ele lembra que ainda não existia a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que direcionou aos municípios o atendimento escolar para o primeiro segmento do ensino fundamental,

fator que interferiu de forma significativa a dinâmica do Programa. Todavia, naquele momento, as escolas com maiores espaços físicos eram exatamente as escolas da rede estadual.

Para Coutinho, existia:

a possibilidade de um atendimento muito mais amplo, primeiro, com muito mais turmas de quinto ano, porque eram escolas muito grandes, porque o quinto ano era o carro chefe, e além disso nós tinham também a possibilidade de atuar na educação infantil, além de que na medida que fosse solicitado fazer uma palestra para os alunos de outros segmentos, porque eram escolas com um número muito grande, então inicialmente trabalhávamos apenas na rede estadual, depois surgiu por parte do próprio coronel Celso Guimarães a ideia de que já estava na hora de nós começarmos a atender também a rede municipal e eu acabei utilizando a facilidade que eu tinha, afinal de contas, como já falei, eu era oriundo de escola e o mesmo professor que tinha sido meu professor que tínhamos sido colegas de trabalho nesse mesmo colégio particular estava na secretaria de educação do município de Nilópolis que é o município que eu morava e moro até hoje e pra mim foi muito fácil fazer contato com ele, no mesmo dia eu consegui todos os dados necessários em cada escola do município, quantas turmas de quinto ano tinha, em qual turno estava o número de alunos e na primeira reunião que nós tivemos posteriormente eu entreguei tudo e disse pra ele: “se quer entrar na rede municipal, pode começar por Nilópolis, porque os dados estão aqui e inclusive já está autorizado pelo secretário de educação”, então Nilópolis acabou sendo o pioneiro em termos de município a receber o PROERD (COUTINHO, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Era uma questão primordial para o PROERD o atendimento prioritário para o público do quinto ano do ensino fundamental, que na época anterior à LDBEN ainda era considerada quarta série primária. Esta seria uma necessidade fundamental da abordagem metodológica específica do Dare, já que “[...] na verdade a filosofia do programa e o conteúdo, ele sempre foi seguido à risca, a única coisa que nós trabalhávamos de forma própria é com relação à legislação [...]” (SANTOS, 2018).

O Estado do Rio de Janeiro tinha construído uma legislação própria relativa à questão da criança e do adolescente, diferentemente de outros estados. Vale lembrar que a formatação dos CIEP's e suas próprias estruturas ainda faziam parte do contexto das escolas estaduais, mesmo não sendo aplicada na íntegra. O PROERD tinha que adotar a mesma filosofia e a explicação que se tinha na época era científica:

para ser exatamente os alunos da antiga quarta série, ela é uma explicação técnica, que não era diferente nos Estados Unidos a nossa realidade aqui era a seguinte, até a quarta série, os alunos eram envolvidos de uma certa rede de proteção, primeiro por parte da família, que boa parte, a maior parte dos alunos até a quarta série tinham sempre alguém os levando até a escola e pegando na saída, na escola, normalmente a escola colocava as turmas de quarta série em horários diferentes dos alunos da quinta série em diante, que hoje seria o sexto ano, exatamente porque eles estavam numa fase de transição em razão da própria idade (9 a 11 anos), todo mundo já passou por isso, ele é aluno da quarta série, mas ele quer ser amigo de quem? Do da sétima, do da oitava, que apesar de a idade nem ser tão grande a diferença,

mas a liberdade, o conhecimento de vida é muito grande, as necessidades, os objetivos são outros, e acaba o que? Que esse da quarta série, pela sua inexperiência, fica muito mais suscetível a ser o que? Influenciado, por esse que é da sétima, por esse que é da oitava série, por isso o trabalho focado na quarta série da época, que por uma questão da idade ser uma época de transição, era também uma forma de nós estarmos trabalhando preventivamente para a liberdade que ele começaria a ter a partir da quinta série, porque quando ele entrava na quinta série a primeira coisa que acontecia, ele já dizia pra mãe ou pro responsável: “agora sou quinta série poxa, vou ficar pagando esse mico, me levando na escola, me pegando na escola?”. Ele já começava a ter uma liberdade, quer dizer, boa parte deles, já não tinha ninguém pegando nem levando na escola, então ele já tava [estava] mais solto, na escola ele já tava [estava] no mesmo turno do outro da sétima, da oitava, então essa aproximação acabava sendo quase que direta, e a possibilidade de influência também infinitamente maior, então a ideia era que nós fizéssemos o que? Trabalhássemos de forma preventiva preparando para que ele soubesse como lidar com todas essas pressões que acabariam ocorrendo a partir dos anos (COUTINHO, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

3.5. A suspensão temporária das atividades

Com a vitória de Marcello Alencar para ocupar o mandato como chefe do executivo estadual, o general do Exército Nilton Cerqueira foi nomeado para a chefia da Secretaria de Segurança Pública, que trouxe a reboque uma política de desmonte de vários projetos na área da segurança.

Em 1994, enquanto Brizola via ruir mais uma vez seu projeto de ascender à presidência da República, no Rio de Janeiro assistiu-se a vitória para o executivo estadual de Marcello Alencar. Voltaria ao cenário político fluminense a Secretaria de Segurança Pública e, para sua chefia, o general do Exército Nilton Cerqueira. Iniciou-se uma política de desmonte em relação a vários projetos de segurança anteriores. O programa de policiamento comunitário, em especial, terminou por sucumbir às mudanças no comando da política de segurança pública, antes mesmo que se pudesse efetuar um balanço crítico dos resultados alcançados. Os obstáculos encontrados foram bem maiores do que se podia prever e, em vez de impulsionarem mudanças no projeto-piloto ou mesmo institucionais, determinaram seu progressivo esvaziamento. O projeto foi sendo fragilizado dentro e fora da PMERJ. Assim, o novo governo, instituído a partir de 1995 com a bandeira do “endurecimento policial”, não teve grande dificuldade em desmontá-lo em poucos meses. A patrulha comunitária de Copacabana foi desativada sob pretexto da “urgência” de se “confrontar” o “crime organizado” no Rio de Janeiro (SILVA, 2016, p. 362).

A urgência declarada pelos novos gestores seria a valorização do confronto e o PROERD representava uma proposta “leve” na luta contra o crime, assim como o próprio policiamento comunitário. Durante o período que antecedeu sob a gestão de Nazareth Cerqueira, os “policiais construíram uma autorrepresentação focada na ideia de ‘assistentes sociais’ – que seria, portanto, uma forma de negar aquela que seria a ‘essência’ da atividade policial: a repressão” (SILVA, 2016, p. 362 apud MUNIZ, 1999).

Segundo Tânia Loos, lembrar desse momento não é algo fácil para quem vivenciou na pele todo o desenrolar dos fatos. Ela relata que foi um momento triste e impossível de não lembrar o dia em que acionaram todos os instrutores para que não fossem para as escolas. Todos tinham que se apresentar no Quartel General e de lá seriam levados para a antiga escola 15, em Quintino, atualmente este local compõe uma das unidades da FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica).

Loos relembra com tristeza a fala do general Cerqueira, Secretário de Segurança Pública da época (1995), e quando os deixaram em forma para serem apresentados a ele, cumprindo toda a ritualística formal do militarismo. Tânia Loos relata que o general se expressava com o dedo em riste dizendo: “que a culpa de nós [eles] estarmos [estarem] fazendo teatrinho na escola era do Major [Hélio], que lugar de polícia era na rua reprimindo o tráfico de entorpecentes e não fazendo teatrinho nas escolas”. Para ela:

foi um período doloroso, eu vi todos os companheiros de PROERD serem distribuídos no nono batalhão para atuarem em uma pocilga na escola 15, tomando conta de porcos, e a única pessoa que não foi trabalhar na escola 15 fui eu. [...] Por que sou bonita? Tenho belos olhos? Não, eu não fui porque meu quadro não permitia ser movimentada para uma Unidade Operacional. Eu era da QPM-6⁸⁷ na área de saúde e enfermagem, então eu fiquei trabalhando na DGS e todos os outros colegas passando por uma escala apertada como se fosse um castigo por terem trabalhado no PROERD de 92 a 95 foi muito triste essa parte da história (LOOS, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

O relato acima evidencia a ideia de uma punição, já que ficou marcada na memória da depoente a forma utilizada para repudiar a política do Nazareth Cerqueira e a construção de uma visão negativa acerca dos policiais que atuavam no PROERD através do tratamento humilhante.

Com relação a este fato marcante na história do programa, Santos (2018) também não esqueceu o momento conturbado em sua vida. Segundo ele, o que mais lhe chamou a atenção foi a forma com que os instrutores do PROERD tiveram suas atividades suspensas. Ele relata que foi algo “cinematográfico” negativamente, porque os instrutores estavam no período de formatura dos alunos quando receberam o comunicado do então capitão Darci, coordenador estadual, dizendo o seguinte:

⁸⁷ QPMP-6 (Quadro de Praças Policiais Militares Especialistas), esta nomenclatura é atribuída para distinguir a especialização profissional entre praças da corporação, neste caso, Tânia Loos fez alusão ao QPMP-6 que compõem as praças policiais militares que são auxiliares de saúde.

“Olha... Recebemos uma determinação do Secretário de Segurança para que todo o efetivo do PROERD esteja em forma no 9º BPM em Rocha Miranda, amanhã às oito horas da manhã”, e que, segundo ele, não tinha mais informações a serem transmitidas.

umas Kombis com o adesivo do PROERD. A determinação inclusive é que nós fôssemos com as kombis e a missão foi cumprida. Ao chegarmos lá, nos colocamos em forma, fomos apresentados, e daqui a pouco percebemos que o comandante do batalhão ria debochadamente, vários oficiais o faziam e de repente chegou uma viatura, que era na época um Opala azul, que era utilizado pelo então secretário de segurança que era o general Cerqueira, uma comitiva Enorme e um batalhão de repórteres, nos olhou, nada falou, determinou que entrássemos nas Kombis e que acompanhassem e isso foi feito, quando nós fomos ver, estávamos na antiga FEBEM⁸⁸, em Quintino. Lá dentro, foi o carro do General na frente, nossos carros atrás e aquele batalhão de repórteres, fizeram um tour lá pela instituição e pararam em frente à entrada da sede, nos colocaram em forma e o General disse: “Ah! Vocês dão aulinha? Agora vocês vão trabalhar é aqui!”. Como se o trabalho que nós fizéssemos fosse estar cometendo algum crime, alguma transgressão, trabalhando contra o bom nome da corporação, dessa forma nós fomos tratados, na verdade nós fomos colocados lá para substituir uma empresa de vigilância particular que fazia a vigilância do estabelecimento, eu por exemplo trabalhei algumas noites tomando conta de turno, com determinação expressa de que o grupo do PROERD sequer poderia ser retirado daquela atividade (COUTINHO, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Santos (2018) não se recorda da totalidade do efetivo que participou daquele evento. O que fica claro para mim, enquanto pesquisador, que talvez tudo aquilo tenha ocorrido pela extrema necessidade de divulgação para a sociedade do suposto reaproveitamento dos policiais atuantes na atividade meio (administração) deslocados para atividade fim (serviço ordinário). Muito embora, curiosamente, a própria dinâmica do serviço do instrutor não o caracteriza como um serviço administrativo. Ao contrário, se trata de um serviço que requer a presença constante do policial militar junto à comunidade escolar, que se enquadraria no jargão da tropa como um “serviço de rua”. Naquela época, tinham policiais instrutores em vários municípios, como por exemplo: Petrópolis, São Gonçalo, Nilópolis e outros do interior do estado, mas apenas os policiais do interior conseguiram suas transferências.

⁸⁸ Santos (2018) faz alusão à FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor). No entanto, em 1990, no intuito de adaptar os Estatutos da FEEM à nova Lei Federal - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, o então Governador do Estado do Rio de Janeiro, através do Decreto nº 15.950, aprovou os novos Estatutos da Recanto - Rede Estadual de Serviços para a Criança e o Adolescente, passando a FEEM a denominar-se Fundação Recanto, tendo em vista o fato de que a nomenclatura "menor" foi substituída nos diplomas legais pela nomenclatura "criança e adolescente". Disponível em: http://www.fia.rj.gov.br/content/institucional/institucional_historia.asp. Acesso em: 06 de jun. de 2020.

Santos (2018) destaca que foi nesse período que ocorreu a seção da marca PROERD para o Dare, relato que já foi mencionado por Loos (2018). Para ele:

Quando o PROERD foi extinto aqui no Rio, o então comandante geral da Polícia Militar com um certo receio, me pareceu local, porque no Rio de Janeiro foi extinto o programa, mas São Paulo por exemplo não. Em São Paulo o programa continuava e até onde eu tenho conhecimento, o comando da corporação entendeu o seguinte, se já que o PROERD não funciona mais aqui no estado não teria razão de ser, esta marca continuar aqui de certa forma solta, porque o que me foi informado, o que me foi passado de maneira informal foi o seguinte: pra evitar que de repente a polícia de São Paulo pudesse acabar tendo acesso a essa marca por influência do Dare o que fez o comandante geral? Pega a marca PROERD que era nossa, e faz a cessão da marca para o Dare América diretamente, uma marca que era nossa e hoje na verdade nós trabalhamos com uma marca que apesar de ser registrada aqui, lá tem a cessão para o Dare América (COUTINHO, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

3.6. O retorno do PROERD fluminense e sua expansão pelo Brasil

Passados os três anos que seguiram com o discurso belicista e de enfoque prioritário à repressão policial, o período de suspensão das atividades do programa seguia uma linha de ação do governo da época. O foco da política de segurança dava maior relevância para o confronto aos criminosos, e estes, assim como nos dias atuais, tinham um estereótipo característico, bem como um local específico de atuação das forças de segurança: marcadamente são juventudes negras residentes das periferias urbanas. Esta política era incentivada com as chamadas “gratificações faroeste”, que correspondia com ganhos substanciais nos proventos dos policiais militares que eram complementados a título de pecúnia e também na forma de promoções por bravura.

A comunhão entre a “invisibilidade” das atividades ostensivas convencionais e a cobrança por resultados tangíveis que alimentem a lógica do sistema criminal, constitui uma mistura em si mesma explosiva, uma vez que alimenta, ainda que de forma indesejada ou não prevista, o controvertido “produtivismo policial”. Levando em consideração os estímulos saídos da cultura policial das ruas, fica evidente que para multiplicar resultados desastrosos e irreversíveis das ações ostensivas basta, por exemplo, a introdução de mecanismos de avaliação e premiação que reforcem e valorizem as ações ostensivas excepcionais como os confrontos armados, os enfrentamentos etc. Alguns departamentos americanos de polícia experimentaram o crescimento da letalidade da ação policial e a fabricação ilegal de flagrantes e provas por conta da cobrança exagerada de produtividade. No caso carioca, a “premiação por bravura” - apelada pelos policiais de “premiação faroeste” – parece ter sido suficiente para exponenciar as arbitrariedades praticadas e o poder letal das organizações policiais (MUNIZ, 1999, p. 193-194).

Quando o PROERD retomou suas atividades, Loos relembra que estava grávida e servindo no 25º BPM em Cabo Frio. Ficou evidente naquele momento que

emergiram alguns movimentos favoráveis ao retorno do PROERD, chegando até a percorrer caminhos nas instâncias governamentais. Obviamente, não podemos nos afastar da lógica existente, marcada por certa relação de poder que se fundem aos pensamentos políticos do momento. O propósito de retomar uma política pública de prevenção não era algo tão simples de se fazer.

Segundo ela, a retomada do trabalho só foi possível em função de uma ação movida pelo Ministério Público pelo setor da Coordenadoria da Infância e Juventude, bem como pelo setor de educação. Destacando o trabalho de duas promotoras que se engajaram na tarefa de restabelecer o programa, destaca a resolução em 1998 que reativou o PROERD, logo após a vitória de Anthony Garotinho para ocupar o governo fluminense

Curiosamente, para que os instrutores retornassem deveriam passar por um novo treinamento com a equipe de mentores de São Paulo, que outrora foram formados pelos policiais mentores do PROERD do Rio. Sobre isso, Loos relembra:

a situação de treinadores do pessoal de São Paulo nós fomos [eles foram] treinados novamente ou capacitados pelo pessoal de São Paulo e tivemos [tiveram] que fazer esse primeiro curso pra voltarmos [voltarem] a atuar como instrutores e em 99 minha filha já estava com três meses quando eu tive que desmamar minha filha e ir para Brasília pra fazer um curso com o pessoal da polícia americana pra voltarmos a ter o status de centro de treinamento aqui no Rio de Janeiro, que ocorreu definitivamente em 1999 (LOOS, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Claudio Coutinho corrobora com os relatos acima ao dizer que foi um momento triste na história do PROERD fluminense, mas destaca que em todo o período em que o programa ficou extinto houve certa pressão por parte de pais e de algumas instituições de ensino que queriam a volta do PROERD de variadas maneiras. No entanto:

o que mais pesou foi o Ministério Público, através, na época, da coordenadoria das varas de infância e adolescência, houve uma pressão com base no próprio estatuto da criança e do adolescente contra o então secretário do estado, porque era a única ferramenta concreta que se tinha para uma previsão legal com relação às crianças e adolescentes sobre os malefícios da droga e da violência. E, na verdade, a polícia militar tinha acabado com uma ferramenta que era única legal, pra nossa sorte no início do governo do então governador Marcelo Alencar o PROERD foi extinto e já no final o PROERD foi reativado por força do Ministério Público, inclusive foi assinado um documento, numa solenidade dentro do próprio auditório do Ministério Público no centro da cidade quanto da reativação do programa (COUTINHO, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Nota-se, porém, que em ambos os relatos a retomada das atividades do PROERD fluminense serviu como uma forma de interferir em toda uma estrutura de

governo voltada para a repressão que não foi aceita nas urnas. Indubitavelmente, falar de ações de prevenção primária seria, naquele momento político, resgatar os pensamentos de Nazareth Cerqueira que já se articulava com a equipe do futuro chefe do executivo, Anthony Garotinho.

Tânia Loos relembra que o currículo tinha sido adaptado pelo PROERD de São Paulo, muito embora pouco se adequasse à realidade brasileira. Em uma de suas críticas, destaca que estava gritante a necessidade de um conteúdo brasileiro, sabendo que não era possível qualquer mudança sem a autorização do Dare. Em seu relato, Loos chega a mencionar que o currículo do Dare se apresentava como um “enlatado americano” e sempre que tinha a oportunidade de se expressar dizia isto. Principalmente após a sua formação em pedagogia pela faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que engrossou seus argumentos teóricos no campo da educação.

Neste sentido, Loos (2018) enfatiza:

estudar de forma independente, ainda não tinha formação em pedagogia, mas comecei como autodidata a estudar o currículo, a estudar metodologias, práticas pedagógicas e daí fui fazer as avaliações e as análises. Fui modificando, então a primeira adaptação do modelo PROERD no Rio de Janeiro foi feita por São Paulo a primeira, nós assumimos o material de São Paulo em 1999, de 2000 a 2004. Eu estudei de forma independente as teorias, Wallon⁸⁹, as teorias comportamentais, e era um currículo extremamente comportamental, eu não concordava, e fui modificando, fui inserindo novos conceitos, novos valores agregando novos conceitos no currículo do PROERD e a primeira transformação curricular aconteceu... se efetivou no ano de 2006 com a publicação e edição do livro do estudante. O de capinha azul que eu digo que foi uma obra prima da minha criação e que querem apagar da história do PROERD, mas aquela criação é minha e eu não abro mão, não por vaidade, mas em respeito a mim mesma (LOOS, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Ao citar alguns autores clássicos estudados durante sua graduação em Pedagogia, chamou-me a atenção a forma como ela se apropriava dos saberes constituídos na faculdade de Educação. Dava para notar o brilho no seu olhar. Diante da tamanha emoção que marcou aquela narrativa, deixei que sua fala despertasse

⁸⁹ Henri Wallon, foi um filósofo, médico, psicólogo e político francês. Sua obra é assinalada pela ideia de que o processo de aprendizagem é dialético, assim sendo, para ele não haveria a adequação de se postular verdades absolutas, mas sim repensar direções e possibilidades diante das questões. Suas ideias servem de argumento para as críticas às concepções reducionistas. Ele propõe um estudo que leva em conta a pessoa em relação ao caráter cognitivo, afetivo e motor. Wallon confronta a ideia do comportamentalismo Behaviorista, marca do currículo do PROERD. Para ele, o comportamento aprendido não é extinto, mas integrado a outras aprendizagens do próprio indivíduo.

em mim o interesse em investigar uma questão que, a priori, não tinha a pretensão de responder por não se tratar de uma pergunta original da pesquisa. Mesmo assim, a indaguei sobre os motivos que levaram uma oficial de carreira policial militar para a Faculdade de Educação.

Loos (2018) relatou a lembrança de um estudo que havia feito:

de forma independente, autodidata, para modificação do currículo, então eu estudei Wallom, estudei Vigotsky, Piaget, Rubem Alves. Né? E eu vi que tinha muita coisa que era preciso transformar. Era necessário ser adequado a essas teorias, a essas fundamentações legais técnicas e aí eu fui fazer pedagogia. Fiz pedagogia na UERJ, através do CEDERJ [...] educação a distância. Gostei tanto que segui meus caminhos pela educação, já com duas especializações e meu próximo passo será o mestrado, mestrado da terceira idade [aos risos] (LOOS, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Loos assinala que essa é outra parte da história do PROERD que necessita ser bem delimitada. Visto que, segundo ela, a primeira expansão começou pela formação de instrutores pela Polícia Militar de São Paulo, que assumiu o protagonismo nacional quando o Rio de Janeiro saiu do contexto de atuação. Ela contou que fora designada uma equipe de instrutores formadores para atuarem na Academia de Polícia Militar do Estado de São Paulo. Isto porque tinha acontecido um fato numa favela em São Paulo e o PROERD vinha se mostrando com a representação de uma tentativa de estreitamento das relações entre a Polícia Militar junto à sociedade.

Detalhando mais o fato citado acima, Loos (2018) lembra que:

uma equipe saiu do Rio de Janeiro e treinou cadetes como instrutores, esses cadetes de São Paulo começaram um trabalho voluntário porque não recebiam qualquer outra alternativa que não fosse dar aula no momento de folga. No dia que eles tinham folga, na academia é que eles iam pra escola em São Paulo, ministrar as aulas do PROERD. Então, foi uma fase bem conturbada para essa expansão, e em 95 com a paralisação do PROERD no Rio de Janeiro a Polícia Militar de São Paulo foi solicitar ao Dare que os fizesse também como centro de treinamento e receberam a resposta que no Brasil do centro de treinamento já existia, que era a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que eles nos procurassem e assim foi feito. Mais uma vez, uma equipe se deslocou ao estado de São Paulo e aqueles primeiros cadetes já promovidos a tenentes foram capacitados para serem mentores da PMESP e por consequência o estado de São Paulo com a paralisação do estado do Rio de Janeiro chamou pra si a expansão no Brasil, e foi formando muito rapidamente dois policiais do Paraná, dois policiais de Minas dois policiais de algum estado do Nordeste que eu não lembro qual foi, se foi Ceará ou se foi o Rio Grande do Norte. Então ele formou uma expansão começando por um nível muito pequeno de instrutores e a expansão só veio mesmo acontecer com o “boom” do ano 2000 onde começou a se estruturar a Câmara Técnica de Programas de Prevenção, um órgão vinculado ao Conselho Nacional de Comandantes Gerais, e aí São Paulo, através do coronel Geraldini, assumiu pra si a posição de Centro de Treinamento Nacional e fazíamos equipes mistas e foi crescendo desse jeito bem devagar, aos poucos, mas com São Paulo se mantendo a frente (LOOS, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Até que no início da década de 2000, Tânia Loos viria a assumir a Coordenação do PROERD do Rio de Janeiro. Dentro de suas possibilidades institucionais, algumas medidas foram tomadas com o intuito de projetar a imagem do programa fluminense no cenário nacional, como uma forma de tentar restabelecer o papel de protagonista na formação de outros policiais militares como instrutores. Em seu relato eloquente, chegou a dizer:

Pera aí! Tem alguma coisa errada. O Rio de Janeiro vai voltar a pegar o bonde da história; nós não vamos ficar parados; vamos movimentar isso e aí começamos a atuar no Brasil também [...] formando turmas inclusive de mentores no Paraná, porque ninguém queria fazer turma de mentores em outros estados, queriam monopolizar o Centro de Treinamento com São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Eu disse: Não! Vou formar o paraná também. Acredito que o que é bom pra um tem que ser bom pra todos e aí fomos fazendo a expansão de acordo com os pedidos que vinham chegando (LOOS, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Talvez em função de tais acontecimentos, alguns trabalhos científicos tenham levado em consideração outros aspectos e acabaram, por sua vez, produzindo conhecimentos sobre a criação do PROERD assinalando apenas as iniciativas do programa paulista. Outros até sem qualquer menção ao esforço hercúleo de Nazareth Cerqueira que contou com um corpo de oficiais que os seguiam, o que pode ser entendido como um apagamento de memória. São policiais que no interior de uma instituição tão marcada pelo “etos guerreiro” conseguiram encontrar forças para valorizarem o sentido prático e, sobretudo, democrático do caráter prevencionista diante dos problemas que suscitavam a segurança pública. Uma análise crítica da situação acima nos leva a pensar que houve um esforço despendido na tentativa de se apagar os vestígios do Cerqueira na PMERJ.

Sob outro olhar acerca da primeira expansão do programa, Santos (2018) ressalta que ficou impressionado com a repercussão entre outras instituições policiais militares e como foi divulgada pelo aparelho midiático a vinda dos agentes estadunidenses, bem como o treinamento dos policiais do Rio de Janeiro. Segundo ele:

outros estados esperaram para ver de forma inteligente quais seriam os primeiros resultados daquilo. Como os resultados foram além da expectativa, houve por parte da polícia de São Paulo, um contato com o Dare para que a mesma equipe que esteve aqui fosse também aplicado um curso em São Paulo, ocorre que já estava programado que a primeira equipe aqui do Rio que fez o curso em 92 após um ano da aplicação do programa recebesse treinamento como mentor, exatamente para poder formar novos policiais. E aí o Dare América negou o pedido da polícia de São Paulo porque disse o seguinte: a polícia que vai ter a responsabilidade de multiplicar os policiais e

instrutores no Brasil é a polícia do Rio de Janeiro. Então em 93 sem que nós soubéssemos, inclusive porque nós não sabíamos, nós fizemos o curso de mentores, todos nós, sob a supervisão e o olhar mais atendo dos policiais americanos, que pra nós era apenas a atuação deles enquanto masters treinando novos mentores, aqueles que iriam formar novos instrutores, o que nós não sabíamos é que na verdade eles tinham uma determinação de ir observando, para retirar daquele grupo a primeira equipe de mentores do centro de treinamento do Rio, que iria para São Paulo assim que terminasse o curso para formar os policiais de São Paulo. Assim foi formada a primeira equipe, não foi uma escolha dos oficiais do Rio, que os oficiais do Rio eram também alunos do curso igualmente, a escolha perfeita pelos instrutores do Dare América (COUTINHO, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

3.7 A construção do Centro de Capacitação

A construção do centro de treinamento ocupou um espaço relevante nos relatos de Tânia Loos e de Claudio Coutinho dos Santos, ficando evidente a realização de um trabalho cooperativo entre os instrutores da época. Vale ressaltar que, a despeito do avanço das ações preventivas em decorrência do crescimento do efetivo de instrutores, o PROERD não tinha uma sede própria. Para retratar os acontecimentos em torno da construção do Centro de Treinamento, Santos (2018) esclarece que naquele momento o programa ocupava provisoriamente:

o espaço físico da APOM [Assessoria de Planejamento, Orçamento e Modernização] no QG [Quartel General] e o então comandante geral Coronel Wilton, lembrou que [...] na internada tinha uma casa modelo que tinha sido construída por um engenheiro, pra ver se de repente aquilo ali viraria casas de um conjunto habitacional pra policiais militares que acabou, por motivos que realmente eu não conheço, não vingando, mas essa casa modelo estava aqui e sem ser utilizada. Então, foi oferecido ao PROERD pelo coronel Wilton, para que ao invés de nós ficarmos lá, utilizando um espaço que na verdade era de uma outra sessão, que viéssemos e tomasse posse da casinha modelo, que é a casinha que está até hoje ali na frente, sendo utilizada como P5 [Setor de Comunicação Social], e aí nós viemos para aqui [Internada dos Afonsos em Sulacap] e ficamos utilizando a casinha como nossa sede, e percebemos o seguinte, que aqui atrás da casinha tinha um espaço gigantesco e começamos a divagar o quão seria extraordinário se a gente conseguisse um milagre de termos uma sede de verdade, um centro de capacitação. Acontece que naquela época o então secretário de segurança pública Marcelo Itagiba, se lança candidato a Deputado Federal, e como ele via o PROERD com muitos bons olhos, se aproxima do PROERD e nós começamos a conversar [...] (LOOS, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Loos (2018) destaca o aspecto colaborativo que só aconteceu porque existiu um momento favorável no cenário político nacional, especificamente nos executivos federal e estadual, assim como apontado por Santos (2018). Para eles, tudo o que aconteceu foi a realização de um sonho coletivo dos instrutores do Rio. Em termos

práticos, isso foi de extrema importância para o programa fluminense, porque possibilitaria a sua entrada no contexto nacional de formação de instrutores.

Loos (2018) revela que a construção da sede física trouxe para o Rio de Janeiro a possibilidade de recepcionar policiais de outros estados e propiciar o acolhimento da comunidade para o desenvolvimento de outros programas de prevenção, como o projeto multiplicador para ações preventivas. Tânia Loos destaca também o interesse inicial de se estreitar o relacionamento com docentes das redes atendidas. Apesar de ser um sonho pessoal, muitos outros também sonharam juntos e trabalharam com ela:

a primeira planta baixa que teve foi desenhada pelo sargento Francisco e subtenente Flávio que [se] sentaram e desenharam. E aí eu fui correr atrás do engenheiro na DGAL (Diretoria Geral de Apoio Logístico) e foi um sargento engenheiro que fez a primeira planta do PROERD. Então eu digo sempre que eu sonhei, mas não sonhei sozinha, foi um sonho cooperativo e essa cooperação o idealismo de todo esse grupo fez com que hoje o PROERD do Rio de Janeiro fosse o único centro de treinamento, centro de capacitação que tem uma estrutura física a altura de uma capacitação do PROERD, é o único centro de treinamento existente com estrutura física, os outros todos são estruturas virtuais (LOOS, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Segundos os relatos de Loos (2018), foram submetidos dois projetos que contaram com a colaboração do Secretário de Segurança Pública, Dr. Marcelo Itagiba. Em contato com ela, ele mostrou a maneira apropriada para o encaminhamento de projetos junto à SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública). Suas orientações nortearam a confecção do projeto. No ano de 2004, a verba foi liberada pela SENASP. A aprovação dependia apenas da contrapartida do Estado, mas quando essa decisão travou Tânia Loos se encontrou pessoalmente com o comandante geral, na época coronel Hudson, que a apresentou ao coronel Moreira. Loss (2018) assinala que esteve:

com o coronel Moreira no palácio Guanabara, ele me levou ao secretário de finanças do estado e me falou: "Tânia, você tem dez minutos no máximo pra vender o teu peixe". Vendo peixe pra conseguir aprovar esse projeto. Eu falei exatamente dezesseis minutos, eu marquei, porque eu queria correr pra falar e conseguir aprovar o projeto e o secretário de fazenda na época me ouviu, ele parou e me ouviu, e depois ele disse assim: "Eu não sabia que existia um projeto como esse na polícia militar, manda pegar que eu vou assinar agora", e assinou na mesma hora a liberação da verba da contrapartida, e em 2006 começamos a realizar o sonho, começamos a obra e um fato bem engraçado, cômico, nós conseguimos resgatar um jacaré das estruturas da fundação do PROERD e está registrado em foto, resgatamos um jacaré das fundações (LOOS, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Ao confrontarmos ambas as falas em diferentes perspectivas, constatamos que Santos (2018) corrobora com as informações trazidas por Loos (2018), no que se refere ao contexto da construção do Centro de Capacitação. Ele ressalta a importância

da Major Tânia Loos, então coordenadora do PROERD fluminense, reforçando a ideia de um sonho longe de acontecer. Segundo ele, “era muito difícil de conseguir uma verba de Brasília”.

Não obstante, com a posse do ex-secretário de segurança pública, o Delegado Federal Marcelo Itagiba como Deputado Federal, abriu-se um link de acesso aos recursos de Brasília que poderiam ser formalizados por via de emendas parlamentares. Para tanto, convém contextualizar que naquele momento estavam ampliando inúmeras ações no campo da segurança por via da SENASP.

Segundo Santos (2018), faltava apenas:

o pedido chegar com a formalidade exigida. E como que nós aqui iríamos saber a formalidade? O então Deputado Marcelo Itagiba traz toda essa ferramenta de Brasília de como deveria ser feito o pedido, seguindo quais parâmetros, nós então fizemos o pedido, para a construção de um centro, fizemos uma planta baixa, uma coisa rascunhada à mão. Pensamos em quantas salas deveriam ter, porque a gente não acreditava que isso fosse sair do papel, e de repente algum tempo depois fomos surpreendidos por um oficial do QG chamando a então Capitã Tânia⁹ para comparecer lá no setor de engenharia, porque nós deveríamos entregar o desenho que tínhamos feito do que seria o centro, para o engenheiro que iria efetivamente fazer uma planta baixa, porque o dinheiro tinha acabado de chegar de Brasília (COUTINHO, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Não levou muito tempo para que o prédio fosse erguido, já que a verba federal chegou para a construção das instalações do Centro de Capacitação, bem como para dotar o prédio de todo equipamento necessário para o devido funcionamento em cursos e gestão administrativa da Coordenação Estadual do PROERD. O espaço contava com os alojamentos, auditório e as salas de aula que serviriam para separar em equipes.

Acerca das abordagens preventivas em torno das drogas, outras questões começaram a surgir de modo a dar conta de tais indagações. Surgiu o momento chave da entrevista para conseguir registrar a opinião da minha colaboradora acerca das concepções externas em relação ao tema, buscando também compreender de que forma elas poderiam interferir nas políticas do Dare e, por conseguinte, no próprio PROERD. Loos (2018) demonstrou cautela ao relatar as críticas produzidas sobre as políticas do Dare no campo da prevenção às drogas, ressaltando que ainda não temos meios científicos que possam confirmar a efetividade de tais políticas. Ela assinala que “as políticas que envolvam o PROERD [...] precisam ir se adequando aos tempos atuais”. E que:

não adianta ter uma receita de bolo, não é isso, trabalhar a prevenção ao abuso de drogas é pensar em como ter uma prática docente que não seja

cerceadora da liberdade individual de cada um. Então o PROERD vai precisar, nos tempos modernos, se adaptar, se adequar e se alinhar às políticas sobre drogas que estarão vigentes no nosso país (LOOS, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Percebe-se no relato acima que a lógica do abstencionismo não seria o caminho apropriado à realidade brasileira, e que há a necessidade de se descolar da influência estadunidense. Mesmo assim, cabe ressaltar que seria uma representação pessoal que, indubitavelmente, não corresponde com o direcionamento institucional que com o passar dos anos foi ficando cada vez mais dependente do referencial estadunidense.

No decorrer da última década, inúmeros estudos levantaram críticas consistentes acerca do Dare. Não obstante, existem também estudos que comprovam a sua eficácia. Tais pesquisas utilizaram diferentes arranjos metodológicos para acompanhar o impacto das ações preventivas entre jovens estadunidenses.

Durante o período em que estive à frente na Coordenação Estadual do PROERD, Tânia Loos esteve presente em reuniões e congressos internacionais como representante do PROERD fluminense. Segundo ela, sempre percebia o zelo na receptividade, bem como o respeito no tratamento aos policiais brasileiros. Mas, a despeito de toda gentileza e cordialidade, sempre que possível expressava suas críticas ao Dare. Sendo assim, foi logo perguntada se ela recebia as orientações do Dare com alguma crítica ou fazia ligeiras considerações com o propósito de adaptar seus conteúdos à realidade brasileira, que além desta complexidade, teria que dar conta das características específicas de cada região e seus respectivos estados. Em seus relatos ela diz que esteve presente em:

três conferências do Dare e minha relação sempre foi muito boa com todos eles. E sempre apresentei minhas considerações, meu foco nunca foi a crítica pela crítica, meu foco era criticar para que se tenha o melhor para nossas crianças, eu não posso apresentar, nunca currículos de pais por exemplo, mansões americanas e pais falando uma sistematização romanceada sobre o filho que usa drogas e apresentar isso nas comunidades do Rio de Janeiro, então sempre critiquei, não por criticar, mas pra que se fosse um trabalho contextualizado, adaptado, adequado a nossa realidade, a nossa vivência aqui, a nossa situação, aos nossos problemas reais. Não apresentar mansões e falas sistematizadas que os nossos pais aqui, os nossos responsáveis não conseguiriam entender nem sequer, muitas vezes não sabem nem escrever nem ler, então teria que ser alguma coisa bem adaptada e não uma coisa enlatada, entendeu? (LOOS, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Conforme observado na fala acima, os posicionamentos de Loos dizem respeito às imagens e vídeos que seriam veiculados durante as atividades do

PROERD com adultos, utilizando o currículo PROERD pais. Tal situação também começou a ficar mais evidente nos currículos novos, passando do “PROERD: para resistir às drogas e violência” para o “PROERD: uma visão de suas decisões”, conhecido pelo nome “currículo de dez lições do PROERD”.

Cabe descrever que foi uma mudança que efetivamente modificou a dinâmica das atividades do PROERD com a inserção do currículo da Educação Infantil e séries iniciais do primeiro segmento, porque também propiciou menos tempo com o público do 5º ano, que passou de dezessete semanas para dez semanas. Os estados que aderiram às mudanças curriculares tinham o respaldo do Dare. Inobstante, a Coordenação do PROERD fluminense buscou uma maneira para incluir temas na condição de “lições suplementares”, que foram na prática uma possibilidade desses estados adaptarem os temas de acordo com suas reais necessidades.

Mesmo sendo concebido com certo ceticismo e críticas, a implementação do currículo de 10 lições foi algo que superava as resistências, porque de alguma forma estreitava as relações entre o Centro do Rio de Janeiro com o cenário nacional. Os relatos de Loos (2018) dão conta de que:

desde o início eu fui contrária a implementação do currículo de 10 lições [PROERD: uma visão de suas decisões], fui voto vencido na equipe que estava transformando essa abordagem de 17 [para resistir às drogas e a violência] comprando novamente um enlatado americano de 10 lições, então eu posso assim bem a cavalheiro dizer que a minha concepção é e sempre será 17 lições pelo tempo que comporta um semestre letivo e se você quer polícia de aproximação você tem que ter não quantidade, mas qualidade de encontros e o currículo de 17 lições te proporciona essa aproximação com a comunidade, não só com os alunos, mas com toda a comunidade escolar, você passa a frequentar os horários de saída das crianças, frequentar o portão de entrada e saída de alunos, você conhece os pais, você conhece quem é do ambiente escolar, qualquer figura estranha você já vai estar atento, então o currículo de 17 lições ele trabalha muito mais as questões cognitivas e não apenas comportamentais, ele dá a criança essa liberdade de aprender e apreender conhecimentos sobre drogas sem se aprofundar pra que a criança não fique confusa (LOOS, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Nota-se, também, que Santos (2018) também sustentou uma crítica sobre o currículo e, para explicar detalhadamente, produziu um relato longo:

[...] procurando acompanhar o que estava acontecendo nos Estados Unidos e aí vai uma opinião que é particular, não é institucional, opinião enquanto instrutor, enquanto alguém que vivenciou a aplicação do currículo. O currículo de 17 lições que foi o primeiro currículo que nós tivemos contato, é na minha opinião, o currículo completo, e não é uma opinião apenas minha, [...] o programa na minha concepção era completo porque ele tinha uma abordagem muito mais real, porque ele era apresentado da seguinte forma, o uso de drogas é multifatorial, se é multifatorial, e eu tenho um programa de prevenção primária, prevenção é se antecipar, é chegar primeiro, eu não

posso tentar prevenir o uso de drogas e violência junto a crianças nessa faixa etária se eu não tiver trabalhando essas principais motivações que levam qualquer pessoa ao uso de drogas, e logicamente, cada uma dessas motivações era sintetizada em uma lição a ser aplicada, que você apresentava um problema [...] tudo na vida que fazemos ou deixamos de fazer, vai acabar tendo uma consequência, um resultado que pode ser bom ou ruim, acho que se a gente perguntar pra qualquer pessoa que tipo de consequência ela quer diante de qualquer fato, todo mundo só quer a consequência boa [...] nós acabamos sendo responsáveis pelas consequências que vamos acabar tendo, dentro das consequências dentro de qualquer circunstância da vida, também era apresentadas questões relacionadas a droga e a violência [...] (COUTINHO, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Quando nos debruçamos com maior atenção sobre os principais fatores que teriam poder de interferência nos aspectos metodológicos e no próprio currículo do PROERD, podemos perceber que tais mudanças só ocorreram pela forte influência do Dare América que chancela todas as abordagens curriculares do PROERD no âmbito nacional e que se relaciona com a própria venda de sua marca. Como já assinalamos neste trabalho, alguns fatores que alimentaram as críticas foram apresentados antes nos EUA e, de certa forma, modificaram os fundamentos teóricos e metodológicos utilizados com os jovens estadunidenses.

Nota-se que as críticas são principalmente fruto de pesquisas que questionam as comprovações científicas da efetividade do Programa, para poder justificar os recursos empregados na prevenção do abuso de drogas entre jovens escolares. No contexto do PROERD fluminense, Santos (2018) relata que:

de repente nós fomos [foram] obrigados, que é bem da verdade, houve uma mudança de currículo, o Dare deixou um dado momento de ter o currículo de 17 lições e passou a adotar um outro currículo de 10 lições e esse currículo começou a ser adotado pelas outras Polícias Militares do Brasil, pelo PROERD nas outras Polícias Militares, mas houve aqui no Rio de Janeiro uma resistência muito grande de adoção desse novo currículo e a nossa resistência não estava pautada apenas no achismo, que nós tivemos o cuidado de fazermos um laboratório numa escola, que é a escola que fica aqui no espaço da Invernada dos Afonsos, escola municipal, tá logo ali na entrada, e nós aplicamos esse currículo de 10 lições, algumas lições para algumas turmas ali, pra percebermos exatamente de que forma aquilo ali iria influenciar a criança, de que forma a criança entenderia esse novo currículo, e a resposta que nós tivemos não foi a melhor, então nós tivemos uma resistência muito grande, e enquanto a maioria dos estados adotava o currículo de 10 lições, nós aqui continuávamos adotando o de 17 e só passamos a adotar o de 10 porque foi uma questão de determinação legal, afinal de contas a marca PROERD não é nossa, a marca PROERD hoje pertence ao próprio Dare América, então nós não poderíamos estar utilizando um currículo que pra eles já não era mais utilizado (COUTINHO, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

3.8. O fim de um ciclo no Comando do PROERD e expectativas para o futuro do programa

Eu passei a atuar como instrutor só a partir do primeiro semestre de 2009, por isso não sabia exatamente os motivos que culminaram na saída da então Coordenadora Estadual do PROERD, apesar de constantemente ouvir histórias contadas pelos instrutores da época, o que me intrigava. Já que, para mim, particularmente, sempre que se referiam à Major Tânia Loos, a maioria dos relatos tinham um certo tom de mistério. O que me parecia era que, de alguma forma, o resgate daquela memória assombrava alguns instrutores, muito embora ao mesmo tempo despertasse o saudosismo daqueles que a admiravam tanto que não deixavam de expressar a importância do seu legado para o programa.

Para mim, enquanto pesquisador, ainda que a situação pudesse ser entendida como crueldade da minha parte, não poderia negar que estava prestes a encontrar uma oportunidade única de ouvir os relatos da minha colaboradora. Mesmo já fazendo ideia de que aquele fato poderia provocar um sério desconforto, porque já tinha ouvido muitos relatos a respeito que indicavam que teria sido um momento triste para ela.

Não obstante, o que me confortava era que aquele relato seria de grande relevância para a pesquisa, assim como também era importante escrever a história contada por alguém que vivenciou a trajetória do PROERD até a sua despedida.

Tânia Loos em nenhum momento da entrevista se propôs a esconder sua personalidade forte, porém o tom de tristeza passou a ocupar sua narrativa naquele momento, dizendo que se tratava de um fato triste que a deixou doente. Segundo ela, “o PROERD era a sua vida”. Em seu relato, diz que se doou:

inteiramente ao PROERD. [...] vivia e respirava o PROERD, muita das vezes eu deixei minhas filhas sozinhas aqui [sua casa], inclusive a pequenininha que tinha meses de vida para ir para outros estados. Formar policiais em outros estados, então foi um impacto muito violento na minha vida receber a notícia da forma como eu recebi, não fui chamada pelo chefe do estado maior, não fui chamada por ninguém, eu recebi a notícia através do novo coordenador que me deu bom dia e disse que estava ali pra assumir a coordenação do PROERD, desejei boa sorte pra ele mas falei também que não voltava mais, porque eu havia me doado por inteira, eu tinha feito muitas realizações no PROERD, coloquei o PROERD num status, num patamar de volta a história no cenário nacional e a maneira como a coisa foi feita não me deixou satisfeita, ao contrário, me deixou doente, passei por alguns momentos difíceis, alguns momentos que são inconfessáveis não devem ser ditos, não devem ser lembrados e minha relação hoje com o PROERD do Rio de Janeiro, é desejar sucesso sempre ao programa, porque sei que a essência do programa está em cada instrutor, e instrutores como você, mentores como você que vão fazer a diferença sempre, vai ter um ou outro

que vai dezoito, vai sair do caminho, mas o PROERD, a essência dele está no amor e na dedicação que o policial encara essa atividade de prevenção nas escolas com as crianças, é tudo muito por amor às crianças, a essa necessidade que se tem de trabalhar a aproximação com a criança, mostrar, desafiá-las a serem críticas nessa situação que nós estamos vivendo não só no estado do Rio de Janeiro mas no Brasil como um todo, no mundo quem sabe, então eu acredito que falar de coisas tristes não me sentiria bem, mas posso te garantir que eu fiquei muito mal com o impacto da minha “defenestrada” do PROERD, eu fui literalmente defenestrada, me chutaram pela janela (LOOS, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Loos (2018) não quis aprofundar os motivos que provocaram a sua saída do programa. Até mesmo com a minha insistência (quase que inconveniente) que tinha o propósito de colher alguma explicação acerca do fato. Convém ressaltar, portanto, que minha colaboradora não se sentiu à vontade para expressar sua opinião de maneira concreta. Disse que um dia iria publicar um livro contando toda a história, mas que naquele momento a sua ideia não deveria ser pontuada, deixando no ar apenas pistas. Para tanto, segue abaixo sua narrativa:

A ideia não deve ser pontuada, vou deixar no imaginário das pessoas. Aprovei dois projetos na SENASP, um no valor de dois milhões e quatrocentos mil reais e outro no valor de setecentos e oitenta mil reais para construção da sede, então foram dois projetos aprovados em Brasília, liberados pela secretaria de fazenda do Rio de Janeiro e vou deixar no imaginário das pessoas... (LOOS, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Quase no final da entrevista, tentei construir uma pergunta que tornasse propícia a identificação da representação de Loos (2018) no que tange à sua visão de futuro do PROERD. Aproveitei, portanto, para destacar o cenário recente marcado pelo avanço do movimento conservador, amplamente divulgado em postagens pelas redes sociais com discurso de ódio para estabelecer um enfoque prioritário à repressão.

Convém destacar que tais discursos podem ser observados em comentários reproduzidos por parte de alguns membros das instâncias de poder. Inferindo o contexto acima descrito, busquei saber qual seria a opinião da minha colaboradora em relação a tais pensamentos que dão centralidade à repressão em detrimento da prevenção, e se isso de alguma forma poderia afetar o PROERD. A despeito da complexidade da questão, Loos (2018) respondeu:

Difícil ter assim uma visão correta de como pode acontecer, mas não creio que possa afetar o PROERD. Se o PROERD estiver sendo bem conduzido, mas o que pode acontecer é que as pessoas não tenham novamente a visão correta do que é o PROERD, das potencialidades do PROERD no trabalho de prevenção aliado ao trabalho operacional. O PROERD não pode ser encarado como uma brincadeira de policiais na escola. O PROERD tem que ser encarado na verdadeira essência, ele é um trabalho preventivo

operacional e de inteligência. Então quem estiver conduzindo o PROERD terá a obrigação ética e moral de mostrar as nossas autoridades que o PROERD não é uma brincadeira de policial e bandido na escola. O PROERD é um trabalho muito sério que requer um profissionalismo muito grande e sem dúvida que expõe a polícia militar com uma imagem bem positiva diante da sociedade, da comunidade escolar, então é um trabalho de aproximação com a sociedade, é um trabalho operacional e não pode ser visto de forma equivocada como foi visto em noventa e cinco (LOOS, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Em suas considerações finais, Tânia Loos tentou lembrar de alguma questão que não fora trabalhada na entrevista, ou algum fato relevante que não tenha sido relatado, que talvez tenha ficado na memória “subterrânea”. No entanto, ressaltou que acredita no trabalho preventivo desde que sejam levados em consideração os aspectos culturais de cada região brasileira, bem como respeitem as peculiaridades dos Estados e suas instituições policiais militares. Loss (2018) finaliza sua entrevista expressando sua crença no programa:

com mais de 25 anos já de atuação ele já tem experiências suficiente pra caminhar com as próprias pernas, nós somos brasileiros, nós temos pernas pra alcançar o mundo, realizar nossos sonhos e construir um currículo que seja verdadeiramente, essencialmente um currículo brasileiro, nós não precisamos depender do Dare ou de qualquer outro tipo de programa, agradeço muito ao Dare por ter nos dado um base inicial, mas eu acredito que o PROERD já tem potencial e a acreditação pra que se desenvolva um novo modelo, um novo currículo, uma nova linha de agir, uma nova linha pedagógica, uma nova leitura como construir bases sólidas para que as crianças possam decidir não usar drogas (LOOS, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Logo em seguida, ao pensar sobre a sua fala, Tânia Loos ressaltou que não gostou da última frase que enfatiza a expressão “não usar drogas”. Segundo ela, não gostava do “não” e que tal fala não corresponde ao que ela acredita como trabalho policial na prevenção. Retificando que queria dizer:

que a gente não pode construir um pensamento só alinhado a não usar drogas, nós temos que alinhar nosso pensamento a uma construção crítica, não voltada para a palavra “não”, não sei se eu me fiz compreender, nós temos que ensinar essas crianças a serem críticas, a saber fazer escolhas e tirar esse “não”, que fica rotulado, estigmatizado, então é isso, vamos trabalhar construindo um currículo brasileiro nacional que possa ter as regionalizações: Nordeste, Sul, Centro-Oeste e que o PROERD seja sempre esse sucesso que é a mais de 25 anos (LOOS, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

3.9. A expansão do PROERD, o advento das UPP's e a iminente demolição do Centro

Mais um fato que ficará marcado na história do PROERD fluminense foi a confirmação da vitória de Eduardo Paes nas eleições de 2008. Estava posta a

oportunidade de unir as esferas do executivo estadual e municipal em relação ao PROERD, fator fundamental na tentativa de atendimento às Unidades Escolares do município do Rio de Janeiro, resultando no aumento considerável dos instrutores que iniciaram suas atividades já no ano de 2009.

Sendo assim, busquei compreender os fatos sob o ponto de vista do meu interlocutor que, ao contrário do que eu esperava ouvir, produziu o seguinte relato:

Na verdade essa questão do aumento dos instrutores ele até começa a acontecer antes a partir de 2002, [momento em que] a câmara técnica que agora voltou a funcionar junto ao CNCG que é o (Conselho Nacional de Comandantes Gerais da PM e do Bombeiro) e aí ele é dividido em competências e cada competência recebe o nome de câmara técnica e a câmara técnica do PROERD existia, através do coronel Claudio de Santa Catarina, que era o secretário da câmara técnica, ele conseguiu encontrar uma forma de ter dinheiro público para expansão do PROERD no Brasil inteiro. Então os centros de treinamento faziam equipes mescladas. Você montava equipes diretamente com os centros de treinamento que nós tínhamos na época para formarmos novos policiais instrutores em todos as outras polícias militares do país. Então acabou nesse período também, durante esse processo de expansão também havia recursos aqui no Rio. Claro que depois em 2009 realmente houve um aumento até por conta da nova demanda que foi o atendimento do município do Rio, mas esse processo de expansão do PROERD ele já começa antes (COUTINHO, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Quando já estávamos caminhando para o término da entrevista, seguindo uma ordem cronológica dos fatos, direcionei a pauta do questionário para a possível remoção do Centro de Capacitação, que ocorreu durante as obras da TransOlimpica⁹⁰, entre 2014 e 2015, como parte de uma série de empreendimentos que deveriam ser concluídos antes das Olimpíadas de 2016. Naquele momento, houve uma grande possibilidade de remoção do Centro e os relatos de Santos (2018) dão conta de que:

por ocasião das obras aí, por conta das Olimpíadas, houve uma mudança de projeto para a construção da Trans olímpica, porque num primeiro momento ela teria sido projetada para passar exatamente onde é hoje um hotel que fica aqui em frente ao CFAP, acho que nós tivemos muita sorte, porque o dono do hotel deve ser alguém muito influente, porque o primeiro projeto, ele passaria por lá, e como ele passaria por lá, ele passaria exatamente no meio do nosso centro, o centro teria que ir abaixo, posteriormente, acabou modificando esse projeto e aí ela acabou passando um pouquinho para o lado e ao passar um pouco para o lado nós acabamos perdendo nosso alojamento masculino e o nosso almoxarifado e não mais o centro inteiro, pra quem tinha a possibilidade de perder o centro todo, que pra nós seria assim terrível, perder o almoxarifado e o alojamento masculino, apesar da tristeza, mas ainda continuamos com a maior parte do nosso Centro em funcionamento (COUTINHO, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

⁹⁰ Uma via expressa que liga o Recreio dos Bandeirantes à Deodoro. Oficialmente Corredor Presidente Tancredo Neves. É também uma via pedagiada e serve de corredor para um BRT que liga o Recreio à Vila Militar.

Enfim, como instrutor envolto no cotidiano das atividades escolares, não consegui perceber os bastidores em torno dos trâmites burocráticos que interferem diretamente na administração pública. Caberia, assim, compreender a história e descrever o papel providencial do Coordenador Estadual do PROERD, major Christopher, que provocou um grande desconforto ao exigir a compensação por parte das construtoras. Conforme relata Santos (2018):

Houve uma promessa inicial de que seria feito aqui o mesmo que foi feito no exército, porque no exército eles também derrubaram algumas coisas, só que no exército o general determinou que, primeiro constrói um novo depois derruba o que precisa. E aqui na Polícia enquanto o major Christopher que era o então chefe do centro pode resistir, todas as ferramentas que ele pode utilizar, inclusive se expondo pra que construíssem um novo almoxarifado e um novo alojamento masculino, antes de derrubar ele fez, mas infelizmente a ordem era uma questão política na época, e aí nós tivemos a ordem de cima e o máximo que foi feito foi construir um suporte de concreto e colocarem ali dois containers que seriam provisórios que é tão provisório quando as UPP's, né? Aquele provisório de eterno, que na verdade seria provisório que a promessa seria de construir fisicamente o alojamento que nós perdemos e o almoxarifado e isso nunca foi feito e se não foi feito na época hoje então depois de todos os escândalos de que veio à tona não se tem a menor esperança de que vá acontecer, até pela situação econômica por que passa o estado, hoje ele tem outras prioridades que certamente não seriam a construção do nosso almoxarifado e alojamento (COUTINHO, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Notei que já estávamos nos aproximando do término da entrevista. Como já havia dado conta de todos os objetivos propostos, procurei entender qual era a relação atual do meu interlocutor com os estadunidenses. Estava ciente da vinda dos representantes do Dare a título de credenciamento durante um curso de formação em 2016, que renovou a autorização do Centro de Capacitação do Rio de Janeiro de modo que ele pudesse oferecer formação para outras instituições policiais do Brasil. Assim, busquei compreender um pouco da experiência e se ocorreu algum conflito em relação as nossas demandas com as propostas oriundas do Dare. Neste sentido, segue o relato de Santos (2018):

Bem, eu não tenho assim muita ferramenta pra fornecer a respeito disso, porque quando da vinda dos americanos para essa recertificação do centro de treinamento eu estava já como oficial exercendo outras funções aqui no centro de capacitação e não acompanhei tão de perto essa vinda, então essas informações que acabam mantendo a miúde, mas o que ficou muito claro é que eles quiseram passar a exercer um controle maior sobre uma marca, podendo estar em cima duma marca que hoje é deles que é a marca PROERD, e eles quiseram determinar de que forma isso teria que acontecer inclusive até onde eu sei, determinando que, em determinado período, deveria ter a formação de novos instrutores, o que nesse caso eu em particular, e aí não é institucional, uma opinião minha, eu sou o contrário, que eu acho que, quem sabe das nossas limitações e das nossas necessidades

e possibilidades, é que às vezes a necessidade é uma e a possibilidade de suprir essa necessidade é outra, somos nós, se perguntar a mim quanto membro da primeira turma de instrutores do PROERD, você acha que deve ter novas turmas de instrutores formados? Eu ia dizer para você, todo ano, vamos atender a todos, mas é viável? Não, claro que não, primeiro que o programa se tornaria um problema para a Polícia Militar, porque cada instrutor que vem para o PROERD ele não vem de uma nave espacial, ele sai da atividade fim da corporação para uma outra atividade fim que é o PROERD, mas que não é aquela atividade que as pessoas veem na rua, que incute sensação de segurança e a gente sabe que aquilo que mais move a corporação polícia militar é o que acontece no seio da sociedade, de que forma a sociedade fala da polícia militar, se ela está feliz se não está feliz e a felicidade e infelicidade da população tá na questão do quanto ela se sente segura, então se você forma muitos outros policiais no PROERD, ainda que seja uma necessidade de atender uma demanda crescente, esses policiais não sairão de outro lugar, eles sairão da rua, então é preciso atender essa demanda de uma forma inteligente e não entendo que fosse correto o Dare estipular isso, porque quem conhece a nossa realidade mostra, mas essa não é uma opinião institucional, repito, com relação a isso especificamente é uma opinião pessoal em razão das poucas ferramentas que eu tenho, todas as outras respostas falei com tranquilidade, essa específica não (COUTINHO, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Em suma, dediquei os momentos finais da entrevista para propor ao meu interlocutor um relato das suas projeções, bem como suas perspectivas. Com o propósito de registrar sua opinião em relação à importância do PROERD para a sociedade fluminense:

O PROERD me trouxe um benefício extraordinário como pessoa, primeiro porque eu aprendi muito com os pais dos meus alunos pra o que eu não deveria fazer com minhas filhas, então como pai foi um aprendizado extraordinário, criar filho não é como receita de bolo, não é também como bula de remédio, mas muitas das vezes como qualquer pai, não sabia como agir em determinadas circunstâncias, mas eu sabia o que não fazer porque eu sabia que aquilo dava errado, e sabia por quê? Porque infelizmente eu tinha vivenciado aquilo ali pelo comportamento dos pais dos meus alunos, então independente da questão técnica o PROERD já traz isso aí como um benefício extraordinário. Segundo, claro que como qualquer trabalho executado em qualquer área, você tá sujeito a adaptações, você tá sujeito a melhorias sempre, o mundo é dinâmico, mas me causa uma tristeza muito grande num país como o nosso em que até hoje desde 1992 é o único trabalho efetivo, concreto, que não é pontual na prevenção às drogas e violência, executado pelo PROERD, podem tecer qualquer comentário, inclusive críticas, mas eu acho que se eu tenho ferramentas para tecer críticas a alguma coisa que está em andamento, eu devo contribuir, criando alguma coisa que também possa ser colocada em prática, e ninguém apresenta. O Brasil inteiro e só o PROERD continua trabalhando, apesar de todas as críticas, apesar de todas as adversidades, nós continuamos executando um trabalho de prevenção e que independente de viés possível de mudança da legislação sobre drogas, que pra nós não vai fazer diferença nenhuma, se hoje nós temos uma despenalização, não é descriminalização, mas despenalização do uso de drogas e é possível que em dado momento tenhamos até essa descriminalização, em nada muda para o nosso trabalho, porque a grande pergunta que fica é, se a droga em determinado momento deixar de ser crime o seu uso seus efeitos maléficos para quem está usando e para quem convive deixarão de existir? Se hoje a cocaína não fosse mais proibida, seus efeitos maléficos para saúde sumiriam também? O que as

peças são capazes de fazer para difundir a droga, se for dependente, eles parariam de cometer esses atos? O usuário de crack deixaria de roubar a pessoa para fumar uma pedra de crack? Me parece que não. Então pra quem trabalha com prevenção independente, porque aí sim o nosso problema está voltado para a questão da saúde e não pra questão da legalidade, primeiro que nós não vamos pra sala de aula prender ninguém, vamos orientar e o dependente químico não fica doente sozinho, qualquer um que conheça um dependente químico sabe que o dependente químico ele não é doente sozinho, toda família adoce junto, primeiro que não sabe como lidar com a situação, segundo que nós moramos num país que não consegue lidar com as doenças ditas normais, ainda mais com os problemas advindos da dependência química, então só sobra um caminho, tentar orientar as crianças o quanto antes para tentarmos diminuir o número de pessoas utilizando drogas, porque eu não conheço ninguém que seja melhor como usuário de droga do que se não fosse, então essa é minha perspectiva para o problema, que a gente possa continuar trabalhando e que todas as pessoas que só utilizam o tema para crítica, que coloquem a mão na massa também, não é problema, vamos criticar, então vamos também propor soluções exequíveis, se nós tivéssemos mais atores trabalhando na prevenção seria maravilhoso, acontece que a gente tá vivendo momentos em que as pessoas com maior poder, inclusive aquisitivo, não querem trabalhar com prevenção primária, preferem trabalhar com prevenção terciária, montando clínicas de reabilitação, onde recebem os atores globais, aonde saber que um mês de internação ali não é nada barato, os filhos dos grandes empresários, dos políticos, e ninguém fica curado, porque primeiro que dependência química não tem cura, enquanto isso o filho do pobre tá fadado ai grande parte a continuar como dependente adoecendo a família, adoecendo todos que estão a sua volta, enquanto isso a gente tem pessoas somente criticando quem faz alguma coisa, quem trabalha efetivamente (COUTINHO, 2018, entrevista concedida a Daniel Castiajo).

Assim, o tenente Claudio Coutinho dos Santos concluiu seu relato, sentado à mesa da sua sala no Quartel da Fazenda dos Afonsos em Sulacap, no dia 27 de novembro de 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo identificar e analisar as mudanças curriculares do PROERD desde 1992. Busquei, por meio das memórias de alguns instrutores policiais militares pioneiros, a descrição do contexto histórico em torno da criação do programa. Para tanto, me propus a identificar e assinalar os acontecimentos que mais se mostraram relevantes na memória desses instrutores, tentando estabelecer uma relação com a figura do coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira.

O assunto foi tratado com um pano de fundo do cenário mundial, marcado por convenções internacionais sobre drogas da ONU, incluindo a Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Drogas (UNGASS), ocorrida em 2016. Nela, foram discutidas tais políticas para garantir a segurança, os direitos humanos e o desenvolvimento. Além destas, também destaco a Organização Mundial de Saúde (OMS) que vem desenvolvendo parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e a Junta Internacional de Entorpecentes (JIFE). Identifiquei que em ambas as reuniões prevaleceram o caráter norteador de governos, propondo planos e prazos para elaborarem políticas sobre drogas.

Contudo, ao me debruçar sobre o conteúdo histórico, identifiquei o papel fundamental do coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira. Enquanto esteve como Secretário de Estado da Polícia Militar e Comandante, lançou mão de ações que reforçaram a sua característica progressista. Em especial, durante sua segunda gestão, na qual constatamos que ao menos existia a pretensão do diálogo com a sociedade, bem como a tentativa de se pensar na prevenção e também na garantia dos direitos humanos. Foi exatamente com este discurso que surgiu o PROERD, com o propósito de se construir uma política pública de prevenção primária executada por agentes policiais militares.

Após definir este tema para a pesquisa, busquei responder as seguintes questões centrais de estudo: Como se deu a criação do PROERD? O que se faz no PROERD? Quais foram as mudanças curriculares do PROERD desde sua criação em 1992? Em qual contexto social foi implementado e quais foram os atores envolvidos? Busquei responder tais indagações de forma que fosse propício identificar as possíveis influências e disputas discursivas presentes nas construções dos seus currículos, baseadas nos direcionamentos sob a chancela do Dare América.

Na primeira parte, apresentei uma pesquisa exploratória com dados históricos sobre a criação do PROERD com o propósito de identificar o contexto de sua criação, incluindo ainda a possibilidade de cumprir os objetivos e questões de estudo que visavam a identificação dos atores envolvidos. Assim, concluí este capítulo reforçando que o cenário político fluminense favoreceu o contato da PMERJ com algumas demandas sociais que emergiam naquele momento. Assim sendo, com base nos dados coletados em entrevistas, os atores envolvidos foram: Secretaria de Educação, Embaixada dos EUA e Dare América.

O primeiro capítulo explica os contextos estadunidenses referentes à criação do Dare América. Identifiquei que foi um momento marcado pela construção de uma narrativa para sustentar a lógica de “guerra às drogas” como forma de combate ao tráfico de entorpecente, especificamente em países latino-americanos. Concluí este capítulo com o objetivo de descrever o contexto histórico local, bem como internacional, em torno da criação do PROERD. Identificamos que prevaleceu a influência externa na metodologia do programa, a despeito do cenário político fluminense propiciar uma linha progressista na gestão das políticas públicas na área da segurança.

O segundo capítulo teve um caráter expositivo em que apresentei as mudanças curriculares do PROERD. Foram assinalados os currículos do PROERD em sua totalidade e busquei compreender seus contextos, fornecendo uma descrição das diferentes abordagens curriculares do PROERD fluminense desde a sua criação até o presente momento. Indicamos possíveis influências no conteúdo e “novas” metodologias que foram estruturadas para tratar das questões em torno da prevenção primária, com o enfoque para o abuso de drogas. Finalizando este capítulo, apresentei os dados quantitativos atuais e os diálogos com trabalhos relevantes produzidos sobre este tema, até então, reforçando a necessidade de se alinhar as ações às necessidades locais com abordagem curricular apropriada às diferentes características regionais do Brasil.

No terceiro e último capítulo, apresentei os dados provenientes das narrativas dos instrutores pioneiros. Com estratégias da história oral, busquei responder as questões de estudo de modo a identificar em seus discursos possíveis representações que remetem à memória do Coronel Nazareth Cerqueira, para depois trabalhar os conceitos e os acontecimentos emergentes na pesquisa.

Enfim, através dos relatos de instrutores pioneiros, identifiquei e descrevi os acontecimentos relevantes que ficaram marcados em suas memórias. A intenção é de compreender como a figura do Coronel Nazareth Cerqueira interferiu na maneira que a PMERJ escolheu como forma de atuação na prevenção às drogas. Em suma, concluí este trabalho assentando os relatos provenientes de instrutores pioneiros que descreveram os fatos marcantes desde a criação do PROERD, percorrendo sua suspensão, o retorno de suas atividades, a construção e possível demolição do Centro de Capacitação, finalizando com o seu alinhamento ao novo cenário político brasileiro até os dias atuais.

Por meio da elaboração desta dissertação, concluí que o PROERD foi criado pela PMERJ como uma proposta de atuação policial inovadora e ambiciosa de aproximação, orientada à prevenção do abuso de drogas, cujo objetivo principal seria a construção coletiva de uma cultura de paz nas escolas. Esperava-se que a presença do policial militar fardado sem a ostentação de armas de fogo propiciasse um diálogo com a comunidade escolar, ainda que o valor simbólico do policial ligado a função repressora provocasse algumas contradições que podem ser explicadas pelo fato da própria instituição centrar a formação de seu pessoal, majoritariamente, para a repressão. A concepção dos mitos fundadores pode remeter, de alguma forma, à sua história, que carregam conceitos e paradigmas que estão atrelados a uma cultura organizacional na qual prevalece o “etos guerreiro” e uma “ética policial” dominante. Talvez sejam essas as explicações para entendermos o modo como foi concebida a função de instrutor do PROERD por uma parcela considerável da tropa.

Em resposta ao que se faz no programa, segundo os manuais e os relatos de instrutores, observou-se que suas falas se alinham ao discurso institucional oficial que definem suas ações concretas basicamente no desenvolvimento de competências sociais entre jovens escolares, tais como habilidades de comunicação, autoestima, empatia, tomadas de decisões, resolução de conflitos, objetivos de vida, protagonismo infanto-juvenil, alternativas positivas frente ao uso abusivo de drogas e a melhoria da qualidade de vida. Espera-se, no entanto, a construção de uma relação amistosa entre a PMERJ e às juventudes, de modo que seja possível estabelecer um vínculo afetivo com o policial instrutor, pelo entendimento que seja um fator de proteção.

Outro dado observado, que convém ser assinalado, dá conta de que as mudanças nos conteúdos curriculares ocorreram por orientação do Dare, muito embora o PROERD fluminense tenha contribuído para a elaboração do currículo

original de dezessete lições. Fato é que o PROERD foi ocupando um papel de destaque entre as políticas governamentais a nível nacional, utilizando um material cedido pelo Dare América, traduzido e adaptado à língua portuguesa.

No geral, desde a sua criação, as principais alterações dizem respeito à ampliação do público-alvo, bem como a inserção de inovações pontuais que podem ser observadas na adoção das competências socioemocionais presentes no currículo atual. Contudo, à luz das teorias de currículo, identificou-se a existência de traços marcantes que apontam a prevalência do caráter tecnicista e sua abordagem comportamental e, ainda, o viés abstencionista que permaneceram inalterados em ambos os currículos.

Não coube nesta dissertação estudar todas as produções científicas que analisam o PROERD, no entanto, algumas críticas apontam para a existência de um tom “moralizante” em seu conteúdo, que de alguma forma “estigmatiza” determinados grupos que compõem as juventudes brasileiras.

Ao propor uma atuação policial com tamanha complexidade junto à comunidade escolar, na linha de frente dos conflitos sociais, penso que o PROERD careça de estudos profundos e consistentes, de modo que seja possível aferir sua efetividade no que ele predispõe. Seja pela coleta de dados qualitativos oriundos do campo de atuação, seja por arranjos metodológicos mais apropriados.

Como resultado desta dissertação, identifiquei também que a memória do Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira tende a sofrer um apagamento no interior das Polícias Militares brasileiras. Creio que isso ocorra em função da sua visão de mundo, bem como seu pensamento político em prol dos movimentos democráticos e dos direitos humanos. Tanto que os relatos dos instrutores dão conta da tentativa de se eliminar vestígios das ideias do coronel Nazareth Cerqueira na corporação, o que também incluiria o próprio PROERD.

Talvez seja este outro motivo para explicar o “estigma” do policial professor frente os “peitos de aço”, na tentativa de se desvalorizar um tipo de trabalho por ser associado ao coronel Nazareth Cerqueira e sua visão acerca da função policial. Os relatos presentes nesta pesquisa esclarecem o modo como foi concebido o ato de “dar aulinha”. Ficaram presentes na memória dos colaboradores os risos e deboches, como se fosse demérito ao policial atuar como um instrutor do PROERD. Contudo, cabe aqui reforçar que tal concepção é proveniente de um pensamento político que varia em um “movimento pendular”, que dependem do modo pelo qual os tomadores

de decisões interpretam a realidade, interferindo no direcionamento das ações institucionais frente as questões sociais.

Enfim, os fatos constatados me levaram a refletir que, enquanto agentes públicos de segurança, temos o dever de fazermos melhores leituras de mundo e dos fenômenos presentes em nossa sociedade a fim de compreendermos com lucidez política o contexto que vivemos na atualidade. Deve-se objetivar a tomada de decisões coerentes com os interesses da coletividade, sobretudo, acerca da questão das drogas, de modo que sejam implementadas políticas públicas efetivas concernentes à consolidação do estado de direito.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, G. (org.). **Quem tem medo de falar sobre drogas?** Saber mais para se proteger. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- ADORNO, S. A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica e Ciências Sociais**, São Paulo: n. 35 p. 3-24, 1993.
- AMOROSO, M. H. de B. A tropa e a cidade: a Polícia Militar no Rio de Janeiro durante a abertura e seus impactos negativos futuros para a consolidação de um universo de direitos para as favelas. **Revista Tempo e Argumento**, [S. l.], v. 11, n. 27, p. 129-157, 2019. DOI: 10.5965/2175180311272019129. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180311272019129>. Acesso em: 13 set. 2020.
- ÂNGELO, Ubiratan de Oliveira: depoimento [setembro 2009]. Entrevistadores: Vivian zampa e Mariana Mello. *In*: LEAL; PEREIRA; FILHO (org.). **Sonho de uma polícia cidadã**. Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira: Rio de Janeiro: NIBRAHC, 2010. p. 103-115.
- ALARCON, S. A Síndrome de Elêusis: considerações sobre as políticas públicas no campo de atenção ao usuário de álcool e outras drogas. *In*: ALARCON, S., JORGE, M. (org.). **Álcool e outras drogas**: diálogos sobre um mal-estar contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2014. p. 45-62.
- BARSZCZ, J. **Política pública de prevenção PROERD**: uma abordagem institucionalista. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas), 100 f, 2017. Universidade Federal do Paraná, 2017.
- BASTOS, F. I. P. M.; BERTONI, N. (Org.). **Pesquisa Nacional sobre o uso de crack**: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras? Rio de Janeiro: ICICT, 2014, p. 17.
- BAUMAN, B. **Sobre educação e juventude**: conversas com Ricardo Mazzeo. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**. Produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BECKER, H. **Outsiders**, estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BIESTA, G. **Para além da aprendizagem**: Educação democrática para um futuro humano. Tradução: Rosaura Eichenberg. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2013.
- BOURDIEU, P. A Ilusão Biográfica. *In*: FERREIRA, M de M, AMADO, J. (org.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-191.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, P. O Campo intelectual: um mundo à parte. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 169-180.

BRASIL, Secretaria nacional de Políticas sobre Drogas. Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (SUPERA). **Deteção do uso abusivo e diagnóstico da dependência de substâncias psicoativas**: módulo 3 / Coord. Telmo Mota Ronzani. Brasília, 2008.

BRASIL, Secretaria Nacional de Segurança Pública, **Curso Nacional de Formação de Instrutores PROERD** – SENASP/MJ. Coletânea de materiais necessários à formação dos instrutores, 1 ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

BRASIL, Secretaria Nacional de Segurança Pública, **Curso Nacional de Formação de Instrutores PROERD** – SENASP/MJ., 3 ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2015.

BRETAS, M. L. **A guerra das ruas**: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2018.

BRUNETTA, A. A. **B. O. da Educação**: a visão dos policiais militares sobre autoridade e a educação. 94 f. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Carlos, 2003.

CAMARGO, L. C. **Contribuições do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) para o encaminhamento de relações interpessoais conflituosas no cotidiano escolar**. Dissertação, 132 f, 2015. (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2015.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CARLINI, E A. Avaliação do Programa PROERD: Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência. **Boletim CEBRID – Centro Brasileiro de Pesquisas sobre Drogas Psicotrópicas**, n. 56, São Paulo, out-dez. 2007.

CASTRO, C. A. de. **Polícia comunitária: democratização da segurança pública**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

CARUSO, H; PATRÍCIO, P; ALBERNAZ, E, “A Polícia que queremos”: desafios para a reforma da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Cadernos Adenauer VII Nº3**, 2006. Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=573ab1b7-076e-6206-063b-a52c709da718&groupId=265553. Acesso em: 24 set. 2018.

CARVALHO, J. C. A América Latina e a criminalização das drogas entre 1960-1970: prenúncios de outra guerra por outra América. **Revista UNIFESO – Humanas e Sociais** Teresópolis/RJ, v. 2, n. 2, p. 78-98, 2015.

CERQUEIRA, C. M. N. Remilitarização da Segurança Pública: A Operação Rio. **Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 141-169, 1º sem., 1996.

CERQUEIRA, C. M. N. Políticas de Segurança Pública para um Estado de Direito Democrático Chamado Brasil. **Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 191- 211, 2º sem., 1996a.

CERQUEIRA, C. M. N. Outros Aspectos da Criminalidade da Polícia. **Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 5-6, p. 179-194, 1º-2º sem. 1998.

CERQUEIRA, C. M. N. As Políticas de Segurança Pública do Governo Leonel Brizola. **Archè**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 19, p. 75-113, 1998a.

CERQUEIRA, C. M. N.; DORNELLES, J. R. W. (orgs.) **A Polícia e os Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1998.

CERQUEIRA, C. M. N. **Do Patrulhamento ao Policiamento Comunitário**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

CERQUEIRA, C.M.N. (Org.). **O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

CERQUEIRA, C. M. N. Palestra proferida no fórum de debates sobre “Violência nas escolas”. *In*: LEAL, A. B.; PEREIRA, I. S.; FILHO, O. M. (org.). **Sonho de uma polícia cidadã: Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira**: Rio de Janeiro: NIBRAHC, 2010. p. 228-234.

CERTEAU, M; GIARD, L; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar**. Tradução: Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CRUZ, R.C. **Percepções dos sujeitos sociais de uma escola pública de Fortaleza sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD**. Dissertação, 153f. 2018. (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual do Ceará, 2018.

DARE, Drug Abuse Resistance Education. Disponível em:

<https://dare.org/history/https://dare.org/education/#elementaryschoolhttps://dare.org/education/#elementaryschool> . Acesso em: 09 abr. 2019.

DA MATTA, R. “Você sabe com quem está falando?” *In*: DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 179-248.

DA SILVA, J. **Criminologia crítica: Segurança e polícia**. Rio de Janeiro: Forense, 2. Ed. 2008. Disponível em: <http://www.jorgedasilva.com.br/artigo/54/policia-comunitaria-no-brasil.-um-tributo-----/>. Acesso em: 24 set. 2018.

DEL OLMO, R. **A face oculta da droga**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

DISTRITO FEDERAL. PMDF/PROERD. **Livro dos Pais**: sua palavra me educa e seu exemplo me conduz. Distrito Federal: PMDF. 2009.

UNITED NATIONS. **Commission on Narcotic Drugs Implementation Of All International Drug Policy Commitments** United Nations Office on Drugs and Crime - UNODOC. – Vienna, 2019. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/hlr/19-V1905795_E_ebook.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

ESCOHOTADO, A. **História general de las drogas**, Madri: Espasa, 1998.

FILHO, P. de S. **A percepção da comunidade escolar sobre o programa educacional de resistência às drogas e à violência - PROERD - na Escola Pública Estadual Manoel Vitorino em Salvador – Bahia**. Dissertação, 173 f, 2008. (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) - Universidade Católica do Salvador, 2008.

FONSECA, J. C. P da. **Educação básica, violência e direitos humanos**: a cultura da paz em perspectiva. 179 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2015.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 9. ed. Petrópolis, Vozes, 2008.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa – Paulo Freire. 44 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Trad. Maria Célia Santos Raposo. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HART, C. **Um preço muito alto**: A jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre drogas. Tradução: MATQUES, C. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Edições Vértice, 1990. Texto traduzido do original francês *La Mémoire Collective (2.ª ed.)*, Press Universitaires de France. Paris, França, 1968. Por Laurent Léon Schaffter.

HUSEIN, S.F. **Recolhimento ou acolhimento**: a política pública de internação compulsória de pessoas com uso problemático de substâncias psicoativas e os direitos individuais – o caso do Distrito Federal e análise do artigo 28 da lei 11.343/2006. 152 f, 2016, Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência) - Centro Universitário Euro-Americano, Brasília, 2016.

KANT DE LIMA, R.; MISSE, M.; MIRANDA, A. P. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: Uma Bibliografia. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 50, p. 45-123, 2. sem 2000.

KANT DE LIMA, R. **A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. 2 ed, Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995.

KANT DE LIMA, R. Polícia, Justiça e Sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 13, p. 23-38, nov. 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44781999000200003. Acesso em: 10 out. 2019.

KANT DE LIMA, R. Direitos Civis, Estado de Direito e “Cultura Policial”: A Formação em Questão *In*: KANT DE LIMA, R. & MISSE, M. (org.). **Ensaio de Antropologia e de Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção da Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008. p. 233-259.

LEAL, A. B; PEREIRA, I. S.; FILHO, O. M. **Sonho de uma polícia cidadã: Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira: Ana Beatriz Leal, Íbis Silva Pereira e Oswaldo Munteal Filho (org.)**. Rio de Janeiro: NIBRAHC, 2010.

LIMA, R. S. de; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. de. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

LIMA, R. de C. C. **Uma história das drogas e do seu proibicionismo transnacional: relações Brasil-Estados Unidos e os organismos internacionais**. 365 f, 2009 Tese. (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social/Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

LIMA, R. K. de; EILBAUM, L.; PIRES, L. dos S.. Lógicas corporativas, particularismos e os processos de administração institucional de conflitos no Rio de Janeiro. **Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito – Confluências**, Niterói, v. 19, p. 18-35, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/10279/1/20310-75102-1-PB.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

LINHARES, S. C. **Políticas públicas antidrogas e o PROERD em Curitiba/PR.**, 114 f., 2006 Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, 2006.

LINS, E.C. S. da F. **Análise do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência em Pernambuco.**, 78 f., 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

LOOS, T. **Capacitação de Agentes Multiplicadores de Ações Preventivas**. Coordenadoria Estadual do PROERD. PMERJ. Rio de Janeiro, 2005.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

LOPES, J. A. **As representações sociais de prevenção ao abuso de drogas dos professores do ensino fundamental**: um estudo de caso. 113 f Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Paraná, 2003.

MACEDO, J. de C.A. **Práticas educativas da Polícia Militar do Estado de São Paulo**: o programa educacional de resistência às drogas e à violência. Dissertação 200 f (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, 2008.

MALINOWSKI, B. Objetivo método e alcance desta pesquisa. *In*: Guimarães, Zaluar Alba. **Desvendando Máscaras Sociais**. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A. 1980. p. 39-61.

MELO, D. G.S. de S. **Luz, câmera, ação**: drogas não! Representações discursivas sobre drogas no discurso de alunos do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD). Dissertação (Mestrado em letras) - Universidade Estadual de Mato Grosso Do Sul, 2017.

MELO, I.C. N. F. **Ações educativas de prevenção de drogas**: as atuações de uma instituição de segurança pública e de uma organização do terceiro setor. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estácio de Sá, 2012.

MENTZINGEN, V.P.N. de. **Política pública de direitos humanos, cidadania e responsabilidade social**: um estudo de análise da eficácia pública do programa educacional de resistencia as drogas e à violencia (PROERD) implementado pela Polícia Militar do Distrito Federal. 110 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência) - Centro Universitário Euro-Americano, Brasília, 2010.

MINAS GERAIS, PMMG/PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas. **Manual do Instrutor - Currículo para Crianças do 5º ano do ensino fundamental**: Caindo da REAL. Rio de janeiro: PMERJ, 2013.

MINAS GERAIS. **Livro dos Pais**: capacitando os pais para ajudarem os filhos a fazerem escolhas positivas. PMMG/PROERD. 3 ed. Belo Horizonte: Estagraf. 2004.

MISSE, M. As Ligações Perigosas: Mercado Informal Ilegal, Narcotráfico e Violência no Rio. *In*: MISSE, M. **Crime e Violência no Brasil contemporâneo**: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2006. p. 179-211.

MISSE, M. Sujeição Criminal. *In*: LIMA, R. S. de; RATTON, J. Luiz e AZEVEDO, R. G. (org.) **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2014. p. 204-212.

MORA, J. F. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MOREIRA, L. A. **Drogas e prevenção na infância: representações sociais de estudantes que vivenciaram o PROERD**. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) - Centro Federal de Educação Tecn. de Minas Gerais, 2010.

MUNIZ, J. de O. **Ser Policial é sobretudo uma razão de ser**. Cultura e cotidiano da PMERJ., Tese (Doutorado) Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MUNIZ, J. de O.; ALMEIDA, R. R. Respondendo às balas: segurança pública sob intervenção das palavras. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n. 57.2, p.993-1014, mai./ago. 2018.

MUNIZ, J de O.; CARUSO, H; FREITAS, F. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, São Paulo, n. 84/2, 2018. Disponível em <http://anpocs.com/index.php/universo/acervo/biblioteca/periodicos/bib/bib-84/11103-os-estudos-policiais-nas-ciencias-sociais-um-balanco-sobre-a-producao-brasileira-a-partir-dos-anos-2000/file>. Acesso em: 10 out. 2018.

MUNIZ, J de O.; PROENCA JR., D. Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 159-172, dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300011. Acesso em: 28 abr. 2017.

NASCIMENTO, S. S. do. **Práticas educativas e segurança humana: o Programa Educacional De Resistência às Drogas e Violência – PROERD**. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, 2014.

NEGREIROS, J. C. do N. **Políticas sobre drogas: uma análise da intervenção profissional dos policiais militares da Paraíba sob a ótica da prevenção – PROERD**. 160f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, 2017.

NETO, M. T. S. **Avaliação das características dos programas de prevenção ao uso de álcool e outras drogas implantados nas escolas brasileiras**. 148f. Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva/Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, 2016.

NOBRE, C. Coronel Nazareth Cerqueira um exemplo de ascensão negra na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA. Universidade Candido Mendes – UCAM. **X Congresso Internacional**. Rio de Janeiro, 26-29 outubro de 2000.

NOGUEIRA, A. N. **O currículo do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD da Polícia Militar do Estado de São Paulo: exercício de cidadania**. 277f. Dissertação (Mestrado em Educação - currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Prof. História**. Tradução de Yara Aun Khoury, São Paulo, v10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/12101/8763>. Acesso em: 15 nov. 2018.

PEROVANO, D.G. **Concepção dos instrutores do programa educacional de resistências às drogas e à violência sobre a sua formação**. 189f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, 2006.

PEROVANO, D. G. **A formação de conceitos sobre drogas em estudantes da quarta série do ensino fundamental**: uma leitura histórico-cultural bioecológica da prevenção às drogas. 120f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná – UFP, 2011.

PEROVANO, D. G. **História do Leão Daren**. Programa Educacional de Resistência às Drogas - GO, 2014. Disponível em: <http://www.PROERD.go.gov.br/post/ver/171461/historia-do-leao-daren>. Acesso em: 17 nov. 2020.

PINC, T.; PRÖGLHÖF, P.; BECSI, C. V. Prevenção ao uso de drogas e imagem da polícia: Qual é o propósito do PROERD? *In*: BRASIL, Ministério da Justiça e Cidadania. **Investigação criminal e avaliação de políticas de segurança pública**. (org.) PARESCHI, A. C. C.; ENGEL, C. L.; BAPTISTA, G. C. (Coleção Pensando a Segurança Pública; v.7) – Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2017. Disponível em: https://www.novo.justica.gov.br/sua-seguranca-2/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos/pspvolume7/prevencao_uso_drogas_imagem_policia.pdf Acesso em: 24 out. 2019.

PAIVA, P. M. de. **As crianças entre as drogas, a polícia e a segurança**. 180f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

PLATÃO, **Apologia de Sócrates & Criton**. Tradução: ROMERO, A. 2 ed. São Paulo: Hunter Books, 2013.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p.200-212, 1992.

PROERD. Nossas crianças longe das drogas. NUPID/ATAE – Programa Educacional de Resistência às Drogas. **Cartilha de divulgação**, Rio de Janeiro: USIS, 1993.

RANCIÈRE, J. **O Mestre ignorante**: Cinco lições sobre a emancipação intelectual. Tradução VALLE, L. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

RATEKE, D. **A escola pública e o PROERD**: tramas do agir policial na prevenção às drogas e as violências. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

RIBEIRO, D. Lembrando de mim. **Darcy Ribeiro**. Apresentação NEPOMUCENO, Eric. Brasília: Editora UnB, 2010.

RIBEIRO, N. de S.B. **Políticas públicas de prevenção às drogas: uma análise do PROERD em Montes Claros**. 113f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, 2007.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei 443, de 1o de julho de 1981. **Dispõe sobre o estatuto dos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências**. Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1 jul. 1981. Disponível em:
<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/968d5212a901f75f0325654c00612d5c/2caa8a7c2265c33b0325698a0068e8fb#:~:text=70%2C%20inciso%20II%2C%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o,que%20acompanha%20o%20presente%20decreto.>
 Acesso em: 15 nov. 2019.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei 8480/19 Lei nº 8480, de 26 de julho de 2019. **Dispõe sobre a obrigatoriedade do programa educacional permanente de “resistência às drogas e à violência nas escolas públicas e privadas”, em todo estado do rio de janeiro**. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 26 jul. 2019. Disponível em:
<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/aee4ca1a9bbd6a49832584460064c801>. Acesso em: 24 nov. 2019.

RIO DE JANEIRO, PMERJ/PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas. **Guia para Instrutores**, Rio de janeiro: PMERJ, 1992.

RIO DE JANEIRO, PMERJ/PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas. **Livro do Estudante**, Rio de janeiro: PMERJ 1992.

RIO DE JANEIRO, PMERJ/PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas: Nossas crianças longe das drogas. **Cartilha de Divulgação**, Rio de janeiro: PMERJ 1993.

RIO DE JANEIRO, PMERJ/PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas. **Manual de Facilitação para o Instrutor**. 5 ed. Rio de janeiro: PMERJ, 2008.

RIO DE JANEIRO, PMERJ/PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas. **Guia para Instrutores**, Revisão – Adaptação RJ-2003, Atualização RJ – 2005. LOOS, Tania Santos. Rio de janeiro: PMERJ, 2009.

RIO DE JANEIRO, PMERJ/PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas. **Para Resistir às Drogas e a violência “Livro do Estudante”**, Revisão – Adaptação RJ-2003, Atualização RJ – 2005. Coord. LOOS, Tania Santos. Rio de janeiro: PMERJ, 2009.

RIO DE JANEIRO, Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência. **Manual do Instrutor do 5º ano**. Rio de Janeiro: PMERJ, 2010.

RIO DE JANEIRO, PMERJ/PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas. **Manual do Instrutor: Criança e adolescente**. Rio de Janeiro: PMERJ, 2010.

RIO DE JANEIRO, PMERJ/PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas. Uma visão de suas decisões, **Livro do Estudante para o 5º ano**. Rio de Janeiro: PMERJ, 2010.

RIO DE JANEIRO, PROERD. Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência. **Manual do Instrutor do 7º ano**: Caindo na REAL. Rio de Janeiro: PMERJ, 2011.

RIO DE JANEIRO, PMERJ/PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas. **Livro do Estudante - Currículo para Crianças do 5º ano do ensino fundamental**: Caindo da REAL. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2013.

RIO DE JANEIRO, PROERD. Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência. **Manual do Instrutor: Currículo PROERD para a Educação Infantil e anos iniciais**. 1 ed. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2016.

RIO DE JANEIRO, PROERD. Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência. **Manual de Lições Suplementares**: Caindo na REAL. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2016.

RIO DE JANEIRO, PMERJ/PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas. **Livro do Estudante - Currículo para Crianças do 7º ano do ensino fundamental**: Caindo da REAL. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2016.

ROCHA, A. Apresentação *In.*: **Sonho de uma polícia cidadã**: Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira. Org.: Ana Beatriz Leal, Íbis Silva Pereira e Oswaldo Munteal Filho – Rio de Janeiro: NIBRAHC, 2010.

RODRIGUES, E. A. Os “Ideais” da polícia comunitária e a realidade. *In.* **Políticas Públicas de Segurança e Práticas Policiais no Brasil**. Org. Pires, Lenin & Eilbaum, Lucía. Niterói: EdUFF, 2009.

RODRIGUES, T. Entrevista concedida a Dayane Alves. Niterói, 31 ago. 2017.

RODRIGUES, T. Política e drogas nas Américas. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2004.

SILVA, A.G. da. **Acidentes e uso de álcool entre escolares que participaram ou não do PROERD**. 107f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Est. Paulista – UNESP. Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010.

SILVA, B. M. **“Uma nova polícia, um novo policial”**: uma biografia intelectual do coronel PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira e as políticas de policiamento ostensivo na redemocratização fluminense. 471f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, 2016.

SILVA, E. B. **A educação ambiental na formação e na atuação policial militar.** 122f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2008.

SILVA, H. R. da. **Estudos Hematológicos e caracterização estrutural e funcional das hemoglobinas do peixe pulmonado lepidosiren paradoxa dipnoico e do peixe de respiração aérea.** Tese (Doutoramento) UFSc/Universidade Estadual Paulista. São Carlos: 2011.

SILVA, M. de L.; CUNHA, D. F., Materiais (para)didáticos, políticas educacionais sobre drogas e representações docentes. *In:* MAIA, B.; FILPO, K.; VERÍSSIMO, M. (Org.). **Administração de conflitos escolares no espaço escolar.** 1ed. Rio de Janeiro – Autografia, 2019. (Coleção Conflitos, Direitos e Sociedade).

SILVA, P. V. S. da. **O Programa Educacional da Resistência às Drogas e à Violência, o projeto político pedagógico e as implicações na dinâmica da escola:** estudo de um caso. 68f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012.

SILVA, R. R. da. **Entre a caserna e a rua:** o dilema do pato: uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de polícia Militar Dom João VI. Niterói: EdUFF, 2011. Disponível em: <http://bit.ly/Entre-a-caserna-e-a-rua>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SILVA, S. E. S. da. **A mediação escolar apresentada pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) como política pública de prevenção e tratamento de conflitos nas escolas públicas do município de Rio Pardo.** 132f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2019.

SOARES, L. E. “Rio de Janeiro, 1993: a tríplice ferida simbólica e a desordem como espetáculo”. *In:* SOARES, Luiz Eduardo. **Violência e Política no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Relume Dumará/ISER, 1996.

SOARES, L. E. Novas políticas de Segurança Pública. **Estudos Avançados,** Brasília, v.17, n. 47, p. 75-96, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n47/a05v1747>. Acesso em: 18 abr. 2019.

SOUSA, A. da S. **O Programa Educacional De Resistência Às Drogas (PROERD) desenvolvido pela Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF:** sua efetividade à luz da percepção de seus alunos e instrutores. 304f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência) - Centro Universitário Euro-Americano, Brasília, 2016.

SOUZA, R.P. **O corpo na escola: um estudo sobre as relações entre cultura e processos de subjetivação.** 98f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2010.

TASCA, J. E. **Avaliação do processo de capacitação dos policiais militares instrutores do programa educacional de resistência às drogas - PROERD em**

Santa Catarina por meio de mcda-c. 123f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

TOMBINI, L. **Os dispositivos da violência escolar: o caso da Escola Municipal Higino Antunes Pires Neto.** 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2018.

UNESCO, 2003. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/programas/index.html>. Acesso em: 01 de nov. de 2013.

UNITED NATIONS, Commission on Narcotic Drugs Implementation Of All International Drug Policy Commitments United Nations Office on Drugs and Crime - UNODC. – Vienna, 2019. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/hlr/19-V1905795_E_ebook.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

VARGAS, S. R. S. de. **Educação não escolar e política de segurança pública: tensões emergentes.** 110f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2015.

VELHO, G. Observando o familiar. *In*: NUNES, E de O (Org.). **A Aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-47.

WACQUANT, L. **Punir os pobres: a nova gestão penal da miséria nos Estados Unidos.** Tradução: Eliana Aguiar. 2 ed. Rio de Janeiro: REVAN, 2003.

WEBER, M. **Ciência e Política: duas vocações.** São Paulo: Cultrix, 2008.

ZALUAR, A. Etos Guerreiro e criminalidade violenta. *In*: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. (org.) **Crime, Polícia e Justiça no Brasil.** 1ª ed., São Paulo: Contexto, 2014.

ZALUAR, A. Violência e mal estar na sociedade. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo Perspec.** vol.13, n.3, Jul/Set. 1999.